

2021 - 2025

PPDI

Democracia, Cooperação e Governança



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Baiano

Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Baiano

Salvador 2020

2021 - 2025

PDI

Democracia, Cooperação e Governança



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Baiano**



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos

REITOR

Aécio José Araújo Passos Duarte

DIRETOR EXECUTIVO

Marcelito Trindade Almeida

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Ariomar Rodrigues dos Santos

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Rafael Oliva Trocoli

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Helena Cajas Mazzutti

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Carneiro Lapa

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Luciana Cleide da Cruz Damasceno

DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Robson Cordeiro Ramos

DIRETOR GERAL *PRO TEMPORE* DO CAMPUS ALAGOINHAS

José Renato Oliveira Mascarenhas

DIRETOR GERAL DO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

Geângelo de Matos Rosa

DIRETORA GERAL DO CAMPUS CATU

Sandra Cerqueira de Jesus

DIRETORA GERAL DO CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

Lívia Tosta dos Santos

DIRETOR GERAL DO CAMPUS GUANAMBI

Carlito José de Barros Filho

DIRETORA GERAL *PRO TEMPORE* DO *CAMPUS* ITABERABA
Ozenice Silva dos Santos

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* ITAPETINGA
Emilson Batista da Silva

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SANTA INÊS
Abdon Santos Nogueira

DIRETOR GERAL *PRO TEMPORE* DO *CAMPUS* SERRINHA
Leandro dos Santos Damasceno

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SENHOR DO BONFIM
Alaécio Santos Ribeiro

DIRETORA GERAL *PRO TEMPORE* DO *CAMPUS* TEIXEIRA DE FREITAS
Elen Sonia Maria Duarte Rosa

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* URUÇUCA
Daniel Carlos Pereira de Oliveira

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* VALENÇA
Geovane Lima Guimarães

DIRETOR GERAL *PRO TEMPORE* DO *CAMPUS* XIQUE-XIQUE
Pedro Queiroz Junior

■ ■ ■

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

***CAMPUS* ALAGOINHAS**

José Renato Oliveira Mascarenhas
Jamile Rocha Ferreira Souza
Rodrigo Oliveira Lessa
Josemar Rodrigues da Silva
Jorge Tenório Barreto Campos
Robson de Souza Santos
Ronald Paixão da Luz
Mateus da Silva Barcelar

***CAMPUS* BOM JESUS DA LAPA**

Geângelo de Matos Rosa
Antônio Helder Rodrigues Sampaio
Juliana Carvalhais Brito
Francine Kateriny Santos
Janine Couto Cruz Macedo
Hania Gracielle Brito Soares da Silva
Jaiane Dias Espinosa
Monalisa de Oliveira Farias

***CAMPUS* CATU**

Sandra Cerqueira de Jesus
Elizete Leal Candeias Freitas
Katia Cunha Marques
Paula Bacelar Leite
Milena Vergne de A. Oliveira e Sousa
Sílvia Camilla de Oliveira Pereira
Ariane Santos Correia
Fabiano Pereira Sá

***CAMPUS* GOVERNADOR MANGABEIRA**

Daiana Silva Mamona Nascimento
Fabrício Souza Lobo
Edvaldo Nascimento Costa
Sudelmar Dias Fernandes
Liane da Cruz Mota
Sandoval Sampaio da Silva
Maiara Pereira Caldas
Mateus da Cruz Pimentel

***CAMPUS* GUANAMBI**

Carlito José de Barros Filho
Joilma Pereira dos Santos
Joice Andrade Bonfim
Fernanda Alves Santana
Ana Marta Prado Barreto
Eloidi Santana Rocha
Jéssica da Silva Santos
Ana Maria Belém dos Santos

***CAMPUS* ITABERABA**

Ozenice Silvados Santos
Neurisangela Maurício dos S. Miranda
Hélio Rodrigues de Oliveira
Cecília Nunes da Silva
Jeferson Matos de Andrade
Emerson Pereira da Silva
Josaniel Santos Azevedo
Kuan Caio de Arruda Farias

CAMPUS ITAPETINGA

Emilson Batista da Silva
Alana Rocha Lemos
Camila Nunes Duarte Silveira
Illa Pires de Azevedo Brito
Katiana Carla Bezerra Rigaud
Flávio Mendes de Souza
Saile Borges Gobira Meira
Sandy Santana Rodrigues

CAMPUS SANTA INÊS

Abdon Santos Nogueira
Tâmara Leal Monteiro da Paixão
Vinícius Reis de Figueiredo
Patrícia Moura Neves
Ozeias Pires Silva
Dalila Alves Santos
Mirele Saiara Santos Ribeiro
Amanda Oliveira Soares

CAMPUS SENHOR DO BONFIM

Alaécio Santos Ribeiro
Miriam Batista da Silva
José Aurimar dos Santos Angelim
Ilma da Silva Cabral
Edson Carlos Araújo Medrado
Ana Carina Freire Barbosa Silva
Gleydson Rodrigues Maciel Feitosa
Deborah Alves Correia Rodrigues

CAMPUS SERRINHA

Leandro dos Santos Damasceno
Clayton Moura de Carvalho
Tatiane Tagino Comin
Ana Cecília de Oliveira Teixeira
Letícia Lima de Sousa Fernandes
Mariana Eloy dos Reis
Lidivânia Barbosa Lima
Dariele Francisca Oliveira de Jesus

COMISSÃO CENTRAL

Cristina Mascarenhas Santos
Eligerlisson Souza de Almeida
Michele Sena da Silva
Luís Romel de Assis Oliveira Júnior
Antônio Vinicius dos Santos Pereira
Valmiro Moraes de Oliveira
Jamile Nascimento do Sacramento
Adilson Silva de Sousa
Jaqueline Santos Vieira
Luciana Helena Cajas Mazzutti
Rafael Oliva Trocoli
Calila Teixeira Santos
Eron Paz Rosado
Sandra Regina Sousa Ferreira
Rogério Mangabeira Vicente de Aquino
Robson Cordeiro Ramos
Adriana Maria de Almeida Maia Campos
Nubia Lima Ribeiro
Aureluci Alves de Aquino
João Victor da Silva Santos
Daiana Silva Mamona
Yslai Silva Peixouto
Félix Barbosa Reis
Fátima de Souza Gomes
Rodrigo Oliveira Lessa

CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS

Elen Sonia Maria Duarte Rosa
Julio Claudio Martins
Joabe Jobson de Oliveira Pimentel
Rosana Rocha Siqueira
Victor Braga de Oliveira
Jean Bispo Moreira
George Quaresma Sales
Jeozimarlon Santos Cândido

CAMPUS URUÇUCA

Daniel Carlos Pereira de Oliveira
Maurício Santana Silva
João Victor da Silva Santos
Rubem Pedreira de Souza
Rafael Rosa da Rocha
Cristiane Salles Lisboa
João Gabriel Oliveira Júnior
Elizethe dos Santos Silva

CAMPUS VALENÇA

Geovane Lima Guimarães
Adailde do Carmo Santos
Eduardo dos Passos Belmonte
Gabriela Belo da Silva
Cristiano Carvalho de Jesus
Mariane Cruz Santana
Gianluca Renato Couto Rocha
Tobias Santos Muniz Silva

CAMPUS XIQUE-XIQUE

Themístocles Martins Alves Rodrigues
Adilton Rubem Santos Gonçalves
Thiago Alberto Alves dos Santos
Jocemara Nascimento dos Santos
Luís Augusto Barreto da Silva
Gleice de Oliveira Miranda
Reisane da Conceição Cruz
Natacio Leitão Silva

Kátia Cunha Marques

Liane da Cruz Mota
Joice Andrade Bonfim
Katiana Carla Bezerra Rigaud
Hélio Rodrigues de Oliveira
Ozeias Pires Silva
José Aurimar dos Santos Angelim
João Victor da Silva Santos
Eduardo dos Passos Belmonte
Mariana Eloy dos Reis
Joabe Jobson de Oliveira Pimentel
Janine Couto Cruz Macedo
Thiago Alberto Alves dos Santos
Adriana Martins da Silva Bastos Conceição
Lucas Oliveira

COLABORADORES

Anaéli Silva Bastos

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Pedro Araujo Fernandes

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Lorena Cristina Barbosa Grisi

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Eligerlisson Souza de Almeida

Michele Sena da Silva

Luís Romel de Assis Oliveira Júnior

Antônio Vinicius dos Santos Pereira

Reginaldo Otávio da Mata Neto



Mensagem do Reitor

Prezada comunidade,

inicialmente gostaria de agradecer a todos e todas que participaram da construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), documento de extrema importância para o crescimento e fortalecimento do nosso Instituto. Foi um trabalho que contemplou como ponto fundamental a participação da comunidade.

Para a execução deste projeto, conseguimos, desde o início desta trajetória, ouvir diversas falas de: discentes, servidores(as), terceirizados(as), representantes dos territórios de Identidade, pais, mães, responsáveis, gestores(as) municipais, estaduais e federais, representantes da sociedade civil organizada, dentre outros segmentos de nossa sociedade. Auscultamos de forma sensível muitas pessoas nas diferentes regiões que desenvolvemos atividades na Bahia. Foram ao todo 49 fóruns, que tiveram como discussão os pontos fortes, as oportunidades, os pontos fracos, as ameaças e, acima de tudo, a possibilidade de propostas que poderiam influenciar o desenvolvimento organizacional do IF Baiano. Portanto, acreditamos que a construção do PDI de forma coletiva é essencial para que verdadeiramente possamos refletir de forma colaborativa as intenções, os anseios e as perspectivas para o funcionamento do nosso Instituto.

Ao longo de mais de 22 anos, que estamos trabalhando na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, temos enfrentado muitos obstáculos e conseguimos inúmeras vitórias. Ajudamos a expandir a educação pública, a interiorizar o conhecimento e a consolidar o processo formativo de milhares de pessoas, desde a Educação de Jovens e Adultos até a Pós-Graduação, de forma presencial e a distância.

Os desafios foram muitos e de muitas facetas, a exemplo do complexo processo de transição para a assunção da gestão, do contingenciamento orçamentário, da necessidade da recuperação da confiança por parte da nossa comunidade na atuação da Reitoria, até enfrentarmos juntos(as) o contexto de emergência de saúde a nível local, regional e internacional. Diante de todas essas circunstâncias, buscamos sempre e prioritariamente defender o bem-estar e a vida de todas as pessoas.

Neste percurso, foi possível identificar nas diferentes vozes e em suas propostas, o quanto somos importantes, o quanto a nossa presença pode ser fator de mudança na vida de muitas pessoas. O impacto que produzimos em suas vidas é tão grande quanto o impacto que a comunidade tem no nosso crescimento. Desta forma, o IF Baiano confirmar-se como uma instituição educacional muito significativa no Estado da Bahia, no Brasil e no mundo, pois realmente transformamos vidas.

O PDI 2021-2025 do IF Baiano, realmente, foi construído por muitas mãos. Liderado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional com atuação da Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos (Coppe), dos Núcleos de Planejamento e Parcerias Institucionais (Nuppi) e consolidado pela brilhante atuação das comissões locais e comissão central, bem como a contundente e solidária colaboração do Colégio de Dirigentes (Codir), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e do Conselho Superior (Consup), que buscaram assegurar a participação democrática dos diferentes segmentos que compõem a nossa comunidade. Sendo assim, o PDI 2021-2025 do IF Baiano representa o anseio do fortalecimento institucional, tendo como esteio três eixos: democracia, cooperação e governança. Registramos, portanto, o nosso reconhecimento e nosso sincero agradecimento a essa grandiosa equipe: parabéns, IF Baiano!

Na trajetória de construção deste documento, observamos ainda o quanto precisamos avançar em busca de novas alternativas para que possamos melhorar nossos serviços, de forma a continuarmos a oferta de uma educação pública digna da sociedade, que, cada vez mais, necessita das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional com qualidade, tendo como foco principal os(as) nossos(as) estudantes.

Ainda enfrentaremos intrincados desafios em relação a diversos cenários, que podem reverberar nas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais dentre outras tantas. Alguns desses desafios serão bem conhecidos e outros novos, que podem trazer impactos nas ações institucionais, no planejamento de nossas atividades, necessitando que gerenciemos riscos, que requeiramos um modo de vida diferente do habitual, mas que saibamos que acima de tudo devemos continuar juntos (as).

Esse contexto, permite-nos abrir alguns questionamentos: qual será a contribuição do IF Baiano para os próximos anos? De quantas mãos precisaremos para continuarmos a ofertar educação pública, gratuita e de qualidade? A resposta é bastante complexa, todavia acreditamos que ao lado da educação pública e com a força social seguiremos influenciando de forma positiva a vida de milhares de pessoas.

Queremos homenagear cada estudante, técnico(a)-administrativo(a) e professor(a), bem como a cada membro da comunidade que conosco tem buscado cultivar a paz, a luta pela vida e acima de tudo a crença de que iremos vencer todas as barreiras em prol da educação pública, gratuita e de qualidade, que continuará forte e pertencente a todos(as) nós.

É com muita honra que socializamos o nosso PDI 2021-2025 à comunidade. Estamos convencidos de que temos muito a realizar, para que possamos ao longo dos anos vindouros aprofundar o nosso diálogo, a busca permanente pela união, bem como o desenvolvimento institucional. Portanto, convidamos a todas as pessoas a lerem, criticarem e a utilizarem este documento como guia balizador das ações e diretrizes do IF Baiano nos próximos 5 anos.

Um abraço fraternal.


Aécio José Araújo Passos Duarte



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Conselho Superior

Resolução 117/2021 - OS-CONSUP/IFBAIANO, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, no uso das suas atribuições legais previstas no §1º, do artigo 4º e o art. 5º, do Regimento do Conselho Superior, considerando:

- o Processo eletrônico SUAP nº 23327.253610.2020-89;
- as deliberações do Conselho Superior na 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2021 - 2025, conforme documento anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Marcelito Trindade Almeida
Presidente Substituto

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcelito Trindade Almeida, DIRETOR - CD0003 - RET-DIREX** em 23/02/2021 16:11:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/02/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 167411

Código de Autenticação: 2d3431c656



Lista de figuras

Figura 1 - Mapa com as unidades do IF Baiano em 2020	15
Figura 2 - Mapa estratégico do IF Baiano 2021–2025	53
Figura 3 - Acervo acadêmico do IF Baiano em 2019	77
Figura 4 - Processo de realização da RAE	87
Figura 5 - Competências da CPA central	88
Figura 6 - Diretrizes de avaliação da CPA	89
Figura 7 - Etapas do processo de autoavaliação institucional	90

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação ativos(as) permanentes por classe do cargo em 2019	25
Gráfico 2 - Docentes EBTT ativos(as) permanentes por carga horária em 2019	25

Lista de quadros

Quadro 1 - Projeção de oferta de cursos e de vagas de 2021 a 2025	46
Quadro 2 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 1	54
Quadro 3 - Indicador 1	54
Quadro 4 - Indicador 2	55
Quadro 5 - Indicador 3	55
Quadro 6 - Indicador 4	55
Quadro 7 - Indicador 5	56
Quadro 8 - Indicador 6	56
Quadro 9 - Indicador 7	56
Quadro 10 - Indicador 8	57
Quadro 11 - Indicador 9	57
Quadro 12 - Indicador 10	57
Quadro 13 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 2	58
Quadro 14 - Indicador 11	58
Quadro 15 - Indicador 12	58
Quadro 16 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 3	59
Quadro 17 - Indicador 13	59
Quadro 18 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 4	60
Quadro 19 - Indicador 14	60
Quadro 20 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 5	61
Quadro 20 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 5	62
Quadro 21 - Indicador 15	62

Quadro 22 - Indicador 16	62
Quadro 23 - Indicador 17	63
Quadro 24 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 6	63
Quadro 25 - Indicador 18	63
Quadro 26 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 7	64
Quadro 27 - Indicador 19	64
Quadro 28 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 8	65
Quadro 29 - Indicador 20	65
Quadro 30 - Indicador 21	65
Quadro 31 - Indicador 22	66
Quadro 32 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 9	66
Quadro 33 - Indicador 23	66
Quadro 34 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 10	67
Quadro 35 - Indicador 24	67
Quadro 36 - Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 11	67
Quadro 37 - Indicador 25	68
Quadro 38 - Indicador 26	68
Quadro 39 - Indicador 27	68
Quadro 40 - Indicador 28	69
Quadro 41 - Projeção de despesas para o período de 2021-2025 (em reais)	74
Quadro 42 - Área destinada às atividades administrativas, pedagógicas e esportivas (em m ²)	75
Quadro 43 - Principais estruturas da área pedagógica	76
Quadro 44 - Projeção de ampliação da infraestrutura	76
Quadro 45 - Laboratórios do IF Baiano em 2020	78

Lista de tabelas

Tabela 1 - Tipologias dos cargos e lotação efetiva em 2019	25
Tabela 2 - Plano de expansão de servidores(as) para o período de 2021-2025	28

Lista de abreviaturas e siglas

AI - Ações de Internacionalização

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CEB - Conselho de Entidades de Base

CEFET - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGD - Comitê de Governança Digital

CGIGR - Comitê de Governança, Integridade e Gestão de Riscos

CGU - Controladoria Geral da União

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CODIIN - Coordenação Geral de Dados e Informações Institucionais

CODIR - Colégio de Dirigentes

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSUP - Conselho Superior

COPIN - Coordenação Geral de Parcerias Nacionais e Internacionais

CPA - Comissão Própria de Avaliação

DCE - Diretório Central Estudantil

DE - Dedicção Exclusiva

DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas

DGTI - Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

DICOM - Diretoria de Comunicação

EAC - Eficiência Acadêmica de Concluintes

EaD - Educação a Distância

EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMARC - Escolas Médias de Agropecuária da Região Cacaueira

EOC - Execução Orçamentária para Capacitação

EOPE - Evolução dos Participantes nas Ações de Extensão

EPP - Evolução dos Projetos de Pesquisa

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

FAMIF Baiano - Festival de Arte e Música do IF Baiano

FIC - Formação Inicial e Continuada

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GCA - Gasto Corrente por Aluno

GCI - Gastos com Investimentos

GCP - Gastos com Pessoal

GENI - Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade

GOC - Gastos com Outros Custeios – Excluídos Benefícios e PASEP

ICFPL - Ingressantes nos Cursos para a Formação de Professores e Licenciaturas

ICT - Ingressantes nos Cursos Técnicos

IES - Instituições de Ensino Superior

IF Baiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

Moodle - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*

MRF - Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar Per Capita

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

NAPSI - Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

NEDS - Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual

NEIMU - Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher

NGTI - Núcleos de Gestão de Tecnologia da Informação

NVO - Número de Vagas Ofertadas

OVEAD - Ocupação de Vagas da EaD

OVP - Ocupação de Vagas Presenciais

PAA - Plano Anual de Ações

PAPNE - Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PAT - Plano Anual de Trabalho

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PEDH - Programa de Educação em Direitos Humanos

PEICE - Participação de Estudantes em Iniciação Científica/Extensão

PIBIEX - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPM - Percentual de Processos Mapeados

PPPI - Projeto Político-Pedagógico Institucional

PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Extensão - Programa de Fomento às Ações de Extensão do IF Baiano

PROPES - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

QP - Qualificação Profissional

RAD - Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral

RAE - Reunião de Avaliação da Estratégia

RCA - Relação de Concluintes por Alunos

RCV - Relação de Candidatos por Vaga

RFE - Retenção do Fluxo Escolar

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIM - Relação de Ingressos por Matrícula Atendida

RJU - Regime Jurídico Único

SCA - Servidores(as) Capacitados(as)

SEIC - Seminário de Extensão, Inovação e Cultura

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TCD - Titulação do Corpo Docente

TCU - Tribunal de Contas da União

TE - Taxa de Evasão

TED - Termo de Execução Descentralizada

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UG-E - Unidade Gestora Executora

VMP - Vagas e Matrículas PROEJA

Sumário

1	Perfil Institucional	15
1.1	APRESENTAÇÃO	16
1.2	PERCURSO HISTÓRICO	17
1.3	MISSÃO, VISÃO E VALORES	20
1.3.1	Missão	20
1.3.2	Visão	20
1.3.3	Valores	20
2	Organização administrativa	21
2.1	POLÍTICA DE GESTÃO	22
2.1.1	Órgãos Colegiados	22
2.1.2	Organização Estudantil	23
2.1.3	Gestão de riscos e governança	23
2.1.4	Pesquisa de qualidade institucional	23
2.2	TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	24
2.3	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	24
2.4	GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	24
3	Organização e Gestão de Pessoal	26
3.1	POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAL	27
3.2	PERFIL DOS(AS) PROFISSIONAIS	27
3.2.1	Critérios de seleção dos(as) servidores(as) efetivos(as) e temporários(as)	30
3.3	PLANO DE CARREIRA	30
3.4	POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES(AS)	31
3.5	PLANO DE EXPANSÃO DOS QUADROS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	31
4	O Projeto Político-Pedagógico Institucional	32
4.1	CONCEPÇÕES INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO, DE CURRÍCULO E DE AVALIAÇÃO	33
4.1.1	Concepção de educação	33
4.2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	34
4.2.1	Concepção de currículo	34
4.2.2	Concepção de avaliação	35
4.2.2.1	Avaliação da aprendizagem	35
4.2.2.2	Avaliação institucional	36
4.3	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	36
4.4	A PRÁTICA PEDAGÓGICA: EIXOS ESTRUTURANTES	37

4.4.1	A práxis	37
4.4.2	A pesquisa como princípio pedagógico	37
4.4.3	Interdisciplinaridade e projetos integradores	37
4.4.4	Formação continuada	38
4.5	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, DE PESQUISA E DE EXTENSÃO: INDISSOCIABILIDADE	38
4.5.1	Política de ensino: caracterização e diretrizes	39
4.5.1.1	Caracterização	39
4.5.1.2	Política da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	39
4.5.1.2.1	Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	40
4.5.1.2.2	Diretrizes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	41
4.5.1.3	Política de Educação Superior dos Cursos de Graduação	41
4.5.1.3.1	Diretrizes da educação superior de graduação	42
4.6	POLÍTICA DE EXTENSÃO: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES	42
4.6.1	Caracterização	42
4.6.2	Diretrizes orientadoras da extensão	43
4.7	POLÍTICA DE PESQUISA, DE INOVAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES	44
4.7.1	Caracterização	44
4.7.2	Diretrizes orientadoras da pesquisa, da inovação e da pós-graduação	44
4.8	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES	44
4.8.1	Caracterização	44
4.8.2	Diretrizes orientadoras da EaD	45
4.9	POLÍTICAS ESTUDANTIS: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES	46
4.9.1	Caracterização	46
4.9.2	Diretrizes orientadoras das atividades estudantis	47
4.9.2.1	Apoio ao acesso, à permanência e ao êxito escolar	47
4.9.2.2	Apoio às atividades acadêmicas e à formação integral dos(as) discentes	47
4.9.2.3	Diversidade e inclusão	48
4.10	DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO, PARA O ACOMPANHAMENTO E PARA A AVALIAÇÃO DO PPPI	49
4.11	PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS	49

5 Desenvolvimento Institucional

55

5.1	PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	56
5.1.1	Objetivos estratégicos	56
5.1.2	Indicadores e metas	57
5.1.3	Internacionalização	73
5.1.4	O IF Baiano e o meio ambiente	73

6	Plano de infraestrutura física	75
6.1	CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	76
6.1.1	A estrutura de orçamento e de finanças	76
6.1.2	Previsão de orçamento x previsão de despesas	77
6.2	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	79
6.3	ACERVO ACADÊMICO	81
6.3.1	Sistemas de Bibliotecas	81
6.4	LABORATÓRIOS	82
7	Consolidação Institucional	86
7.1	RELAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS	87
7.2	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	87
8	Acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional	89
8.1	A REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA	90
8.1.1	Objetivos da RAE	90
8.1.2	Fatores de sucesso para a RAE	90
8.1.3	O processo da RAE	91
8.1.4	Características da RAE	92
8.2	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	92

P

D



Perfil Institucional

1 Perfil Institucional

1.1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão pública, gratuita e socialmente referenciada, localizada em 19 Territórios de Identidade no Estado da Bahia, sob o modelo de multicampi. Desse modo, o IF Baiano busca executar ações de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional que valorizam os contextos produtivos culturais, econômicos e sociais locais, difundindo a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), ao colaborar com o fortalecimento e o desenvolvimento regional no qual está inserido.

O IF Baiano tem sua origem a partir das escolas agrícolas que têm sua presença na Bahia desde 1877. Trata-se de uma instituição que é considerada na rede EPCT eminentemente agrícola (RESENDE, S/D).

Com a perspectiva de avançar no planejamento, o Instituto apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025) do IF Baiano. Instrumento de gestão que delinea horizontes para a estrutura organizacional, as atividades acadêmicas e administrativas. Trata-se de um documento indispensável para o credenciamento e o recredenciamento da instituição e de seus cursos, conforme legislações vigentes.

No processo de elaboração deste documento, ouvimos muitas pessoas, acolhemos críticas, elogios, esperanças, tristezas, percebemos que uma instituição pública de ensino é fortalecida pelo seu caráter de diversidade, pela forma com que o nosso IF Baiano luta pela inclusão das pessoas com deficiência e acima de tudo, pela forma com que este busca planejar a melhoria de vida de cada pessoa, a partir do seu planejamento e do processo colaborativo e solidário, com o objetivo precípuo de fortalecer suas atividades finalísticas: ensino, pesquisa e extensão.

O ato de planejar estrategicamente e de forma democrática, requer um pensar e agir sobre diferentes aspectos: humanos, culturais, infraestruturais, acessibilidade, sociais, didático-pedagógicos, financeiros, políticos, administrativos, sustentabilidade e meio ambiente, dentre outros, com o intuito de vislumbrar o desenvolvimento institucional. Ao planejar as etapas de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (PDI- 2021-2025), a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) considerou revisar indicadores, metas, visão e a missão do PDI anterior, pois em tão pouco tempo, o contexto educacional e a realidade brasileira e mundial se transformaram. O PDI 2021-2025 está demarcado por alguns processos que atingiram diretamente a dinâmica de funcionamento das instituições de educação pública e da sociedade brasileira: a grave crise econômica, política e de saúde. Portanto, a redução orçamentária, os reflexos do contexto da crise sanitária e a inserção de forma massiva das tecnologias de informação e comunicação nos processos formativos, reestruturam o fazer pedagógico e a forma de gestão institucional, bem como as condições de trabalho e a perspectiva de desenvolvimento institucional das Instituições Federais de Ensino (IFES).

O PDI 2021-2025 está imbricado com essa realidade complexa e em meio a esses novos desafios. O IF Baiano necessitou criar estratégias e processos dinâmicos coerentes para conduzir eixos importantes em nossa instituição, tais como a defesa da democracia nas IFES, a requalificação dos processos educacionais, a implementação da política de meio ambiente e sustentabilidade, a permanência e êxito dos(as) estudantes, a qualidade de vida, o fortalecimento da política de diversidade e inclusão, o desenvolvimento da educação de jovens e adultos, a formação de professores(as), a garantia da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a internacionalização, cooperação e a realização de parcerias a partir dos arranjos produtivos.

A obstinação, dignidade, coragem, união e a participação da comunidade do IF Baiano permitiram elaborar um PDI que visa contemplar a atuação institucional nas diferentes áreas do conhecimento e delinear diretrizes pedagógicas e administrativas para a consolidação dos *campi*, bem como para potencializar os processos formativos dos(as) nossos(as) estudantes com o intuito de enfrentar os desafios contemporâneos.

Durante esses dois anos (2018-2020) de planejamento do nosso PDI (2021-2025), a condução do processo ocorreu de forma democrática e transparente, cada pessoa que participou das reuniões, debates, fóruns, contribuiu a partir das seguintes ações:

1. Realização de reuniões da Pró-Reitora e servidores(as) da Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos (Coppe) para delinear roteiro de planejamento de construção do PDI.
2. Estruturação de roteiro de proposta de realização dos Fóruns PDI na Reitoria e em todos os *campi* do IF Baiano.
3. Constituição de Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) com representação de todos os segmentos institucionais.
4. Capacitação da Comissão Técnica de Acompanhamento.
5. Criação de cronograma, campanha e socialização de material de divulgação a comunidade.
6. Análise e identificação de fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças, análise SWOT, do PDI anterior e acolhida de propostas.
7. Contextualização das ações, objetivos, metas, visão e missão: Reitoria e *campi*.
8. Visitas Técnicas e realização dos Fóruns PDI
9. Realização de reuniões setoriais, em especial com os Núcleos de Planejamento e Parcerias (Nuppi) e com a CTA
10. Socialização da minuta do PDI com a Comunidade e construção de planejamento institucional para o período de 2021 a 2025
11. Análise junto ao Colégio de Dirigentes (Codir) - processo de identificação de metas, entraves e identificação das questões centrais (governança, ensino, pesquisa e extensão)
12. Apresentação da Minuta do PDI (2021-2025) por meio consulta a comunidade, análise das contribuições, identificação de principais entraves e elaboração de eixos e princípios estruturantes.
13. Análise jurídica da Minuta PDI (2021-2025)
14. Análise da Minuta PDI (2021-2025) pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e aprovação pelo Conselho Superior (Consup)
15. Desenho final do PDI e disponibilização do PDI (2021-2025) à comunidade.

Assim, contamos com a colaboração de todos e todas estudantes, professores(as), técnicos(as)-administrativos, pais, mães, responsáveis, terceirizados(as) e membros da comunidade externa nesse processo de consolidação institucional para o período 2021- 2025, com o tema Democracia, cooperação e Governança.

1.2 PERCURSO HISTÓRICO

Vinculado à História da Educação Profissional brasileira e às mudanças sociopolíticas do país, o IF Baiano, há mais de dez anos, faz parte do movimento de interiorização e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pública, gratuita e de qualidade realizado em todo o país, cuja trajetória conta com mais de 100 anos, iniciada com as 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada estado da federação que existia em 1909, destinadas ao ensino primário gratuito.

Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais e, em seguida, em Escolas Industriais. Alinhadas à expansão industrial da época, as Escolas Industriais focaram no ensino profissional em todo o Brasil. Em 1959, as Escolas Industriais ganharam autonomia e se tornaram Escolas Técnicas Federais, cujo objetivo era a iniciação técnica, com formação de excelência reconhecida por todo o país.

A partir da Lei nº 11.892/2008, tais instituições passaram a ter um perfil institucional mais amplo e objetivos maiores, e foram denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir de então, as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim passaram a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

À época, a adesão ao novo projeto significou herdar o conhecimento agrário e a infraestrutura do campo na perspectiva de ampliar os horizontes pedagógicos e administrativos: oferta de mais cursos de diferentes áreas, contratação de pessoal, viabilização de realização de pesquisas e de projetos extensionistas.

Passados cinco anos, o Decreto nº 7.952/2013 promoveu uma alteração na Lei nº 11.812/2008 e regulamentou que as Escolas Médias de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC) fossem vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Na Bahia, as unidades Itapetinga, Uruçuca, Teixeira de Freitas e Valença passaram para o quadro do IF Baiano.

Além da junção dessas oito escolas, o Instituto se expandiu para outras regiões baianas com *campi* em Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique, o Centro de Referência, em Salvador, e os polos de Educação a Distância (EaD) por meio de realização de parcerias com prefeituras.

Com a nova institucionalidade, além de ter uma unidade administrativa em Salvador (Reitoria) e responder pela gestão estratégica, o Instituto dedicou-se à formação científica e cidadã de seus(as) estudantes, levando-os(as) a participar de eventos nacionais e internacionais, obtendo premiações.

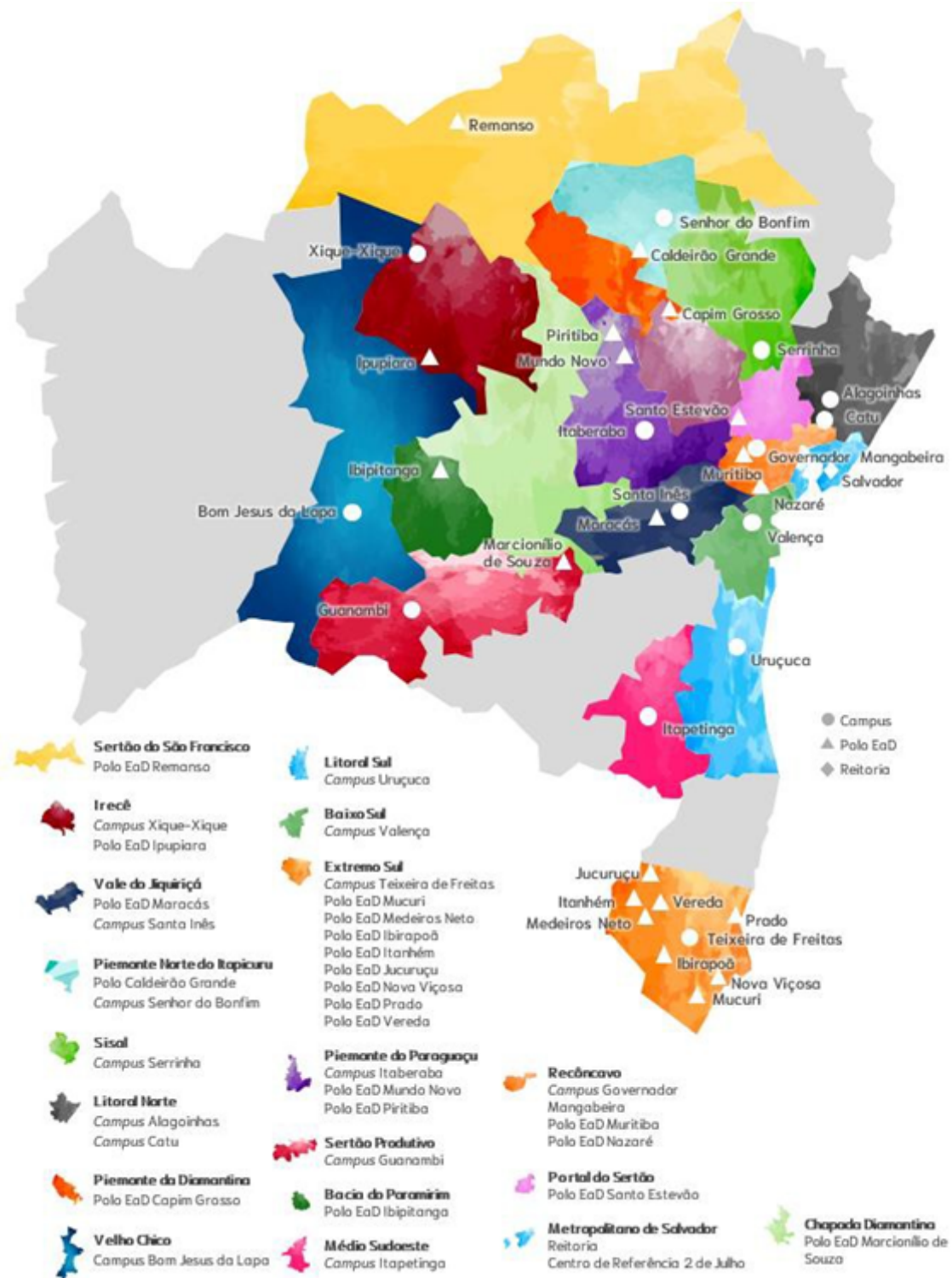
Na perspectiva de integrar teoria e prática, nossos(as) estudantes desenvolvem uma visão abrangente do conhecimento acadêmico e profissional e pode atuar em diferentes frentes (mundo do trabalho, carreira acadêmica, terceiro setor etc.). Em seu processo formativo, o(a) educando(a) participa de eventos socioculturais, científicos e esportivos, promovidos pela própria instituição, ou ainda ser membro de colegiados ou comissões avaliativas do processo de trabalho, enquanto categoria estudantil, participando do Conselho Superior (CONSUP) e/ou Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), promovendo uma educação para vida e para o trabalho, formando cidadãos(ãs) e profissionais qualificados(as).

Nesse espaço propulsor de ensino-aprendizagem, o IF Baiano propicia uma maior dedicação à Ciência, à formação de novos(as) pesquisadores(as) (bolsistas), ao desenvolvimento de produtos, à publicação em periódicos de renome nacional e internacional, ao incentivo do desenvolvimento de práticas esportivas, artísticas e culturais e à implementação de políticas afirmativas e de inclusão com a assistência estudantil e a acessibilidade.

Com o intuito de dar acesso a diversos perfis de estudantes, o Instituto gerencia processos de seleção próprios e uma parte de suas vagas da educação superior oferta pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) com uma preocupação de oportunizar o acesso a todos(as), desde os mais distantes recantos no Brasil até os talentos locais e moradores dos Territórios de Identidade.

Assim, o IF Baiano trabalha buscando o compromisso social e cultural na perspectiva de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, proporcionando itinerários formativos com foco na verticalização dos estudos, pensando na formação integral do(a) estudante, preparando-os(as) para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

Figura 1 - Mapa com as unidades do IF Baiano em 2020



Fonte: elaborada pela Coordenação Geral de Dados e Informações Institucionais (CODIIN), em 2019.

1.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

1.3.1 Missão

A missão do IF Baiano é ofertar educação profissional, científica e tecnológica pública, gratuita e de excelência em diferentes níveis e modalidades, voltada ao desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, tecnológico e científico de todos e de todas, em diferentes regiões da Bahia e do Brasil.

1.3.2 Visão

A visão do Instituto é constituir-se, nacional e internacionalmente, como instituição de referência em educação, especialmente no que se refere à formação de professores(as), à educação de jovens e de adultos(as) e ao desenvolvimento de tecnologias agrárias e ambientais.

1.3.3 Valores

São valores do IF Baiano:

- **gestão democrática** – pautada na participação, na transparência, na corresponsabilidade e na equidade das relações;
- **ética** – atuar com cordialidade, com zelo e com harmonia, respeitando toda a comunidade;
- **valorização dos(as) trabalhadores(as)**, pautada no fortalecimento e no desenvolvimento pessoal e profissional e no bem-estar coletivo para a atuação profissional;
- **valorização dos(as) discentes**, promovendo a formação integral, a permanência e o êxito para o desenvolvimento humano;
- **valorização da comunidade** – fomentar a participação, promover a cooperação e as parcerias e ampliar e melhorar a comunicação, considerando as diversidades regionais e os patrimônios culturais de cada região;
- **compromisso social**, promovendo a inclusão, o convívio, a educação emocional e o desenvolvimento socioeconômico e regional;
- **sustentabilidade**, pautada na gestão de resíduos, no uso racional da água, da energia elétrica, dos consumíveis, na Tecnologia da Informação (TI) aplicada e na preservação do meio ambiente e do bem público;
- **cooperação** – pautada na cooperação entre os *campi*, na igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.

2

Organização administrativa

2 Organização Administrativa

2.1 POLÍTICA DE GESTÃO

Nossa política de gestão é fundamentada numa condução democrática e participativa, que valoriza a atuação da comunidade e busca proporcionar-lhe momentos e espaços de discussão coletiva para a construção de uma instituição que nos represente.

A gestão democrática compõe uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e é a base para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional e para o êxito das iniciativas propostas neste documento. No IF Baiano, a gestão é realizada por meio de iniciativas que fomentam a participação da comunidade em seus processos, visando à organização dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Para dar efetividade à gestão democrática, buscamos um planejamento institucional que estabelece objetivos, metas, estratégias e ações de curto, médio e longo prazos, com a finalidade de cumprir os propósitos e a missão institucional, em articulação com as necessidades sociais e econômicas das regiões onde atuamos.

Na perspectiva de médio e de longo prazos, a participação da comunidade no planejamento institucional é efetivada na construção do PDI, por meio de fóruns presenciais e de pesquisas feitas on-line, que têm por objetivo abrir espaço para que a gestão administrativa possa ouvir seus públicos-alvo e ter suas demandas cabíveis como base para o planejamento dos rumos que a instituição tomará nos próximos cinco anos.

A curto prazo, o IF Baiano, por meio do Plano Anual de Ações (PAA), ao articular ensino, pesquisa e extensão, planeja as ações que serão realizadas em cada ano de vigência do PDI, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos nele traçados em acordo com a comunidade.

A participação da comunidade acontece de forma direta e indireta. A participação direta ocorre oportunizando os espaços de diálogos presenciais e a distância, enquanto a participação indireta realiza-se por meio dos(as) representantes das categorias que compõem a nossa comunidade, escolhidos(as) por votação entre seus pares, nos órgãos colegiados. A escolha do(a) reitor(a) e dos(as) diretores(as) gerais é realizada por votação direta por categoria. Aquele(a) que obtiver o maior número de votos será o(a) eleito(a). No caso do(a) reitor(a), uma lista única é enviada ao MEC para nomeação no cargo.

2.1.1 Órgãos Colegiados

Dentre os órgãos colegiados de apoio à gestão do IF Baiano, temos o Colégio de Dirigentes (CODIR), o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O CODIR é presidido pelo(a) reitor(a) do IF Baiano e tem, em sua composição, os(as) pró-reitores(as), os(as) diretores(as) sistêmicos(as) e os diretores(as) gerais dos *campi*. O CODIR é um órgão de caráter consultivo e tem como função apoiar o processo decisório da Reitoria. Nesse sentido, o Colégio de Dirigentes atua na apreciação e na recomendação da distribuição interna dos recursos disponíveis para a instituição, de acordo com os objetivos estratégicos traçados no PDI, entre outras competências.

O CONSUP possui caráter consultivo e deliberativo e é o órgão máximo do IF Baiano, também presidido pelo(a) reitor(a) e tendo como composição a representação dos(as) servidores(as) docentes, dos(as) servidores(as) técnicos(as)-administrativos(as), dos(as) discentes de nível médio e superior, dos(as) egressos(as), da sociedade civil, do Ministério da Educação, do Colégio de Dirigentes, da Seção Sindical e do Diretório Central Estudantil (DCE).

O CEPE é um órgão consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, que trata da organização e do funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos. É composto pelos(as) pró-reitores(as) de ensino, de pesquisa e inovação, de extensão e de desenvolvimento institucional; por representantes do segmento das direções acadêmicas; por representantes dos(as) coordenadores(as) de pesquisa e de extensão; por representantes dos(as) servidores(as) docentes, dos(as) servidores(as) técnicos(as)-administrativos(as), dos(as) discentes de nível médio e superior e dos(as) egressos(as).

As funções específicas dos colegiados estão descritas no Estatuto do Instituto Federal Baiano, disponível no sítio institucional.

2.1.2 Organização Estudantil

O movimento estudantil é um movimento social composto pelos(as) discentes da instituição e visa a fundamentar a formação política cidadã dos sujeitos, em paralelo à sua formação acadêmica, promovendo reflexões, debates e ações coletivas em defesa de direitos e de garantias dos(as) estudantes.

No âmbito do Instituto Federal Baiano, temos a composição de diversas unidades políticas estudantis nos *campi*, tais como os grêmios e os centros acadêmicos, que se organizam por meio de eleição indireta realizada no Conselho de Entidades de Base (CEB), a fim de instituir a representação máxima do corpo discente, o Diretório Central Estudantil.

Ferramenta fundamental na formação política do(a) cidadão(ã), o movimento estudantil garante a inserção dos(as) estudantes na sociedade, incluindo os(as) jovens nas questões sociais, além de ser uma forma de representação unificada na qual as demandas e as necessidades dos(as) estudantes são abordadas e levantadas por eles(as) próprios(as), cumprindo assim a democracia em espaços de pluralidade e garantindo a participação do corpo discente nos processos políticos e administrativos da instituição.

2.1.3 Gestão de riscos e governança

Os propósitos da gestão de riscos são a criação, a proteção e a atribuição de valor aos processos, com a intenção de promover a melhoria no desempenho da instituição e o encorajamento para a inovação, a fim de apoiar o alcance dos objetivos institucionais. Para tanto, a gestão de riscos deve ser baseada em informações históricas e atuais acerca da instituição, bem como em expectativas futuras, tendo a amplitude necessária para levar em consideração quaisquer limitações e incertezas associadas a essas informações e expectativas.

O sucesso da gestão de riscos está inteiramente ligado ao comportamento humano e à cultura organizacional, de forma que questões como missão, como visão e como valores institucionais precisam ser integradas por todas as partes interessadas, sobretudo, a alta gestão. Nesse sentido, são objetivos da gestão de risco: assegurar que todas as partes interessadas de um processo, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive, para determinar questões relativas à delegação, se for o caso; aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis, e agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos decorrentes de sua materialização.

Para os próximos cinco anos, a proposta para a gestão de riscos do IF Baiano é identificar todos os eventos que possibilitem os riscos inerentes, avaliando-os, sob a perspectiva da probabilidade e do impacto e propondo respostas, controle e monitoramento contínuo de todos os processos estratégicos que possibilitem o alcance da missão e da visão do Instituto.

2.1.4 Pesquisa de qualidade institucional

Entre os itens de informação requeridos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e monitorados pela Controladoria Geral da União (CGU) para a prestação anual de contas, encontra-se a "Aferição do grau de satisfação dos(as) cidadãos(ãs)-usuários(as)", que, por sua vez, compõe o conteúdo que aborda o relacionamento com a sociedade que devem ter as instituições integrantes do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao(à) cidadão(ã).

A finalidade da aferição é informar sobre os meios utilizados pelo Instituto para medir a satisfação dos(as) usuários(as) dos produtos e/ou dos serviços resultantes de sua atuação, bem como apresentar a análise dos resultados apurados, como aqueles obtidos em pesquisas de opinião realizadas.

De acordo com a Lei nº 13.460/2017 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 9.094/2017, as instituições devem realizar avaliação continuada dos seus serviços, implementando periodicamente pesquisa de satisfação junto aos(as) beneficiários(as), principalmente, no que se refere à realização do que está convencionado na Carta de Serviços ao Cidadão.

Os resultados da pesquisa devem ser apresentados de acordo com o público-alvo abordado, com a descrição do instrumento utilizado e do contexto em que ocorreu. Devem possibilitar, sempre que possível, a comparação com os resultados observados em períodos distintos. Por extensão, devem ser explicitadas as medidas adotadas pela instituição para a melhoria e para o aperfeiçoamento da prestação do serviço.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional gere a Pesquisa da Qualidade do Atendimento ao(à) Usuário(a)-Cidadão(ã), realizada em formulário eletrônico e disponível em nosso portal institucional, apresentando anualmente os resultados no Relatório de Gestão. A Pesquisa da Qualidade do Atendimento do IF Baiano também faz parte de um conjunto de iniciativas que buscam somar esforços para a melhoria da instituição, com uma visão orientada pelos critérios do interesse público e da ampliação da cidadania, que resultem em serviços com reconhecidas eficiência e eficácia administrativas, fortalecendo os valores democráticos.

A Pesquisa da Qualidade do Atendimento ao(à) Usuário(a)-Cidadão(ã) do IF Baiano, portanto, é um meio para apoiar o processo de tomada de decisão em todas as etapas de geração de valor público do Instituto, trazendo informações e dados acerca dos públicos-alvo, das suas necessidades, do grau de satisfação, da imagem e da confiança institucionais, entre outros aspectos.

2.2 TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O IF Baiano preza pelo cumprimento da Lei de Acesso à Informação e pela transparência, praticando o princípio da transparência ativa, aquela em que há disponibilização da informação de maneira espontânea, por meio do sítio institucional e do uso de perfis institucionais nas redes sociais.

Em relação à transparência passiva, aquela em que a informação é disponibilizada a partir de uma solicitação do(a) cidadão(ã), o IF Baiano mantém o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e também presta atendimento de forma pessoal, por telefone, por correspondência física e pelos e-mails institucionais.

2.3 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

As parcerias institucionais são maneiras de estabelecer relações com a comunidade externa e, assim sendo, elas fortalecem a missão do IF Baiano, uma vez que, junto a organizações externas, são desenvolvidas ações no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento institucional, em prol da melhoria da educação e das regiões onde nossas unidades estão inseridas.

Nossa instituição relaciona-se com a comunidade externa de várias maneiras, dentre elas, a celebração de convênios, de convênios de estágios, de acordos de cooperação e de diálogo com instituições parceiras, por meio das ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento institucional, pensando na melhoria das regiões.

Assim, ao firmar parcerias, o IF Baiano tem a oportunidade de compartilhar experiências, de participar da dinâmica local e/ou regional, de promover o diálogo com a comunidade externa e de desenvolver outras ações e atividades que o tornem mais próximo de instituições, de órgãos e de pessoas, passando a ter uma participação mais atuante na região em que se localiza. Os princípios que norteiam esse relacionamento são fundamentados nos preceitos que permeiam os nossos valores institucionais, bem como nos valores da administração pública.

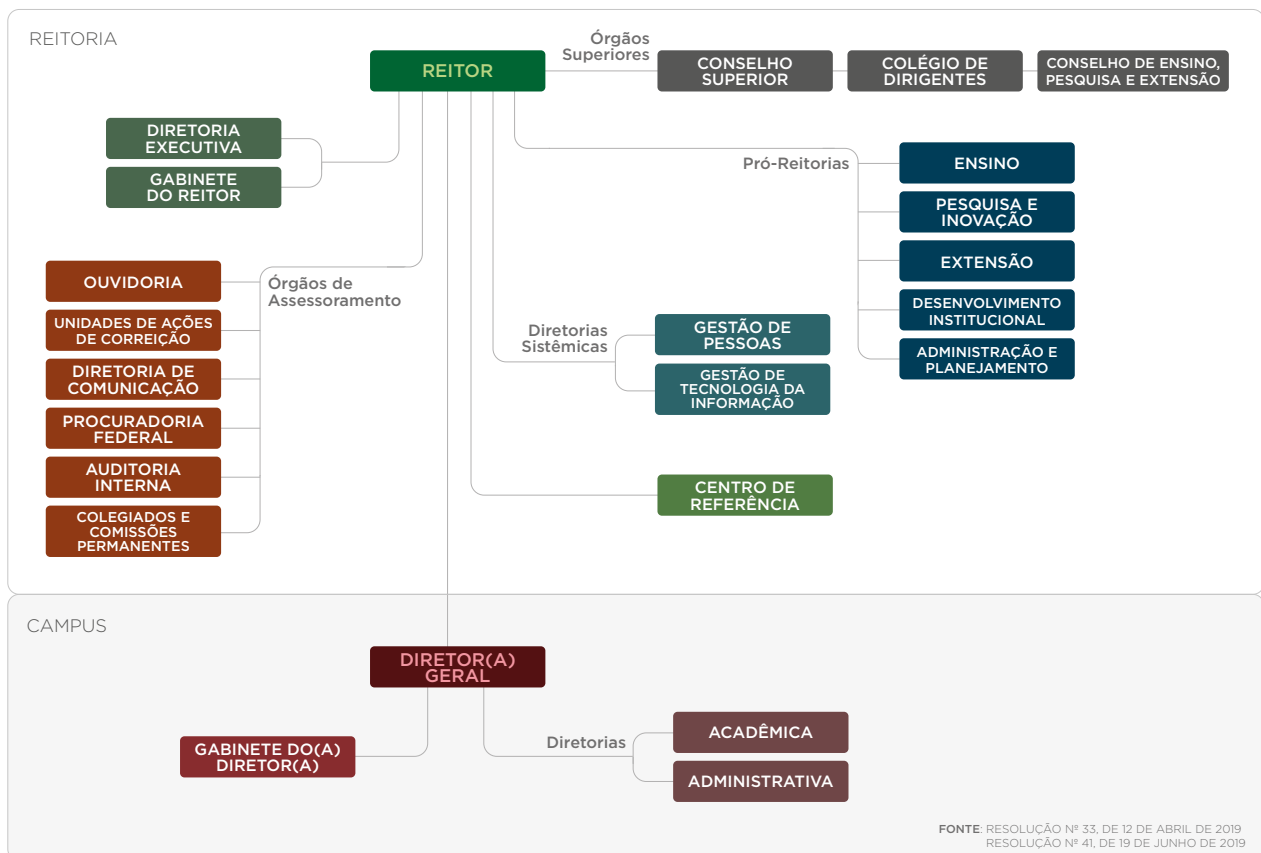
2.4 GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A gestão da área de Tecnologia da Informação do IF Baiano é realizada de forma compartilhada entre os *campi* e a Reitoria, tendo como foco principal a efetiva utilização da informação como suporte às práticas e aos objetivos da instituição, de forma transversal, para atender às exigências por agilidade, por flexibilidade, por efetividade e por inovação.

Dessa maneira, a gestão de Tecnologia da Informação tem o papel de alinhar as suas estratégias e planos às estratégias da instituição. Na Reitoria, a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) é o setor estratégico responsável por propor, por orientar, por planejar, por coordenar e por supervisionar as políticas, os programas e as ações na área de informática e telecomunicações aprovados pelo Comitê de Governança Digital (CGD).

Nos *campi*, os Núcleos de Gestão de Tecnologia da Informação (NGTI), atuando de forma alinhada e estratégica com a direção do *campus* e com a DGTI, têm a finalidade de criar e de manter condições de funcionamento das atividades ligadas à Tecnologia da Informação, bem como de desenvolver serviços e de dar suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A seguir são elencados os setores do IF Baiano, sendo que as competências e as atribuições de cada setor estão expressas no regimento e estatuto.



3

Organização e Gestão de Pessoal

3 Organização e Gestão de Pessoal

3.1 POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAL

No IF Baiano, a Política de Gestão de Pessoas visa ao estabelecimento de um conjunto de políticas específicas para orientar seus(as) servidores(as), coadunadas com a missão e com os valores institucionais. Tais políticas norteiam a sistematização das diretrizes para o desenvolvimento das ações estratégicas, com vistas à valorização pessoal e profissional dos(as) servidores(as).

De acordo com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), as ações relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da Política de Gestão de Pessoas são alicerçadas nos seguintes valores:

- comportamento ético;
- respeito à individualidade e à diversidade humana;
- capacidade técnica;
- responsabilidade social;
- excelência no atendimento;
- comprometimento institucional;
- comunicação eficaz;
- qualidade de vida no trabalho;
- trabalho em equipe.

A gestão de pessoas, conforme organograma institucional, baseia-se nas seguintes diretrizes para o desenvolvimento das suas ações:

- I. direcionamento da gestão de pessoas alinhado ao planejamento estratégico, no âmbito do Instituto Federal Baiano;
- II. incentivo às práticas de gestão que estimulem o engajamento, a produtividade e o foco na excelência do atendimento, bem como a responsabilidade social e as condutas éticas;
- III. gestão das informações pessoais e profissionais dos(as) servidores(as), com transparência e respeito à confidencialidade;
- IV. reconhecimento das pessoas como sendo fundamentais para o desenvolvimento organizacional relevante, na perspectiva do atendimento humanizado, inclusivo e igualitário;
- V. estímulo aos(as) servidores(as) integrantes da DGP para, a partir das suas ações, contribuírem para a excelência no atendimento, na comunicação eficaz e na qualidade de vida no trabalho;
- VI. estímulo a todos(as) da organização para a responsabilidade compartilhada, no sentido de promover um ambiente de trabalho profissional respeitoso, urbano, cooperativo e solidário;
- VII. incentivo ao compartilhamento de ideias e de sugestões pelos(as) servidores(as), para o desenvolvimento da instituição;
- VIII. fortalecimento do capital intelectual da instituição, estimulando a busca constante pelo desenvolvimento profissional da força de trabalho.

3.2 PERFIL DOS(AS) PROFISSIONAIS

A Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previstas, para o IF Baiano, 1.140 (mil cento e quarenta) vagas para professores(as) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 920 (novecentas e vinte) vagas para Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação (TAE).

A Portaria SETEC/MEC nº 17, de 11 de maio de 2016, estabelece que os(as) professores(as) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atuarão nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão diretamente vinculadas aos cursos e aos programas ofertados pela instituição, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Atualmente, a instituição possui uma força de trabalho composta por 1.836 (mil oitocentos e trinta e seis) servidores(as) cadastrados(as) no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), dentre efetivos(as), nomeados(as) em cargo de comissão e professores(as) substitutos(as) e temporários(as), distribuídos(as) em 14 (quatorze) *campi* e na Reitoria. Esse total é proveniente da admissão mediante concursos públicos, para os cargos efetivos, e processos seletivos simplificados.

Tabela 1 – Tipologias dos cargos e lotação efetiva em 2019

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Técnicos(as)-Administrativos(as)	Docentes
Ativo(a) Permanente	868	790
Aposentado(a)	43	29
Cedido(a)	02	03
Colaborador(a) Ingressante nos cursos técnicos (ICT)	01	00
Colaborador(a) PCCTAE e Magistério	03	00
Contrato professor(a) substituto(a)	00	75
Contrato temporário	00	08
Estagiário(a)	39	00
Exercício descentralizado de carreira	01	00
Exercício provisório	03	00
Nomeado(a) em cargo de comissão	01	00
Requisitado(a)	02	00
Total de servidores(as)	963	905

Fonte: tabela elaborada pela comissão central do PDI, em 2019.

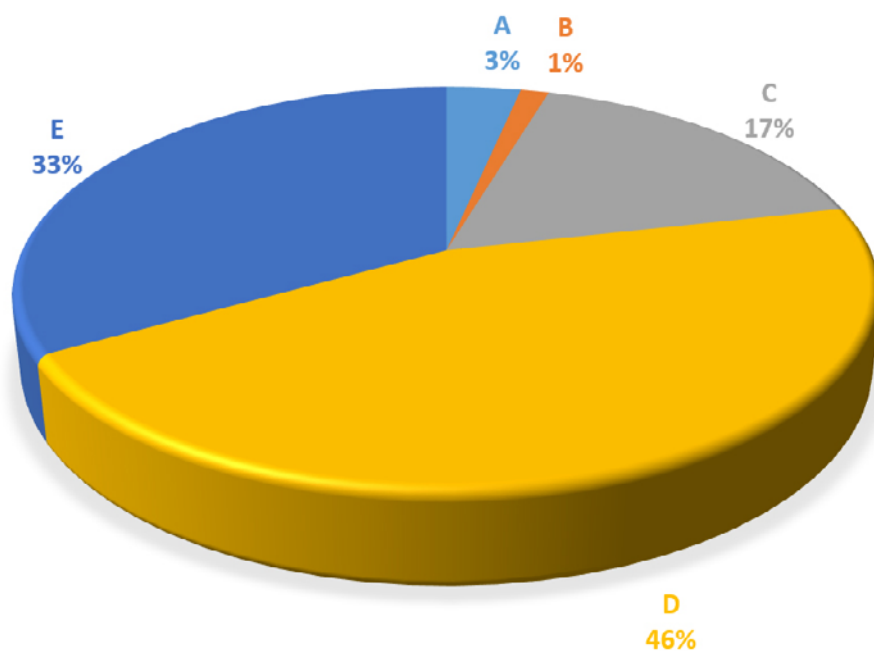
Para a elaboração da tabela acima, adotou-se como referência informações extraídas em 13 de agosto de 2019, a partir do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), onde, dos 1.658 (mil seiscentos e sessenta e oito) servidores ativos permanentes, foram considerados os cargos: 868 (oitocentos e sessenta e oito) da carreira Técnico-Administrativa em Educação e 790 (setecentos e noventa) da carreira docente.

Cabe destacar que, conforme a Lei nº 11.091/2005, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, os cargos da carreira são classificados em níveis que diferem em relação a requisito de escolaridade, a nível de responsabilidade, a conhecimentos, a habilidades específicas, a formação especializada, a experiência, a risco e a esforço físico para o desempenho de suas atribuições (BRASIL, 2005).

De acordo com a Portaria nº 246/2016, Anexo III, fica definido pelo Ministério da Educação o modelo de dimensionamento de distribuição dos cargos e funções da instituição. Isso representa que a quantidade total de cargos de servidores(as) docentes e técnicos(as) administrativos(as), funções e cargos de confiança por unidade (Reitoria e *campus*) estão estabelecidas no referido documento.

Nesse sentido, o IF Baiano possui, distribuídos nos *campi* e na Reitoria, aproximadamente 52,35% do total de servidores(as) composto por técnicos(as)-administrativos(as) em educação ativos(as) e permanentes, ocupando cargos das classes A, B, C, D e E, conforme mostra o gráfico a seguir:

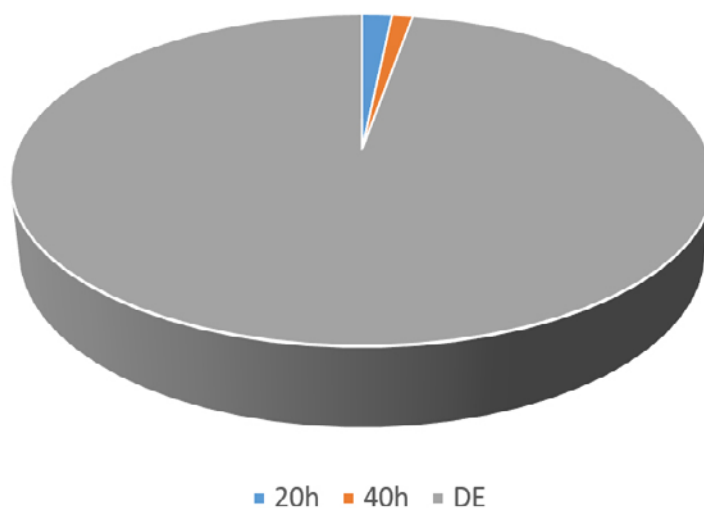
Gráfico 1 – Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação ativos(as) permanentes por classe do cargo em 2019



Fonte: gráfico elaborado pela comissão central do PDI, em 2019.

Já na carreira de Docente EBTT ativos(as) permanentes, o IF Baiano possui, distribuídos(as) nos *campi* e na Reitoria, aproximadamente 47,65% do total dos(as) servidores(as), ocupando cargos com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 40 (quarenta) horas semanais e Dedicção Exclusiva (DE), conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Docentes EBTT ativos(as) permanentes por carga horária em 2019



Fonte: gráfico elaborado pela comissão central do PDI, em 2019.

3.2.1 Critérios de seleção dos(as) servidores(as) efetivos(as) e temporários(as)

Uma vez que o provimento de cargo de professor(a) no Instituto depende de regramento que tem origem externa, devido à natureza de instituição pública federal, cabe registrar a determinação legal que o rege.

De acordo com a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, artigo 105, fica estruturado o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto pelos cargos de nível superior do quadro de pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação.

No artigo 111 do mesmo instrumento legal, está estabelecido que sejam atribuições gerais dos cargos que integrem o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e as competências definidos nas respectivas especificações: aquelas atribuições relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito, predominantemente, das Instituições Federais de Ensino, e aquelas inerentes ao exercício de direção, de assessoramento, de chefia, de coordenação e de assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

A seleção dos(as) docentes efetivos(as) é realizada por meio de concurso público com provas objetivas, dissertativa de conhecimentos específicos, de conhecimentos pedagógicos, de prova de títulos e ainda uma prova de desempenho didático. Para participar desses processos, é necessário que o(a) candidato(a) possua formação superior nas áreas específicas discriminadas no edital de abertura. Após a homologação do concurso, os(as) candidatos(as) aprovados(as) são convocados(as) para posse e contratação, segundo o Regime Jurídico Único (RJU).

Já os(as) Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação são selecionados(as) por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como as eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual são destinadas as vagas são definidos no edital do certame.

As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, de Raciocínio Lógico, de Informática, de Legislação e de Conhecimentos Específicos, selecionadas de acordo com os conhecimentos considerados necessários para desempenhar as funções que o cargo demanda, e a nomeação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação no concurso.

No trabalho docente, cabe dizer que, no caso dos procedimentos para substituição eventual dos(as) professores(as) do quadro efetivo, cumprem-se os seguintes passos: publicação de edital para seleção e realização de prova escrita, de prova didática e de prova de títulos, com provimento do cargo por um período não superior a dois anos.

A política de professores(as) substitutos(as) segue os critérios estabelecidos nos termos da Lei nº 8.745/93 e nas suas alterações, no Decreto nº 7.312/2010, na Portaria Interministerial nº 149/2011 (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e do Ministério da Educação), publicada no DOU de 13 de junho de 2011, na Portaria nº 130 do MEC (publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2012), na Portaria nº 1.287 do MEC (publicada no DOU de 21 de setembro de 2011) e na Lei nº 12.772/12.

A figura do(a) substituto(a) aparece quando o(a) professor(a) efetivo(a) é afastado(a) do cargo, seja por motivo de licença médica, seja para cursar pós-graduação, constituindo amparo legal. A contratação está autorizada em até 20% do total de professores(as) efetivos(as), e o recrutamento é feito por meio de processo seletivo simplificado, destinado a selecionar candidatos(as) para contratação por tempo determinado.

3.3 PLANO DE CARREIRA

O corpo docente do IF Baiano é regido por dois tipos de regime: pela Lei nº 8.112/90, que engloba o cargo efetivo de professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do quadro permanente, preenchido mediante concurso público de provas e títulos; e pela Lei nº 8.745/93, que estabelece as condições de contratação de professores(as) substitutos(as).

Os requisitos para progressão e para promoção dos(as) docentes estão previstos na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) é regido pela Lei nº

11.091/2005. O Plano está estruturado em cinco níveis de classificação, cada um deles com quatro níveis de capacitação. O ingresso do(a) servidor(a) no PCCTAE dar-se-á sempre no primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

3.4 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES(AS)

A capacitação dos(as) Servidores(as) do IF Baiano foi instituída pelo Decreto nº 9.991/2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990, quanto a licenças e afastamentos. O objetivo deste regulamento é estabelecer uma cultura de planejamento de ações de desenvolvimento entre todos os órgãos da Administração Pública Federal, com base no alinhamento das necessidades de cada órgão e entidade, sem prejuízo da necessidade de transparência de informações, ele estabelece alterações quanto a regras de concessão de licenças e afastamentos para servidores. Além disso, determina novas orientações aos gestores para elaboração de ações de desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas foi dividido pelo Ministério da Economia em duas fases. Na primeira, o órgão central agrupou as necessidades transversais (comuns/similares) em temáticas específicas, chamadas MACROS (definidas a partir daquelas já utilizadas pela Escola Nacional de Administração Pública, com acréscimo de outras que não existiam). Após essa primeira categorização, em virtude da amplitude das categorias, as MACROS foram categorizadas em sub-temáticas, chamadas MICROS. Assim, a primeira fase foi finalizada com a consolidação das MACROS e MICROS e encaminhadas, A segunda consistiu na análise das necessidades já categorizadas na primeira fase, buscando melhor adequação do portfólio de cursos às necessidades apresentadas.

Com essas informações é realizado uma sistematização da necessidade de capacitação para todos os órgãos e entidades que deverão nortear suas ações de desenvolvimento conforme o que foi preenchido em seu respectivo Plano.

No IF Baiano realizamos a pesquisa para identificar todas as necessidades de capacitação e compor o Plano de Desenvolvimento de pessoas em conformidade com a deliberação.

3.5 PLANO DE EXPANSÃO DOS QUADROS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis no modelo de dimensionamento dos institutos federais estabelecido pela Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, publicada em 11 de maio de 2016, no banco de professor(a) equivalente, instituído pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, com alterações promovidas pela Portaria Conjunta nº 405 (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG e do Ministério da Educação), de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016; e ainda pelo Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e de técnicos(as)-administrativos(as), projeta-se a execução de admissão e o preenchimento de vagas na seguinte proporção até 2024:

Tabela 2 – Plano de expansão de servidores(as) para o período de 2021-2025

Admissão de servidores(as)	Situação em 2019	Meta de crescimento					Total
		2021	2022	2023	2024	2025	
Docentes	780	108	63	63	63	63	1.140
TAE	864	56	45	45	45	45	1.100

Fonte: tabela elaborada pela comissão central do PDI, em 2019.

Dessa forma, durante a vigência deste PDI e com base no quantitativo de servidores(as) de 2020, a Diretoria de Gestão de Pessoas estima um crescimento de 46 % para o quadro docente e de 27,4 % para o quadro técnico-administrativo.

Vale ressaltar que o preenchimento de cargos técnicos-administrativos, previsto para a partir de 2019, está condicionado à liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e à atualização do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Já o preenchimento do quadro de docentes está condicionado ao alcance da Relação Aluno(a)-Professor(a).

4

O Projeto Político- -Pedagógico Institucional

4 O Projeto Político-Pedagógico Institucional

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) é parte constituinte do Plano de Desenvolvimento Institucional, o qual é estabelecido pelo Decreto nº 9.235/2017 e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior, de cursos superiores de graduação e de cursos sequenciais no sistema federal de ensino.

Trata-se, portanto, de um instrumento importante de gestão acadêmica, que expressa as concepções teórico-metodológica, política e filosófica da comunidade acadêmica, considerando o contexto local, regional e nacional.

No IF Baiano, adota-se o termo Projeto Político-Pedagógico Institucional, pois entende-se que esse documento tem a função política de orientar e de nortear o planejamento das ações educativas, além de definir diretrizes para o desenvolvimento da práxis pedagógica e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo-se a formação integral do(a) estudante e o cumprimento da função social do Instituto.

Desse modo, ele orienta as diretrizes, as políticas, os programas e os projetos que visam ao desenvolvimento pedagógico institucional e as elaborações, as alterações e as reformulações dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).

4.1 CONCEPÇÕES INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO, DE CURRÍCULO E DE AVALIAÇÃO

4.1.1 Concepção de educação

A concepção de educação, que baliza o fazer pedagógico do IF Baiano, fundamenta-se na perspectiva ontológica e histórica da relação trabalho-educação, a qual compreende que a existência humana não é garantida naturalmente, mas produzida pelo ser humano, ou seja, é um produto do trabalho, o qual é apreendido e difundido entre as gerações por meio de processos educativos (SAVIANI, 2007).

Nesse escopo, a educação apresenta-se como atividade humana e histórica desenvolvida no conjunto das relações sociais, por meio das quais homens e mulheres, como sujeitos ativos desse processo, podem desenvolver-se em suas múltiplas potencialidades e necessidades (materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas, dentre outras).

Essa perspectiva tem como base a concepção de politecnia, a qual consiste em possibilitar ao(a) discente a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, orientando-o(a) à realização de múltiplas escolhas e à construção de caminhos para a produção da vida (RAMOS, 2008). A politecnia traz em seu bojo a concepção de uma formação omnilateral, que implica a relação trabalho-educação ou, mais especificamente, a indissociabilidade entre processo formativo e trabalho produtivo.

A formação omnilateral (multilateral e integral) questiona as dicotomias construídas historicamente entre trabalho manual e intelectual e entre formação profissional e geral, por meio de propostas formativas que visam a tornar o ser humano capaz de compreender, de discutir, de produzir e de usufruir da ciência, da arte, da técnica e da tecnologia. A omnilateralidade requer, portanto, o desenvolvimento humano em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas (MANACORDA, 2007).

Uma educação que se proponha à formação de homens e de mulheres na sua integralidade precisa atentar-se, ainda, para as relações sociais e para marcadores como gênero, sexualidade, raça, classe, fator geracional etc., e para a necessária conscientização acerca deles, viabilizando outros lugares de fala e encontros, a partir das experiências dos(as) discentes, sem perder de vista a necessidade de uma permanente atitude crítica para a compreensão dessas realidades.

Desse modo, a perspectiva de educação do IF Baiano tem como enfoque a formação integral dos(das) discentes através do desenvolvimento pleno das suas potencialidades, por meio da aquisição, da ampliação, da discussão e da disseminação do conhecimento em suas múltiplas tessituras: científicas, tecnológicas, culturais, artísticas, dentre outras.

4.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica, principal finalidade do IF Baiano, prevista na Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, é compreendida a partir da perspectiva da politécnica e da omnilateralidade como processo formativo de qualificação e de habilitação para o desenvolvimento de atividades profissionais, garantindo-se a indissociabilidade entre a formação intelectual, tecnológica e cultural.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, em seu artigo 39, a educação profissional é uma modalidade de educação que integra as dimensões do trabalho à ciência e à tecnologia por meio de cursos de qualificação profissional, inclusive de formação inicial e continuada de trabalhadores(as), de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL,1996).

No Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, a meta 11 explicita a necessidade de ampliação das matrículas da educação profissional e técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

No IF Baiano, a formação profissional técnica de nível médio, compreendida como um direito do(a) cidadão(ã), pautada em processos formativos para a prática social que articule as atividades intelectuais e manuais de maneira crítica e dialógica, é ofertada, prioritariamente, na forma integrada, conforme preconizado na Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Para além das exigências legais, essa escolha traduz o compromisso político e social, assumido por este Instituto, de contribuir com a expansão da educação básica e com a qualificação profissional no interior da Bahia. Corrobora, portanto, com a construção do projeto de desenvolvimento histórico da sociedade, oferecendo formação integral, pública, gratuita e verticalizada.

Desse modo, a EPT no IF Baiano é concebida como mecanismo que promove a formação integral e integrada com a prática social transformadora; oportuniza a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos; articula a teoria com a prática para o domínio da técnica em nível intelectual e qualifica para a gestão e para o mundo do trabalho.

4.2.1 Concepção de currículo

O IF Baiano propõe uma visão do currículo a partir de uma perspectiva política e pedagógica que integra os diferentes campos do saber humano: científico, cultural, tecnológico, social e dos cotidianos. É compreendido, portanto, como uma construção cultural, controversa, conflituosa e intencional, a respeito da qual se tomam decisões e são feitas opções que não são as únicas possíveis (SACRISTÁN, 2010).

Não obstante, o currículo como documento oficial é fundamental para organizar os códigos do que deve ser a cultura escolar, ampliando-a como rede de saberes e fazeres que estão presentes nas narrativas compartilhadas no cotidiano (FERRAÇO; CARVALHO, 2012). Desse modo, considera-se que a organização curricular deve ser construída de forma participativa pelos sujeitos que a vivenciam no contexto escolar. Assim, o currículo deve manifestar os interesses negociados pela comunidade acadêmica, que o torna um documento representante das diversas vozes do cotidiano educacional.

Alinhado à concepção de educação omnilateral, o IF Baiano assume o compromisso social e pedagógico de apresentar um currículo emancipador e inclusivo, que acolhe as diferenças e garante a autonomia dos diversos sujeitos do processo educativo. Nesse sentido, a flexibilização curricular é uma diretriz que deve reger os Projetos Pedagógicos de Cursos, a fim de viabilizar uma maior participação dos(as) estudantes na organização curricular, possibilitando escolhas no delineamento do seu processo formativo.

Desse modo, o IF Baiano entende a importância de debater o currículo coletivamente, considerando o planejamento e o acompanhamento do itinerário formativo, de modo a favorecer as possibilidades articuláveis da oferta aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio-ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou de serviços, conforme a Lei nº 9.394/1996 e as suas alterações,

a Resolução nº 06/2012 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a Lei nº 11.645/2008, a Lei nº 13.234/2015, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, dentre outros marcos legais que fundamentam a construção do currículo. Nesse sentido, em sintonia com a presente resolução, a compreensão de trabalho é assumida como princípio educativo, que tem na integração entre ciência, tecnologia e cultura a base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular.

Ao adotar uma concepção de educação politécnica e omnilateral, o Instituto empreende esforços pedagógicos para relacionar o âmbito escolar à prática social concreta (RAMOS, 2008). Em outras palavras, assume-se o compromisso de efetivar, no dia a dia acadêmico, um currículo integrado que promova a formação integral e integrada com a prática social transformadora.

Por conseguinte, a integração curricular vai além da articulação entre os componentes da formação básica e os da formação técnica. Segundo Ramos (2006), a

[...] preparação básica para o trabalho deve estar organicamente integrada tanto à base nacional comum quanto à parte diversificada do currículo, ao mesmo tempo em que os conhecimentos associados à realidade do mundo do trabalho devem ser básicos a quaisquer atividades produtivas. (RAMOS, 2006, p. 139).

O compromisso pedagógico do IF Baiano, portanto, é superar a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular, propondo um currículo que valorize a formação de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem ao(à) estudante o desenvolvimento do raciocínio lógico, interpretativo e analítico para identificar e para solucionar problemas e, não menos importante, para que ele(a) desenvolva igualmente uma consciência complexa acerca da conjuntura sociopolítica, da biodiversidade, da educação ambiental, das relações etnoraciais, dos(as) negros(as) e dos(as) indígenas, de gênero, de sexualidade e de inclusão, como elementos constitutivos da amálgama social brasileira.

4.2.2 Concepção de avaliação

O IF Baiano compreende a avaliação da aprendizagem como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada dos processos de ensino e de aprendizagem, que permite tomar decisões para superar as dificuldades e para reorientar o planejamento educacional. Desse modo, tal proposta está ancorada nas seguintes concepções: educação omnilateral; currículo integrado, contextualizado e interdisciplinar, que valorize os direitos humanos e o respeito à diversidade e aprendizagem por mediação.

Pensar e fazer avaliação, conforme preconizado por Saul (2015), requer clareza com relação às finalidades da prática, que, em última instância, tem como horizonte a humanização do ser humano. Só assim a avaliação adquire significado e oferece indicações para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

4.2.2.1 Avaliação da aprendizagem

Sob essa ótica, a avaliação abandona o caráter de exame, meramente regulador, para ganhar o estatuto de estratégia que descreve e analisa criticamente a realidade e a prática educativa, na perspectiva de uma educação emancipatória, ou seja, crítico-transformadora (SAUL, 2015).

O IF Baiano assume essa concepção humanizadora da avaliação e, conforme prevê a LDBEN, compreende a relevância de valorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, oportunidade em que a análise global e sistêmica deve ajuizar qualidade ao fazer pedagógico. Desse modo, busca-se balizar as dificuldades, as conquistas e as possibilidades dos(as) estudantes em seu percurso formativo.

A avaliação da aprendizagem deverá ocorrer de forma diversificada, resultante de processos que agreguem instrumentos de naturezas diferentes, priorizando a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática e o mundo do trabalho, conforme as especificações da Organização Didática dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e de graduação do IF Baiano.

Desse modo, a avaliação permite identificar possíveis ações restauradoras e avanços no contínuo da prática escolar, no sentido de criar condições para se obter um melhor processo de ensino e de aprendizagem, bem como um melhor desempenho institucional (LIBÂNEO, 2004).

4.2.2.2 Avaliação institucional

Ao compreender a importância do ato avaliativo no âmbito institucional, o IF Baiano tem na Comissão Própria de Avaliação (CPA) um espaço democrático garantidor da condução e da sistematização dos processos de autoavaliação e de prestação de informações sobre seus indicadores de qualidade à comunidade interna, à sociedade e aos órgãos governamentais.

A avaliação institucional configura-se, ainda, como uma relevante estratégia de reflexão e de redimensionamento das ações efetivadas, a fim de intervir nos fatores que determinam possíveis entraves e dificuldades e, a partir deles, adotar estratégias de ação para a superação das problemáticas detectadas.

A autoavaliação da instituição deve abranger também a análise individual dos cursos, no que tange às dimensões didático-pedagógicas, às dimensões dos sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem e da infraestrutura, a fim de realizar o mapeamento de fragilidades e de avanços e de traçar novos rumos para o fortalecimento do Instituto.

Nesse sentido, compreende-se ainda o acompanhamento do(a) egresso(a) como o derradeiro mecanismo da avaliação institucional. Para tanto, o IF Baiano tem se empenhado na ampliação das ferramentas que acompanham os(as) seus(suas) egressos(as), tanto na formação verticalizada quanto na inserção no mundo do trabalho.

4.3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais que lastreiam a proposta pedagógica do IF Baiano atuam como alicerce permanente do processo de ensino e de aprendizagem, a saber:

- compromisso com a oferta de educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e integrada às demandas locais e regionais;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- compromisso ético e responsabilidade socioambiental;
- diversidade e inclusão;
- flexibilização curricular;
- verticalização e integração do ensino.

4.4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA: EIXOS ESTRUTURANTES

4.4.1 A práxis

O IF Baiano concebe a prática pedagógica como espaço e tempo escolar de diálogo e de articulação entre as concepções de educação, de currículo e de avaliação assumidas. Com efeito, a ação de ensinar e de aprender deve ser intencional, portanto, orientada pela práxis. Na práxis, a intencionalidade guia os processos, pois pressupõe uma relação dialética entre os sujeitos e a natureza, na qual eles transformam a natureza com seu trabalho e transformam a si mesmos reflexivamente (FRANCO, 2016).

As práticas pedagógicas são dinâmicas naturalmente. E incluem desde o planejamento e a organização dos processos de ensino e de aprendizagem até o desenvolvimento de processos que ocorrem para além do esperado e, por isso, exigem encaminhamentos metodológicos pensados na dimensão da formação omnilateral dos sujeitos, ancorada nos fundamentos do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia.

Destaca-se que a proposta pedagógica do IF Baiano dialoga também com a abordagem sociointeracionista, por se tratar de uma perspectiva que preconiza o desenvolvimento humano como sendo histórico-cultural (VYGOTSKY, 1998) e que propõe a adoção de aspectos indispensáveis à prática pedagógica manifestada, tais como: a) a interação como princípio para a construção de saberes; b) a legitimação do arcabouço cultural do(a) estudante, considerando seus conhecimentos prévios e c) a mediação da aprendizagem, com destaque para os níveis de desenvolvimento do conhecimento por parte do(a) discente.

Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico no IF Baiano orienta-se pelas bases apresentadas no Projeto Político-Pedagógico Institucional, na Organização Didática dos cursos, nas Políticas de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e, detalhadamente, nos Projetos Político-Pedagógicos de cada *campus*, tanto para fundamentar o planejamento do ensino e da aprendizagem, quanto a ação do(a) professor(a) e do(a) estudante.

4.4.2 A pesquisa como princípio pedagógico

Compreendida como modo de produzir conhecimentos, de promover autonomia intelectual, de intervir e de viabilizar o deslindamento, a compreensão e a conscientização acerca da realidade, a pesquisa no IF Baiano é princípio basilar para a práxis pedagógica, pois, conforme preconizado por Freire, “[...] Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo” (FREIRE, 2002, p. 32).

Desse modo, o ensino e a pesquisa, no IF Baiano, encontram-se imbricados num processo formativo cujo objetivo é a formação de sujeitos participativos e corresponsáveis pelos processos de transformação da sociedade. Tal proposta de educação problematizadora ocorre por meio de relações de horizontalidade entre discente e docente, de saberes gerais e locais, de teorias científicas e de saberes práticos.

Esses diálogos entre os diferentes sujeitos e as áreas do conhecimento viabilizam a compreensão dos diversos fenômenos e/ou processos objetos das pesquisas, uma vez que o ato de conhecer desenvolve-se na multiplicidade de conexões e na heterogeneidade, por meio de fluxos e de contrafluxos que têm a realidade como guia.

4.4.3 Interdisciplinaridade e projetos integradores

O IF Baiano adota a interdisciplinaridade como um dos eixos estruturantes da prática pedagógica, pois ela permite a compreensão da totalidade social, por meio do conhecimento das partes e das suas relações, rompendo, dessa forma, com a fragmentação e com o isolamento da ciência, da técnica, dos conteúdos escolares, dos(as) docentes e dos(as) discentes (SILVA, 2014).

Para a viabilização dessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos de Cursos contam com projetos integradores, que se constituem como componentes curriculares, cujo objetivo é a articulação entre teoria e prática em uma perspectiva interdisciplinar, integrada e contextualizada, que viabilize aos(as) discentes a compreensão da realidade na qual estão inseridos(as), em uma visão prospectiva de transformá-la.

Dessa forma, o IF Baiano busca promover a formação integral do(as) discentes, de modo a atender às exigências político-sociais, éticas e culturais e às necessidades do mundo do trabalho, além de possibilitar maior autonomia e

capacidade de solucionar problemas reais de maneira criativa, crítica, construtiva, solidária e responsável, a fim de compreender e de modificar o mundo, considerando a complexidade da realidade pelas suas múltiplas e variadas formas.

4.4.4 Formação continuada

A formação continuada dos(as) profissionais, docentes e técnicos(as), envolvidos(as) no processo de ensino e de aprendizagem, é imprescindível para a construção de práticas pedagógicas com intencionalidade. Assim, no IF Baiano, a prática pedagógica não é vista apenas como a aplicação de concepções e de técnicas metodológicas. É importante afirmar que a prática por si só não é suficiente para um bom ensino, pois tem que vir acompanhada de formação e de revisão, ou seja, de reflexão (ZABALZA, 2004).

Trata-se do compartilhamento de saberes e de experiências docentes e técnico- pedagógicas, de modo que a relação teoria-prática seja refletida nas formas de organização do trabalho pedagógico na sala de aula e, principalmente, na intencionalidade das ações planejadas. Considera-se, portanto, que, no processo de ensino e de aprendizagem, docente e discente constroem o saber por meio da interação, e ambos são sujeitos ativos na construção do conhecimento.

Dessa forma, o IF Baiano atua diretamente, por meio das práticas pedagógicas intencionadas, na inserção cidadã, social e produtiva, enquanto instituição social que contribui para o exercício consciente das decisões e das ações dos sujeitos na sociedade e para as possibilidades de transformação.

A formação continuada, para os(as) servidores(as) envolvidos(as) diretamente no processo pedagógico, também é compreendida como uma demanda permanente, tendo em vista que alguns(mas) profissionais que ingressam na rede federal não são oriundos de cursos de licenciatura e nem sempre dispõem de conhecimentos pedagógicos. Ademais, existe uma constante necessidade de atualização diante das novas demandas apresentadas frente às necessidades dos(as) discentes, às novas metodologias, às inovações tecnológicas e ao próprio dinamismo do mundo do trabalho.

Consoante ao exposto, o IF Baiano definiu, na sua Política de Qualidade do Ensino, o Programa de Valorização e Formação Continuada e em Serviço para Profissionais do Ensino. O objetivo do programa é a promoção do desenvolvimento profissional de docentes e de técnicos(as), por meio da formação continuada e em serviço, como forma de contribuir com a valorização desses(as) servidores(as) e de estimular práticas administrativas e pedagógicas inovadoras, que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino. Tal ação também está contemplada na Política Institucional para Formação Inicial e Continuada para Professores da Educação Básica.

4.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, DE PESQUISA E DE EXTENSÃO: INDISSOCIABILIDADE

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se em um pilar democrático institucional e no fortalecimento da educação nacional. No IF Baiano, representa um princípio fundamental, o qual é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas, realizadas em tempos e em espaços diferentes. Trata-se de um marco epistemológico da identidade institucional, ou seja, um tripé que coaduna saber, investigação e ação comunitária, interligando-os aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

De outro modo, o ensino, a pesquisa e a extensão são desenvolvidos na educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e de adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior.

O IF Baiano concretiza-se como uma instituição de reconhecimento social, que funciona de forma sistêmica, articulando a inovação, o desenvolvimento científico e a produção de conhecimento, de maneira a fortalecer o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, local, regional e nacional. Outrossim, procura garantir condições pedagógicas, infraestruturais e condições de gestão, bem como recursos humanos, para que, de modo objetivo, docentes, técnicos(as), discentes e membros da comunidade externa possam desenvolver programas, projetos, eventos, dentre outras ações de ensino, de pesquisa e de extensão com qualidade, com equidade e com inserção social. Tais atividades visam a consolidar a missão e as finalidades deste Instituto.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão orienta a oferta de cursos e de programas formativos em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, compreendendo que a prática educativa, o processo pedagógico, o exercício da investigação, da pesquisa e da relação das atividades de extensão com a sociedade significam trilhar caminhos para a construção de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, o IF Baiano constitui-se como um centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências básicas e aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de consciência crítica. Desse modo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão concretiza-se nos espaços acadêmicos, com as comunidades internas e externas aos *campi* e à Reitoria, por meio dos cursos, dos programas, das pesquisas e das inovações, na produção, no desenvolvimento e na transferência de tecnologias sociais.

4.5.1 Política de ensino: caracterização e diretrizes

4.5.1.1 Caracterização

A Política de Ensino do IF Baiano está diretamente vinculada ao princípio constitucional da educação como direito social, uma vez que o Instituto oferta ensino público de qualidade. Vincula-se também ao princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentos essenciais para o desenvolvimento educacional, o qual exige gestão colegiada e ações acadêmicas que possibilitem ao(à) educando(a) formação acadêmico-científica significativa, posicionamento crítico e atuação política com compromisso ético para uma atuação cidadã.

As políticas de ensino promovem ações em torno de projetos de nivelamento, de monitoria, de tutoria acadêmica e da qualidade do ensino, possibilitando a permanência e o êxito dos(as) discentes e viabilizando a construção de uma estrutura curricular flexível, interdisciplinar e integradora dos diferentes campos do saber humano, científico, cultural, tecnológico e social.

É finalidade e característica dos Institutos Federais a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos(ãs) com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

A educação profissional técnica de nível médio e os cursos de graduação, no IF Baiano, são alinhados com as vocações e com as demandas produtivas locais, regionais e nacionais, a partir das identidades, das potencialidades e da possibilidade de verticalização da formação acadêmica em seus *campi*, tendo como um dos eixos principais o desenvolvimento dos contextos local e regional.

4.5.1.2 Política da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no IF Baiano, é compreendida como a qualificação ou a habilitação dos indivíduos para o desenvolvimento de atividades profissionais, podendo se dar de forma complementar ou articulada à educação geral, comprometida com a formação humana e integral para o exercício profissional e cidadão e propiciando ao(à) discente conhecimentos com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, necessários ao exercício profissional e cidadão.

As Políticas da Educação Profissional no Brasil oportunizam importantes questionamentos, sobretudo, em relação ao resgate do ensino profissional técnico de nível médio (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Esses questionamentos versam sobre a necessidade de conferir uma sólida identidade a esse nível e modalidade de formação e de superar a dualidade entre a formação acadêmica para favorecidos(as) socialmente e a formação instrumental para adolescentes, jovens e adultos(as), geralmente em situação de desvantagem social.

Nesse sentido, a EPTNM ocupa um lugar fundante no IF Baiano, sobretudo, por conduzir itinerários formativos que dialogam com a realidade social dos(as) discentes, preparando-os(as) para atuar de forma competente, ética, técnica e política nas múltiplas e multifacetadas arquiteturas do mundo do trabalho.

Desse modo, a formação profissional técnica de nível médio ocorre, prioritariamente, na forma integrada, zelando pelo cumprimento dos 50% das vagas exigidos na Lei nº 11.892/2008 e reforçando o compromisso político e social de oferecer uma educação ampla e politécnica, visando ao desenvolvimento omnilateral dos sujeitos.

Para tanto, diversas políticas, programas e projetos desenvolvidos na instituição cumprem o compromisso político e social de formar integralmente os(as) seus(as) discentes, tais como as Políticas de Educação de Jovens e Adultos, de Qualidade de Ensino, de Diversidade e Inclusão, de Assistência Estudantil, de Programas de Nivelamento, de Monitoria e de Tutoria Acadêmica.

O IF Baiano tem, ainda, conforme determinação legal, a responsabilidade de contemplar, nas suas políticas da EPT-NM, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído inicialmente pelo Decreto nº 5.478/2005 e substituído, posteriormente, pelo Decreto nº 5.840/2006. O PROEJA tem como objetivo elevar a escolarização de jovens e de adultos(as) por meio das formações pessoal e profissional, respeitando as suas realidades e especificidades.

4.5.1.2.1 Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no IF Baiano tem como pressuposto a garantia do direito à profissionalização na Educação Básica a jovens e a adultos(as) que ainda não puderam e/ou não conseguiram concluir o seu processo de educação formal na escola.

Assim, é uma modalidade que trabalha na perspectiva de reparação social, buscando incluir esses sujeitos na escola, com vistas a uma educação em que eles tenham instrumentos para transformar a própria realidade e para exercer a cidadania.

Desse modo, o IF Baiano pactuou o compromisso com a modalidade, buscando a elevação da escolaridade desses sujeitos, ao expressar a EJA como um dever em sua missão institucional.

Para tanto, as ações institucionais buscam contemplar um currículo organizado a partir de princípios humanitários e integradores, considerando a importância dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e profissionais necessários ao processo de formação para a inserção qualificada dos(as) discentes no mundo do trabalho.

Dessa maneira, o IF Baiano reafirma a importância do fortalecimento da EJA e do PROEJA, por meio da Política de Educação de Jovens e Adultos, aprovada pela Resolução interna nº 52/2019, que promove o caráter inclusivo dessa modalidade, haja vista os altos índices de jovens e de adultos(as) que, ao longo de suas vidas, foram excluídos(as) do processo educativo formal, o que gera dificuldades de inserção e subalternização nas relações de trabalho e no tecido social.

Para tanto, o currículo proposto busca consolidar a democratização da EPT, assegurando o acesso à complementação dos estudos, bem como a formação qualificada àqueles(as) que não tiveram acesso à educação formal na idade regular, de modo a favorecer a formação de cidadãos(ãs) críticos(as), atores e transformadores(as) de suas realidades.

O IF Baiano, portanto, tem como propósito ampliar o acesso desse público aos cursos, possibilitar a permanência e a conclusão com êxito da formação profissional e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida desses sujeitos.

Assim, a EJA está sendo pensada como uma modalidade ampliada e expandida em parcerias com outras esferas, apoiando os governos locais e estadual para garantir a sua oferta e aumentar as portas de acesso à educação formal para o seu público. Estabelecer o diálogo com os municípios dos Territórios de Identidade onde as unidades do IF Baiano estão é apenas um dos nossos desafios para o fortalecimento da EJA.

Além disso, um plano para a expansão gradativa da modalidade no Instituto, até atingir, pelo menos, 10% da oferta de nossas vagas, será elaborado, contemplando medidas como a formação de profissionais para trabalhar na EJA e a sua oferta na forma concomitante, situação em que a educação básica de nível fundamental é ofertada pelo município parceiro, e a educação profissional, pelo IF Baiano. Essa ação seria fruto de parcerias com os municípios dos territórios de identidade, por exemplo.

Desse modo, reafirmamos o nosso compromisso social com a modalidade, garantindo uma educação pública, de qualidade e em um espaço de excelência a homens e a mulheres que tiveram seus aprendizados e experiências no cotidiano e no trabalho.

4.5.1.2 Diretrizes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

As diretrizes para a EPTNM no IF Baiano articulam as bases teóricas que sustentam as concepções de educação e de Educação Profissional e Tecnológica e a prática pedagógica. Desse modo, com base nas concepções, na legislação vigente e nos princípios fundamentais, estabelecem-se as seguintes diretrizes:

- garantir o alinhamento entre os Projetos Político-Pedagógicos, as concepções e os princípios orientadores, contidos no PPPI, a legislação educacional brasileira e as normativas institucionais pertinentes;
- realizar, de forma contínua, a avaliação pedagógica e institucional dos cursos ofertados e o acompanhamento de egressos(as), objetivando o aprimoramento da qualidade do ensino;
- fomentar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas aulas de cursos presenciais, inclusive, viabilizando a flexibilização da oferta de componentes curriculares on-line;
- elaborar e implementar uma política de promoção da educação para a sustentabilidade;
- fortalecer as ações de integração curricular nos cursos ofertados, visando à formação omnilateral dos(as) estudantes;
- viabilizar as condições de permanência e de êxito, por meio da valorização e do respeito às necessidades específicas, às condições geracionais, às condições de gênero, de sexualidade, de relações étnico-raciais e às demais identidades sociais;
- promover práticas pedagógicas de estímulo e de valorização do protagonismo estudantil, do cooperativismo, do empreendedorismo e da inovação;
- assegurar a flexibilização curricular, considerando as especificidades, as subjetividades e os contextos discentes extraescolares;
- estimular a contextualização e a interdisciplinaridade, por meio do fortalecimento do projeto integrador, envolvendo as diversas áreas do conhecimento, a pesquisa e a interação com a comunidade;
- desenvolver ações de cooperação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que viabilizem a integração e a interação de saberes para o fortalecimento da EPT;
- viabilizar a infraestrutura física e tecnológica, bem como os materiais necessários ao desenvolvimento das políticas de ensino;
- implementar ações de melhoria do desempenho acadêmico e de combate à evasão em todos os *campi* do IF Baiano, por meio da Política de Qualidade de Ensino;
- fomentar ações voltadas à inserção profissional dos(as) discentes da EPTNM no mundo do trabalho;
- criar projeto institucional de divulgação permanente dos cursos do IF Baiano para estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública municipal e estadual de ensino;
- ampliar progressivamente cursos e vagas que garantam o direito de jovens e de adultos(as) à profissionalização na educação básica.

4.5.1.3 Política de Educação Superior dos Cursos de Graduação

As políticas da educação superior estabelecidas no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica fundamentam-se na compreensão de “[...] promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, entende-se que os cursos superiores de graduação do IF Baiano, inseridos em um contexto de desenvolvimento científico e tecnológico, têm como prerrogativa articular-se à pesquisa, à extensão e aos demais níveis e modalidades de ensino da instituição, com vistas à formação e à qualificação de profissionais cidadãos e cidadãs, conforme as potencialidades locais e regionais dos diferentes espaços socioeconômicos da Bahia. Trata-se, portanto, de entender a educação superior de graduação “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana” (SILVA, 2009, p. 10).

Assim, os cursos de graduação do IF Baiano estão alinhados à concepção de educação assumida neste documento, que contempla a integração das dimensões básicas e profissionais, políticas, culturais, científicas e tecnológicas, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, capazes de atuarem de forma responsável e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional. A Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Ensino, da qual o IF Baiano faz parte, em seu art. 6º, estabelece a oferta, em nível de graduação de:

- I. cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- II. cursos de licenciatura, bem como de programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores(as) para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e de matemática, e para a educação profissional;
- III. cursos de bacharelado e de engenharia, visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

É determinada, na supracitada Lei, a oferta percentual de 20% do total de vagas em cursos de licenciatura. Essa obrigação reforça a responsabilidade social do IF Baiano em contribuir com o desenvolvimento da educação básica de qualidade nos Territórios de Identidade onde estão localizados seus *campi*, por meio da formação de professores(as) da educação básica, organizada de acordo com a Resolução nº 2/2019 do Conselho Pleno (CP) do Conselho Nacional de Educação, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Desse modo, a oferta dos cursos de graduação ocupa, no IF Baiano, um lugar estratégico nas políticas públicas, não apenas em função de seu valor instrumental para a formação acadêmico-profissional, mas, sobretudo, por orientar e por contribuir na concepção do pleno exercício da cidadania.

4.5.1.3.1 Diretrizes da educação superior de graduação

Pautando-se na concepção da universalidade e da pluralidade do trabalho educativo, a oferta dos cursos de graduação é concebida conforme as seguintes diretrizes:

- viabilizar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, objetivando o aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem frente às novas demandas do mundo do trabalho;
- assumir a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e dos currículos, visando ao aprimoramento do processo pedagógico;
- desenvolver estratégias e práticas, na perspectiva da educação inclusiva, que maximizem o acesso, a permanência e o êxito dos(as) discentes com deficiência nos cursos de graduação;
- proporcionar formação docente para o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na prática pedagógica;
- promover práticas permanentes de avaliação institucional dos cursos de graduação, visando à melhoria contínua do processo formativo;
- assegurar a possibilidade de mobilidade acadêmica estudantil por meio da integração e da equivalência curricular nos Projetos Pedagógicos de Cursos, respeitadas as especificidades locais e regionais;
- garantir que o estágio curricular represente uma autêntica atividade pedagógica, planejada e supervisionada;
- articular a oferta das licenciaturas às demandas da educação básica, incluindo temáticas referentes às relações étnico-raciais negras e indígenas, às relações de gênero e de diversidade, o desenvolvimento do currículo integrado e a Educação de Jovens e Adultos;
- assegurar a integração entre os saberes específicos dos componentes curriculares objetos de estudo e a dimensão pedagógica nos cursos de licenciatura.

4.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES

4.6.1 Caracterização

No IF Baiano, a extensão é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico, que promove a interação entre diferentes instituições, segmentos sociais e mundo do trabalho, visando à produção, ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local, regional e territorial (IF BAIANO, 2019).

A prática extensionista denota uma postura da instituição perante a sociedade em que está inserida. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação dialógica que transforma não apenas a instituição de ensino, mas também os setores sociais com os quais ela interage (FORPROEX, 2012).

A Política de Extensão expressa-se nas ações desenvolvidas por docentes, técnicos(as)-administrativos(as) e discentes, imbuídos(as) em contribuir com melhorias na qualidade de vida socioeconômica, artística e cultural das comunidades externas aos *campi* e à Reitoria. Desse modo, a extensão alcança um patamar importante na divulgação do conhecimento produzido no Instituto e difundido para a sociedade, pois é por meio dessas ações que se fortalece a identidade institucional, retornando às comunidades o investimento público realizado.

Dessa forma, atende-se no IF Baiano ao que é preconizado na Lei nº 11.892/2008:

desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL, 2008).

As ações de extensão são desenvolvidas por meio de projetos, de programas, de eventos e de cursos. No que diz respeito aos programas de extensão desenvolvidos no âmbito do IF Baiano, destacam-se: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (PIBIEX), o Programa de Fomento às Ações de Extensão do IF Baiano (Pró-Extensão), o Projeto Margaridas, o Festival de Arte e Música do IF Baiano (FAMIF BAIANO), o Seminário de Extensão, Inovação e Cultura (SEIC) e o Programa Ciência Itinerante.

No que tange à relação ensino-extensão, assegura-se a destinação de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação a programas e a projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, conforme o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Trata-se, portanto, de viabilizar inter-relações entre o fazer acadêmico e outros saberes, tradições e culturas produzidos em diversos contextos sociais.

Assim, ofertam-se, também, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de Qualificação Profissional (QP), que têm como objetivo a socialização do conhecimento acadêmico e a promoção da interação entre o Instituto e as comunidades locais, por meio de cursos de aperfeiçoamento acadêmico e profissional. Tais cursos são de oferta contínua, demandados pela comunidade acadêmica ou pela comunidade local, pelos setores produtivos, pelas entidades de classes, pelas associações comunitárias, pelas cooperativas, pelos órgãos governamentais, entre outras entidades. Eles são apresentados no formato de cursos livres de extensão, de formação inicial e de formação continuada.

4.6.2 Diretrizes orientadoras da extensão

A extensão do IF Baiano orientar-se-á pelas seguintes diretrizes:

- promover a extensão como prática pedagógica articulada à pesquisa e ao ensino, objetivando atender às demandas sociais;
- priorizar ações interdisciplinares, por meio da integração entre diversas áreas e níveis de ensino, visando a atender e a colaborar com as comunidades local e regional, no seu desenvolvimento socioeconômico, artístico e cultural;
- desenvolver ações e projetos de extensão que priorizem o combate à exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente;
- fomentar ações de inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego, renda e produção de conhecimento;
- promover a difusão do conhecimento por meio de atividades, de publicações e de eventos, visando à disseminação do conhecimento científico e tecnológico;
- viabilizar a capacitação técnica, operativa e instrumental dos(as) estudantes, propiciando maiores oportunidades de inserção no mundo do trabalho;
- articular atividades de extensão voltadas para a assessoria técnica e para a extensão rural, priorizando o(a) pequeno(a) produtor(a);
- promover ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte, da cultura e do desporto, com vistas à consolidação das identidades regionais, ao resgate e à valorização da identidade territorial, e à sua afirmação frente a outras culturas e povos.

4.7 POLÍTICA DE PESQUISA, DE INOVAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES

4.7.1 Caracterização

A pesquisa, a inovação e a pós-graduação do IF Baiano atendem ao definido na Lei nº 11.892/2008 e têm como finalidade o estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, a partir da realização de pesquisas e da oferta de cursos de nível superior de pós-graduação que contribuam para a promoção de bases sólidas em educação, em ciência e em tecnologia, com vistas ao processo de geração de inovação tecnológica.

Assim, o IF Baiano visa a promover, por meio da pesquisa, a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, fortalecendo os arranjos produtivos, sociais e culturais locais a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, do Programa de Apoio à Pós-Graduação e do Programa Institucional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

A instituição conta ainda com a Política de Inovação, na qual o IF Baiano assume o compromisso de promover a proteção intelectual, as transferências de tecnologias, a difusão e o apoio ao empreendedorismo, as parcerias, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a extensão tecnológica e a prestação de serviços, por meio de estratégias de atuação institucional, bem como de promover a qualificação profissional e acadêmica no que tange à temática da inovação, com ênfase em: proteção da propriedade intelectual, pesquisas de anterioridade em bases de patente, empreendedorismo tecnológico e incubação de empresas e incentivo ao movimento de empresas juniores.

Já os programas e os cursos de pós-graduação ofertados pelo IF Baiano objetivam a capacitação de recursos humanos para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e de processos aplicados, por meio da incorporação do método científico e dos estudos e das técnicas diretamente relacionados ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional.

4.7.2 Diretrizes orientadoras da pesquisa, da inovação e da pós-graduação

A pesquisa, a inovação e a pós-graduação do IF Baiano orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- apoiar e estimular a comunidade acadêmica do IF Baiano no desenvolvimento de projetos de pesquisa e na formação de redes e de grupos de pesquisa;
- fomentar o desenvolvimento da pesquisa nos *campi*, estimulando a interdisciplinaridade e a interação com a comunidade regional;
- promover a formação de servidores(as) em cursos de pós-graduação próprios e/ou em parceria ou em convênios com outras instituições nacionais e/ou estrangeiras;
- viabilizar a concessão de bolsas para estudantes e para servidores(as), por meio do lançamento de editais periódicos;
- garantir o desenvolvimento da Política de Inovação e a difusão das culturas de propriedade intelectual e de inovação tecnológica;
- estimular a realização de parcerias tecnológicas que prezem pela inclusão social e que estimulem o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico dos arranjos produtivos locais;
- garantir a oferta de cursos que promovam a formação de docentes da educação básica, técnica e tecnológica em nível de pós-graduação;
- estimular a implantação de cursos intercampi e interinstitucionais, na perspectiva da verticalização;
- incentivar a internacionalização dos cursos e dos programas, visando a promoção de mobilidade nacional e internacional, por meio de programas e de convênios.

4.8 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES

4.8.1 Caracterização

O IF Baiano busca implementar seus cursos à distância apoiando-se na educação democrática e emancipatória, conforme disposto nas concepções de educação, de currículo e de avaliação do PPPI. Nesse sentido, a instituição adota um modelo de ensino que problematiza o conhecimento e estimula a postura autônoma do(a) discente e a autoria docente.

Dessa forma, o ensino e a aprendizagem a distância no Instituto desenvolvem-se por meio de cursos e de programas de formação inicial e continuada, técnicos e superiores, com encontros presenciais e com acesso aos Am-

bientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), utilizando a potencialidade da internet e o seu conjunto de recursos, que permitem a comunicação entre equipamentos conectados.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem são construídos com ferramentas que possibilitam o trabalho cooperativo, o controle das informações e a interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo, possibilitando a individualização do atendimento ao(a) discente e intensificando o acesso ao conhecimento.

O *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle)* é a plataforma utilizada pelo IF Baiano para viabilizar uma educação pública, gratuita e de qualidade àqueles(as) que, em face das dificuldades econômicas, sociais e/ou geográficas, não têm acesso aos cursos presenciais para progredir nos estudos.

Destaca-se, contudo, que a prática pedagógica na EaD apresenta especificidades, a saber: o processo de ensino e de aprendizagem, no qual discentes e docentes atuam em espaços e tempos diferentes, é mediado por tecnologias, requerendo a prevalência de atividades virtuais e o emprego de recursos que garantam a interatividade entre docente e discente, discente e discente e discente e sociedade, de modo que a distância geográfica e temporal não se torne um elemento impeditivo para a aprendizagem (MORAN, 2002).

A proposta pedagógica dos cursos de EaD considera a mediação da aprendizagem fundamental no processo de desenvolvimento do conhecimento por parte do(a) discente. Esse processo de mediação viabiliza condições para que o sujeito avance de um estágio elementar de conhecimentos (real) para uma etapa mais complexa e autônoma (potencial) (VYGOTSKY, 1998), agregando novas habilidades e constituindo saberes mais elaborados para a sua atuação profissional e cidadã.

A modalidade a distância, portanto, é marcada pela articulação de duas formas de mediação: a humana (pedagógica) e a tecnológica. A primeira requer a atuação de docentes e de mediadores(as), e a segunda depende da adoção de um sistema de comunicação a serviço da primeira, a fim de viabilizar a mediação pedagógica, que é potencializada pelo uso de materiais didáticos e de Tecnologias de Informação e Comunicação (SOUZA; SARTORI; ROESLER, 2008).

Desse modo, mediação pedagógica é a atitude do(a) docente que se comporta como um(a) incentivador(a) da aprendizagem, atuando entre o(a) discente e o conhecimento, de modo interativo e dialógico (MASETTO, 2000), contemplando as necessidades, os perfis e os ritmos de aprendizagem.

A mediação tecnológica, por sua vez, enfatiza o uso das TICs, que oferecem recursos capazes de promover a interação em espaços não convencionais de ensino, como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem ou o ciberespaço (LEVY, 1999), e também de promover a construção das redes de aprendizagem colaborativa, em que todos(as) os(as) envolvidos(as) estão interagindo, cooperando e aprendendo juntos(as) (VALENTE; MORAN; ARANTES, 2011).

Em face do exposto, a prática pedagógica da EaD no IF Baiano privilegia a construção de conhecimentos de forma dinâmica e coletiva, visto que organiza e acompanha os percursos de aprendizagem e estabelece relação dialógica entre os sujeitos envolvidos e o próprio conhecimento.

4.8.2 Diretrizes orientadoras da EaD

São diretrizes necessárias para o desenvolvimento da prática pedagógica em EaD:

- ofertar cursos em todos os níveis e modalidades;
- garantir a formação inicial e continuada da equipe, bem como promover a formação dos(as) demais servidores(as), visando à atuação na EaD;
- garantir as condições mínimas necessárias à oferta de cursos com qualidade, no que concerne à equipe técnico-pedagógica e à infraestrutura;
- propor ações para a consolidação e para a expansão sustentável da EaD;
- estimular a oferta de componentes curriculares na modalidade EaD nos cursos presenciais;
- priorizar a certificação intermediária nos cursos técnicos de nível médio;
- contemplar a modalidade de EaD na formação inicial e continuada de professores(as);
- garantir o alinhamento e a ambientação dos(as) estudantes no modelo de suporte tecnológico utilizado pela EaD;

- instituir núcleos de EaD nos *campi*, com a função de acompanhar as atividades da modalidade nos polos vinculados aos *campi*;
- consolidar o fórum de EaD, envolvendo o IF Baiano e parceiros(as), com vistas à ampliação do debate sobre a modalidade;
- apoiar a implementação de programas, de projetos e de cursos de Educação a Distância.

4.9 POLÍTICAS ESTUDANTIS: CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES

4.9.1 Caracterização

A compreensão do IF Baiano quanto às atividades estudantis está alinhada à concepção de educação assumida, que tem como pressuposto a perspectiva da formação humana integral e a permanência qualitativa do(a) estudante na instituição. Nesse sentido, a assistência estudantil é concebida como parte do processo educativo e configura-se como direito social dos(as) discentes.

O IF Baiano, na condução das atividades estudantis, objetiva a formação do(a) estudante crítico(a), autônomo(a) e consciente da realidade de desigualdade social e de suas consequências. Na sociedade brasileira, fruto de um capitalismo dependente e subordinado, é necessário ampliar as ações de assistência estudantil como um eixo estruturante da Política Nacional de Educação.

Almeida e Rodrigues (2012) afirmam que a educação precisa ser concebida como um direito e, não, como uma mercadoria e que, por isso, não pode ser pensada com os demais direitos sociais e humanos de modo desvinculado das reais condições em que as existências do homem e da mulher são produzidas.

Para viabilizar a execução desse direito social, o IF Baiano desenvolve uma Política de Assistência Estudantil que possui programas com vertentes relacionadas à concepção de que “a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2005, p. 2). Na verdade, opta-se por uma formação completa que busque garantir uma leitura crítica do mundo. Mas essa formação necessita de atividades estudantis que promovam a participação política, cultural e social dos sujeitos envolvidos, permitindo a compreensão crítica de que a educação é prática social.

Nesse sentido, a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano (2019, p. 1) “é compreendida sob a perspectiva de universalização do direito à educação e formação integral dos sujeitos”. A primeira versão dessa Política foi aprovada em 2011; a segunda, em 2016 e a terceira, em 2019. Ela traz como objetivo geral:

o desenvolvimento de programas e ações que visem à democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) discente, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania. (Ibid., p. 1).

A Política de Assistência Estudantil possui como base o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Tendo grande parte de sua atuação na área agrícola, buscando transformar a realidade da população camponesa por meio da educação, o IF Baiano vem procurando ser uma terra fértil para a educação profissional, resistindo e insistindo em ofertar uma educação socialmente referenciada, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas.

Portanto, os(as) profissionais que atuam na assistência estudantil devem fazê-lo de forma pedagógica, buscando desenvolver uma gestão democrática dos programas e dos recursos, com participação ativa dos movimentos estudantis, que possuem voz e voto nas decisões. O desafio de se trabalhar nessa perspectiva requer esforço de tempo, fundamentação teórica e intervenção prática na promoção e no fortalecimento das lutas do movimento estudantil pela garantia do direito.

4.9.2 Diretrizes orientadoras das atividades estudantis

As atividades estudantis no IF Baiano são orientadas por meio de três eixos temáticos: programas de apoio ao acesso, à permanência e ao êxito escolar; programas de apoio às atividades acadêmicas e à formação integral dos(as) estudantes e programas de diversidade e de inclusão, de ações afirmativas e de inclusão digital. Convém destacar que os três eixos perpassam a concepção de que a assistência estudantil é para toda a comunidade acadêmica, pois ela vai além da distribuição de auxílios para discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É necessário ressaltar que o controle social precisa ser exercitado sobre os programas e sobre os projetos da assistência estudantil, e o movimento estudantil contribui para isso, participando de comissões que objetivam acompanhar os programas e a destinação dos recursos. Nesse sentido, o IF Baiano inova ao implantar o Fórum Permanente de Assistência Estudantil e ao instituir, em cada *campus*, as comissões locais de assistência estudantil.

4.9.2.1 Apoio ao acesso, à permanência e ao êxito escolar

O acesso ao IF Baiano ocorre por meio de cotas raciais e sociais, com base nas orientações da Lei nº 12.711/2012. Dessa forma, o perfil socioeconômico abrange um número grande de discentes em situação de vulnerabilidade social.

A instrumentalização de programas de apoio à permanência e ao êxito escolar é realizada por meio de ações que têm a assistência estudantil como um dos caminhos para a garantia da formação humana integral. Alguns programas atuam sobre a desigualdade social vivenciada pelos(as) estudantes, oriunda dos desdobramentos da exploração do capital sobre o homem e sobre a mulher, partindo da ideia de que democratizar a escola é “colocar o ensino ao alcance do estudante pobre e, se necessário, ajudar esse estudante pobre a manter-se na escola pública e gratuita” (FERNANDES, 1989, p. 21).

Apesar de não serem programas universais e, sim, seletivos, eles buscam a socialização do ensino e possibilitam que estudantes vulneráveis tenham acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, destacam-se os auxílios financeiros.

Ainda em relação aos programas de apoio à permanência e ao êxito escolar, o IF Baiano possui residência estudantil nos seguintes *campi*: Catu, Guanambi, Santa Inês e Uruçuca. A instituição tem um Programa de Alimentação Estudantil acompanhado por nutricionistas e por uma equipe de servidores(as) que primam pela saúde alimentar e pela qualidade do serviço.

Os programas de assistência estudantil são articulados, sobretudo, no que tange à residência estudantil, visto que, por estarem distantes de suas famílias, esses(as) discentes que residem nos *campi* precisam de um acompanhamento pedagógico e psicossocial específico.

4.9.2.2 Apoio às atividades acadêmicas e à formação integral dos(as) discentes

As ações de apoio às atividades acadêmicas e à formação integral ocorrem em quatro vertentes: incentivo à participação político-acadêmica; incentivo à cultura, ao esporte e ao lazer; prevenção e assistência à saúde e acompanhamento psicossocial e pedagógico.

O incentivo à participação político-acadêmica faz parte da concepção democrática de atividades estudantis, que, numa relação de parceria com o movimento estudantil, estimula o seu desenvolvimento de maneira autônoma e livre.

O apoio e o incentivo às ações artístico-culturais visam a valorizar e a difundir as manifestações culturais locais; a garantir espaço adequado para o desenvolvimento de atividades artísticas; a estimular o acesso às fontes culturais, assegurando as condições necessárias para a visitação a espaços culturais e a espaços de lazer; a proporcionar a representação do IF Baiano em eventos esportivos e culturais oficiais, bem como, a oferecer apoio técnico para a realização de eventos de natureza artística.

A prevenção e a assistência à saúde são desenvolvidas numa perspectiva de instituição de ensino como espaço privilegiado para ações educativas em saúde e em cidadania, atuando na conscientização e na mobilização sobre o

conceito de saúde, que envolve condições sociais e culturais, as quais influenciam a comunidade acadêmica, tendo como visão a saúde integral.

Partindo da premissa do desenvolvimento integral do(a) discente, o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI) é responsável pelo acompanhamento dos(as) discentes em seu desenvolvimento acadêmico, a partir das demandas identificadas no cotidiano profissional, de modo a promover ações de prevenção relativas a comportamentos e a situações de risco, a fomentar diálogos temáticos e a realizar acompanhamento sistemático das turmas, de modo a identificar dificuldades de natureza diversa que podem refletir direta ou indiretamente no seu desempenho acadêmico, intervindo e encaminhando as demandas surgidas, quando necessário.

4.9.2.3 Diversidade e inclusão

As temáticas da diversidade e da inclusão, amplamente respaldadas no âmbito jurídico, são fatores determinantes na implementação de políticas públicas que viabilizem a efetiva garantia dos direitos humanos, os quais têm sido evocados nos mais diversos espaços sociais. A mobilização social para a educação inclusiva está diretamente vinculada ao conceito de uma educação que vise a constituir a cultura de um Estado democrático, de modo a se compreender os diferentes contextos, a solidariedade, a sustentabilidade, a pluralidade e a afirmação dos direitos humanos, bem como os valores de respeito e de aceitação das diferenças (BRASIL, 2009).

O direito à educação escolar inclusiva é um dos pilares essenciais para a conquista da cidadania, pois a participação efetiva no processo educativo escolar constitui-se no canal fundamental para a defesa e para a promoção da igualdade de direitos. Nesse contexto, em 2012, o IF Baiano implantou a sua Política de Diversidade e Inclusão, com vistas a desenvolver programas e ações que viabilizem o acesso, a permanência e o êxito, na instituição, das pessoas público da educação especial e/ou das pessoas com necessidades específicas, afro-brasileiras, indígenas, mulheres, pessoas em desvantagem social, bem como desenvolver ações que viabilizem a diversidade sexual e a liberdade de gênero, alicerçadas nos princípios e no ideal da igualdade, da universalidade e da cidadania.

Dessa forma, os programas de diversidade e de inclusão refletem o compromisso deste Instituto com a transformação social, com a solidariedade e com a cidadania. Nesse sentido, contribuem de forma eficaz e significativa para a melhoria da sociedade, ao tornar possível a inclusão social e a atuação autônoma e cidadã dos sujeitos e dos grupos assistidos.

Pensar uma instituição capaz de atender a todos(as) com qualidade e respeito às diferenças e que valorize a diversidade é um grande desafio a ser enfrentado pelo Instituto Federal Baiano. Diante desse contexto, busca-se proporcionar ações e práticas inclusivas, num esforço para garantir uma educação de fato para todos(as) e para alcançar a formação integral do sujeito, bem como uma sociedade inclusiva.

Dentre os programas de diversidade e de inclusão já implementados no IF Baiano, destaca-se o Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH). Esse programa parte do pressuposto de que a educação é uma das maiores vias para exercer e para efetivar a prática dos direitos humanos. O PEDH busca conciliar ações que promovam os direitos humanos no âmbito da Reitoria, dos *campi* e das comunidades que compõem o processo formativo.

O PEDH constitui-se em núcleos que se fundamentam na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo-os como elementos mediadores de uma formação qualificada dos segmentos discente, docente e técnico do IF Baiano. Dentre os núcleos, destacam-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (NEIMU) e o Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual (NEDS).

O NEABI tem como objetivo investigar e acompanhar a questão da igualdade e da proteção dos direitos de pessoas e de grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, a exemplo do racismo, por meio de estudos, de pesquisas e de ações em torno dos povos indígenas e afrodescendentes, conforme preconiza a Lei nº 11.645/2008. O NEIMU visa à inclusão de mulheres em desvantagem social, a partir da criação de cursos e de projetos específicos para o empoderamento desse público. O NEDS tem como objetivo o deslindamento das diversas formas de preconceito sexual. O IF Baiano executa as ações do NEIMU e do NEDS por meio do GENI (Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade).

O GENI é um núcleo propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, de pesquisa e de extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e de sexualidade, com o objetivo de discutir todas as formas de discriminação, de preconceito e de estigma no ambiente escolar.

Destaca-se, também, o Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE), que visa a assegurar direitos às pessoas público da educação especial e às pessoas com necessidades específicas, no que diz respeito ao acesso, à permanência e à saída exitosa do Instituto, na perspectiva da emancipação e da inserção no mundo do trabalho. Para tanto, esse programa conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que se constitui como uma equipe multiprofissional que atua na viabilização da inclusão neste Instituto.

O IF Baiano, ao vislumbrar a oferta de uma educação profissional técnica numa perspectiva inclusiva, tem como desafio a ressignificação das práticas, de modo a buscar caminhos para sanar as barreiras arquitetônicas e atitudinais existentes no contexto da instituição.

Para tanto, deve-se garantir a articulação permanente entre a Assessoria de Diversidade e Inclusão e seus núcleos; a promoção de capacitação para toda a comunidade escolar, com vistas à ampla informação e à sensibilização para as questões das diversidades e da inclusão; o acompanhamento profissional adequado aos(as) discentes público da educação especial e aos(as) discentes com necessidades específicas; a implementação e a organização do NAPNE, de seus espaços e de seus recursos, para o atendimento educacional especializado, bem como a implementação e a organização dos demais núcleos para atendimento às diversidades; o atendimento especializado (apoio psicopedagógico, assistência social, professor(a) de atendimento educacional especializado etc.), conforme a demanda do Instituto; a remoção das barreiras arquitetônicas para atendimento às normas de acessibilidade; a acessibilidade digital, linguística e sensorial, em todos os ambientes da instituição, inclusive nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem; a adequação dos currículos dos cursos, a fim de adaptá-los ou de flexibilizá-los para atender à diversidade nas salas de aula; a promoção e/ou a adequação dos recursos tecnológicos de acessibilidade para os(as) discentes público da educação especial e para os(as) discentes com necessidades específicas.

4.10 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO, PARA O ACOMPANHAMENTO E PARA A AVALIAÇÃO DO PPPI

A avaliação do PPPI visa ao aperfeiçoamento contínuo, por meio do acompanhamento permanente das suas diretrizes, bem como do acompanhamento dos entraves e dos desafios inerentes à implantação das políticas de ensino, de pesquisa e de extensão. Nessa perspectiva, a avaliação torna-se uma importante ferramenta, não só para o alcance dos objetivos institucionais, mas também para aprimorar a prática pedagógica.

Para o desenvolvimento de estratégias que permitam aferir os avanços alcançados por meio do PPPI, tem-se como diretrizes:

- elaborar e implantar sistema de acompanhamento e de avaliação do PPPI, mediante instrumentos diversificados que propiciem uma visão sistêmica e global da sua aplicabilidade e dos seus resultados;
- elaborar e implantar sistema para a gestão e para o acompanhamento das políticas, dos programas e dos projetos previstos no PPPI;
- analisar os resultados dos processos de avaliação, com o objetivo de aprimorar as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão.

Nesse contexto, o planejamento é um instrumento fundamental na organização das ações e atividades institucionais. Planejamento, execução e avaliação, este é o tripé que conduzirá os caminhos do nosso trabalho. A seguir, o quadro 1 apresenta o planejamento institucional para oferta de cursos e de vagas no período de 2021 a 2025.

4.11 PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

A projeção de implantação de novos cursos regulares e novas vagas estão sujeitas a diversos fatores como a possibilidade de aumento da infraestrutura física, de laboratórios, salas de aula e novos servidores, além de ter que respeitar todos os critérios exigidos pelas resoluções 47 e 48 do Conselho Superior do IF Baiano. A proposta apresentada pelo quadro abaixo servirá de base para que mediante análise sustentável de todos os critérios envolvidos possam constituir como ponto inicial para a inclusão de novas vagas.

Quadro 1 – Projeção de oferta de cursos e de vagas de 2021 a 2025

Curso	Área/eixos tecnológicos	Habilitação	Forma de articulação	Nº de vagas/turma	Turno	Local/campus	Previsão de ano/semestre
Licenciatura em Física	Ciências Exatas	Licenciatura em Física	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Alagoinhas	2022
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Integrado	60	Integral	Alagoinhas	2022
Técnico em Agroindústria	Produção Alimentos	Técnico em Agroindústria	Integrado	80	Integral	Alagoinhas	2022
Técnico em Panificação - PROEJA	Produção Alimentícia	Técnico em Panificação	Proeja	40	Noturno	Alagoinhas	2022
Licenciatura em Biologia	Ciências Naturais	Licenciatura em Biologia	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Bom Jesus da Lapa	2021
Pós-graduação em Ciências naturais	Ciências Naturais	Especialização em Ciências Naturais	Especialização	40	Diurno/Noturno	Bom Jesus da Lapa	2021
Técnico em Agricultura	Agricultura	Técnico em Agricultura	PROEJA – Alternância	40	Diurno	Bom Jesus da Lapa	2022
Licenciatura em Pedagogia	Educação	Licenciado em Pedagogia	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Catu	2022
Técnico em Apicultura - PROEJA	Produção alimentícia	Técnico em Apicultura	Integrado	35	Diurno	Catu	2022
Técnico em Informática para internet	Informação e comunicação	Técnico em Informática para internet	Integrado	35	Diurno	Catu	2022
Educação Profissional	Doutorado Profissional <i>Stricto Sensu</i>	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Superior/presencial	10	Diurno	Catu	2024
Produção Animal	Ciência e Tecnologia de Produtos de origem Animal	Especialização <i>Lato Sensu</i>	Superior/presencial	30	Diurno	Catu	2023
Educação Profissional	Educação Profissional e Tecnológica com ênfase em EAD	Especialização <i>Lato Sensu</i>	Superior/presencial	30	Diurno	Catu	2023
Educação	História e cultura Afro-Brasileira e Indígena	Especialização <i>Lato Sensu</i>	Superior/presencial	30	Diurno	Catu	2022
Educação	Educação Científica	Especialização <i>Lato Sensu</i>	Superior/presencial	30	EaD	Catu	2022
Técnico em Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária	Integrado	35	Integral	Governador Mangabeira	2021
Licenciatura em Letras/ Libras	Linguística, Letras e Artes	Licenciatura em Letras/ Libras	Graduação/ Presencial	25	Noturno	Governador Mangabeira	2021
Tecnólogo Análise e Desenvolvimento de Software	Informação e Comunicação	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Software	Graduação/ Presencial	25	Noturno	Governador Mangabeira	2021
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	Integrado	35	Integral	Governador Mangabeira	2022
Tecnólogo em Alimentos	Produção Alimentos	Tecnólogo em Alimentos	Graduação/ Presencial	25	Diurno	Governador Mangabeira	2022

Produção de Vegetais e Derivados	Agroindústria	Especialização	Educação Superior	20	Integral	Guanambi	2021
Educação e Novas Tecnologias	Educação	Especialização	Educação Superior	30	Diurno	Guanambi	2024
Biossistemas Orgânicos	Recursos Naturais	Especialização	Educação Superior	30	Noturno	Guanambi	2022
Licenciatura em ciências Biológicas	Biologia	Licenciatura em ciências Biológicas	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Guanambi	2022
Produção Vegetal	Doutorado Profissional <i>Stricto Sensu</i>	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Superior/presencial	10	Diurno	Guanambi	2024
Técnico em Agropecuária (Proeja)	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária	Presencial/EJA	40	Integral/ alternância	Itaberaba	2021
Técnico em Informática para Internet	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Integrado	40	Integral	Itaberaba	2021
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	Integrado	40	Integral	Itaberaba	2021
Técnico em Agricultura	Recursos Naturais	Técnico em Agricultura	Integrado	40	Integral	Itaberaba	2022
Técnico em Zootecnia	Recursos Naturais	Técnico em Zootecnia	Integrado	40	Integral	Itaberaba	2022
Técnico em Informática para Internet	Informação e Comunicação	Técnico em Informática para Internet	Subsequente	40	Matutino/Noturno	Itaberaba	2022
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	Subsequente	40	Matutino/Noturno	Itaberaba	2022
Técnico em Agricultura	Recursos Naturais	Técnico em Agricultura	Subsequente	40	Matutino/ Vespertino	Itaberaba	2022
Técnico em Zootecnia	Recursos Naturais	Técnico em Zootecnia	Subsequente	40	Matutino/ Vespertino	Itaberaba	2022
Licenciatura em Ciências Biológicas	Recursos Naturais	Licenciado em Ciências Biológicas	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Itaberaba	2021
Especialização em Agroecologia e Meio Ambiente	Recursos Naturais/Ambiente e Saúde	Especialista em Agroecologia e Meio Ambiente	Presencial	25	Diurno/Noturno	Itaberaba	2021
Especialização em Educação do Campo	Formação de Professores	Especialista em Educação do Campo	Presencial	25	Diurno/Noturno	Itaberaba	2021
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Integrado	30	Integral	Itapetinga	2022
Técnico em Alimentos	Produção Alimentícia	Técnico em Alimentos	Integrado	30	Integral	Itapetinga	2021
Licenciatura em Letras/ Libras	Desenvolvimento Educacional e Social	Licenciatura em Letras/ Libras	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Itapetinga	2021
Licenciatura em Educação Física	Educação Física	Licenciatura em Educação Física	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Itapetinga	2021
Bacharelado em Sistemas de Informação	Sistema de Informação e Comunicação	Bacharel em Sistemas de Informação	Graduação/ Presencial	30	Matutino/ Vespertino	Itapetinga	2021

Bacharelado em Medicina Veterinária	Medicina Veterinária	Bacharel em Medicina Veterinária	Graduação/ Presencial	30	Matutino/ Vespertino	Itapetinga	2024
Bacharelado em Administração	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Bacharel em Administração	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Itapetinga	2021
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Subsequente	70	Diurno	Santa Inês	2021
Tecnólogo em Informática	Informação e Comunicação	Tecnólogo em Informática	Subsequente	40	Noturno	Santa Inês	2022
Licenciatura em Química	Ciências Exatas e da Terra	Licenciatura em Química	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Senhor do Bonfim	2021
Técnico em Instrumento Musical	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical	Subsequente	20	Vespertino	Senhor do Bonfim	2022
Licenciatura em Cinema e Audio Visual	Artes/Desenvolvimento Educacional e Social	Licenciatura em Cinema e Audio Visual	Graduação/ Presencial	40	Matutino	Senhor do Bonfim	2022
Técnico em Alimentos	Produção Alimentícia	Técnico em Alimentos	Integrado	30	Diurno	Senhor do Bonfim	2022
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Integrado	30	Diurno	Senhor do Bonfim	2022
Pós-Graduação em Educação Física	Ciências da Saúde	Ensino Superior Completo	Presencial	30	Noturno	Senhor do Bonfim	2021
Técnico em Cozinha - Projeja	Produção Alimentícia	Técnico em Cozinha	Integrado	30	Noturno	Senhor do Bonfim	2022
Técnico em Alimentos	Produção Alimentícia	Técnico em Alimentos	Integrado	40	Diurno	Serrinha	2022
Tecnólogo em Gestão Comercial	Gestão e Negócios	Tecnologia em Gestão Comercial	Graduação/ Presencial	40	Não informado	Serrinha	-
Tecnólogo em Gestão Pública	Gestão e Negócios	Tecnologia em Gestão Pública	Graduação/ Presencial	40	Não informado	Serrinha	-
Bacharelado em Administração	Gestão e Negócios	Bacharel em Administração	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Teixeira de Freitas	2021
Zootecnia	Recursos Naturais	Bacharel em Zootecnia	Graduação/ Presencial	40	Diurno	Teixeira de Freitas	2022
Engenharia Florestal	Recursos Naturais	Bacharel em Engenharia Florestal	Graduação/ Presencial	40	Diurno	Teixeira de Freitas	2023
Licenciatura em Geografia	Desenvolvimento Educacional e Social	Licenciatura em Geografia	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Teixeira de Freitas	2021
Licenciatura em Letras Libras	Linguística, Letras e Artes	Licenciatura em Letras Libras	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Teixeira de Freitas	2022
Estudos Linguísticos e Literários	Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização	Presencial	30	Noturno	Teixeira de Freitas	2021
Produção Animal	Recursos Naturais	Especialização	Presencial	30	Diurno	Teixeira de Freitas	2021
Libras	Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização	EaD	40	-	Polos EaD do Campus Teixeira de Freitas	2021
Ensino de Matemática	Desenvolvimento Educacional e Social	Especialização	EaD	40	-	Polos EaD do Campus Teixeira de Freitas	2021

Tecnólogo em Gestão Comercial	Gestão e Negócios	Tecnólogo em Gestão Comercial	EaD	40	-	Polos EaD do Campus Teixeira de Freitas	2021
Tecnólogo em Gestão Pública	Gestão e Negócios	Tecnólogo em Gestão Pública	EaD	40	-	Polos EaD do Campus Teixeira de Freitas	2021
Licenciatura em Ciências da Natureza	Ciências Naturais	Licenciatura em Ciências da Natureza	Superior	30	Noturno	Uruçuca	2022
Técnico em Administração -PROEJA	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	Integrado - PROEJA	30	Noturno	Uruçuca	2021
Pós-graduação em Agroecologia	Agrárias	Especialização	Pós-graduação	30	Diurno (semi-presencial)	Uruçuca	2021
Pós-graduação em Informática	Informática	Especialização	Pós-graduação	30	Diurno (semi-presencial)	Uruçuca	2022
Licenciatura em Geografia	Ciências Humanas	Licenciatura em Geografia	Graduação/ Presencial	40	Noturno	Valença	2022
Técnico em Meio Ambiente	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Meio Ambiente	Integrado	30	Diurno	Valença	2022
Educação	Curso de Mestrado profissional em Letras	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Superior/presencial	10	Diurno	Valença	2024
Técnico em Meio ambiente	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	Integrado ao Ensino Médio	40	Diurno	Xique-Xique	2021
Técnico em agropecuária	Recursos Naturais	Técnico de Nível Médio	Integrado ao Ensino Médio	40	Diurno	Xique-Xique	2021
Educação e Interdisciplinaridade	Educação	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>	Superior/presencial	30	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2021
Ciências agrárias	Recursos Naturais	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>	Superior/presencial	30	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2021
Matemática (EaD)	Educação	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>	Superior/EaD	40	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2021
Libras (EaD)	Educação	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>	Superior/EaD	40	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2021
Tecnólogo em Gestão pública (EaD)	Gestão e Negócios	Tecnólogo em Gestão Pública	Superior/EaD	40	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2021
Técnico em Informática	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	PROEJA/Integrado ao Ensino Médio/Presencial	40	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2022
Técnico em Meio ambiente	Ambiente e Saúde	Técnico em Meio Ambiente	PROEJA/Integrado ao Ensino Médio/Presencial	40	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2022
Técnico em Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico em Agroecologia	PROEJA/Integrado ao Ensino Médio/Presencial	40	Diurno/Noturno	Xique-Xique	2022
Tecnólogo em agroecologia	Recursos naturais	Graduação/Tecnólogo	Superior/presencial	40	Diurno	Xique-Xique	2022
Tecnólogo em Irrigação e drenagem	Recursos naturais	Graduação/Tecnólogo	Superior/presencial	40	Diurno	Xique-Xique	2022
Engenharia agrônômica	Bacharelado/Recursos naturais	Graduação/Bacharel	Superior/presencial	40	Diurno	Xique-Xique	2022
Engenharia agrícola	Bacharelado/Recursos naturais	Graduação/Bacharel	Superior/presencial	40	Diurno	Xique-Xique	2022

Ciências da natureza (com habilitação em química e física)	Licenciatura/Recursos naturais	Graduação/Licenciatura	Superior/presencial	40	Noturno	Xique-Xique	2023
Educação ou Ciências da natureza ou Ciências agrárias ou Meio ambiente	Mestrado Profissional	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Superior/presencial	20	Diurno	Xique-Xique	2024

Fonte: quadro elaborado pela comissão central, em 2019.

5

Desenvolvimento Institucional

5 Desenvolvimento Institucional

5.1 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O planejamento institucional do IF Baiano indica os meios e as estratégias desenvolvidos para alcançar sua missão e sua visão, tendo como base o princípio da democracia e a valorização da participação da comunidade em sua elaboração. Nele estão contidos os objetivos, as metas e as iniciativas estratégicas, que são as dimensões que apoiarão a gestão na condução do planejamento.

O processo de elaboração do planejamento estratégico foi iniciado com uma ampla consulta às comunidades interna e externa, desenvolvida por meio da realização de fóruns nos *campi* e na Reitoria, além da realização de pesquisa de opinião utilizando a ferramenta eletrônica Opina. Esse processo permitiu a elaboração dos temas estratégicos que, por sua vez, foram o fundamento para a construção do mapa estratégico.

O acompanhamento do desempenho institucional é realizado por meio de *software* de gestão e passa pelas etapas de planejamento, de execução e de controle. Além disso, são elaborados relatórios de divulgação da evolução dos indicadores e das metas encaminhados pelas unidades do IF Baiano, denominados de Plano de Ação Anual, a partir dos quais podemos observar como a instituição vem trabalhando os objetivos estratégicos dispostos no PDI para atingir a sua missão e a sua visão.

O resultado desse monitoramento é apresentado anualmente nos Relatórios de Gestão ou de Prestação de Contas Anual, documentos que apresentam para a sociedade os resultados obtidos pela instituição no exercício anual, considerando os ativos tangíveis e intangíveis.

Para o IF Baiano, o planejamento institucional é um elemento articulador entre a comunidade e a gestão. Sua construção busca possibilitar espaços de diálogos para pensar a instituição sob uma perspectiva mais participativa, transparente e representativa.

5.1.1 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do IF Baiano correspondem aos temas estratégicos (assuntos diretamente relacionados à missão da instituição) levantados junto às comunidades interna e externa:

EIXO - ESTUDANTE E SOCIEDADE

- consolidar os cursos ofertados mediante avaliação, qualificação e fortalecimento das tecnologias de informação e comunicação;
- expandir e otimizar a oferta de cursos e de vagas;
- consolidar a identidade e a imagem institucionais;
- fortalecer e ampliar as políticas inclusivas e afirmativas;
- fortalecer e ampliar as ações de extensão, de pesquisa, de inovação e de pós-graduação;
- consolidar a política de internacionalização.

EIXO - PROCESSOS INTERNOS

- aperfeiçoar os processos de gestão institucional.

EIXO - PESSOAS E CONHECIMENTOS

- aprimorar as políticas de capacitação e de qualificação dos(as) servidores(as);
- promover condições que favoreçam um clima organizacional que propicie o bem-estar.

EIXO - ORÇAMENTO E LOGÍSTICA

- aperfeiçoar o planejamento orçamentário;
- garantir a qualidade da execução orçamentária.

O mapa estratégico apresentado a seguir é composto pelos objetivos estratégicos e pelos indicadores. Os objetivos buscam traduzir os temas estratégicos, com enfoque nos respectivos resultados esperados. Já os indicadores são dados que permitem representar de forma quantitativa o desempenho das atividades estratégicas da instituição, além de avaliar se a atividade está produzindo o resultado esperado.

Figura 2 – Mapa estratégico do IF Baiano 2021–2025



Fonte: figura elaborada pela comissão central do PDI, em 2020.

5.1.2 Indicadores e metas

Utilizamos os indicadores e as metas para medir os resultados e desta forma verificar a realidade, observando e avaliando, de forma periódica nosso desempenho em relação ao planejamento proposto.

As metas apresentadas para o período do plano foram encontradas por meio de análise das projeções históricas dessas informações levando em consideração diversos fatores do nosso contexto e posteriormente discutidas e validadas pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Integridade do IF Baiano.

Objetivo 1 – Consolidar os cursos ofertados

O Objetivo 1 refere-se a acompanhar os cursos ofertados, promovendo a adequação da oferta e dos currículos com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a redução da evasão e a empregabilidade dos(as) egressos(as), observando a vocação institucional dos *campi* e as demandas do mundo do trabalho.

Quadro 2 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 1

Iniciativas estratégicas associadas	
1.	Projetos Pedagógicos de Cursos alinhados à identidade institucional, à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e ao acompanhamento de egressos(as);
2.	Implantação de programa de acompanhamento pedagógico (nivelamento, monitoria, tutoria acadêmica);
3.	Desenvolvimento de inovações pedagógicas;
4.	Acompanhamento e avaliação do planejamento e da execução do trabalho docente;
5.	Promoção de eventos indissociáveis (de ensino, de pesquisa e de extensão);
6.	Viabilizar a realização de projetos integradores;
7.	Realizar a avaliação pedagógica e institucional dos cursos ofertados;
8.	Viabilizar a execução da política de permanência e de êxito;
9.	Promover práticas pedagógicas de estímulo e de valorização do protagonismo estudantil, do cooperativismo, do empreendedorismo e da inovação;
10.	Proporcionar ações para a melhoria do desempenho acadêmico e para o combate à evasão;
11.	Articular a oferta das licenciaturas às demandas da educação básica, incluindo temáticas referentes às relações étnico-raciais, ao desenvolvimento do currículo integrado e à Educação de Jovens e Adultos;
12.	Assegurar a integração entre os saberes específicos dos componentes curriculares objeto de estudo e a dimensão pedagógica nos cursos de licenciatura.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 3 – Indicador 1

Indicador 1	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)				
		Este indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente. Valor em 2020: 40,4%			
Setor responsável: PROEN	$RIM = \frac{INGRESSANTES}{MATRÍCULAS ATENDIDAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	40,6%	40,8%	40,9%	41%	41%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 4 – Indicador 2

Indicador 2	Relação de Concluintes por Alunos (RCA)				
	Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito escolar. Valor em 2020: 21,5%				
Setor responsável: PROEN	$RCA = \frac{CONCLUINTES}{MATRÍCULAS ATENDIDAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	22%	22,5%	23%	24%	25%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 5 – Indicador 3

Indicador 3	Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)				
	Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os(as) alunos que finalizam o curso. Valor em 2020: 45%				
Setor responsável: PROEN	$EAC = \frac{FINALIZADOS}{CONCLUINTES} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	46%	47%	48%	49%	50%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 6 – Indicador 4

Indicador 4	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)				
	Este indicador mede a relação de estudantes que não concluem seus cursos no período previsto. Valor em 2020: 11,8%				
Setor responsável: PROEN	$RFE = \frac{RETIDOS}{MATRÍCULAS ATENDIDAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	11,5%	11%	10,8%	10,5%	10%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 7 – Indicador 5

Indicador 5	Ocupação de Vagas Presenciais (OVP)				
	Este indicador mede a ocupação das vagas ofertadas em cursos presenciais. Valor em 2020: 88%				
Setor responsável: PROEN	$OVP = \frac{INGRESSANTES EM CURSOS PRESENCIAIS}{VAGAS OFERTADAS EM CURSOS PRESENCIAIS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	88%	89%	89%	90%	90%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 8 – Indicador 6

Indicador 6	Ocupação de Vagas da EAD (OVEAD)				
	Este indicador mede a ocupação das vagas ofertadas em cursos a distância. Valor em 2020: 90%				
Setor responsável: PROEN	$OVEAD = \frac{INGRESSANTES EM CURSOS EAD}{VAGAS OFERTADAS EM CURSOS EAD} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	90%	90%	90%	90%	90%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 9 – Indicador 7

Indicador 7	Taxa de Evasão (TE)				
	Este indicador mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso, em relação ao total de matrículas. Valor em 2020: 23,8%				
Setor responsável: PROEN	$TE = \frac{MATRÍCULAS FINALIZADAS EVADIDAS}{MATRÍCULAS ATENDIDAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	22,5%	21,5%	20%	19%	18%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 10 – Indicador 8

Indicador 8	Ingressantes nos Cursos Técnicos (ICT)				
	Este indicador mede a quantidade de estudantes matriculados(as) em cursos técnicos. Valor em 2020: 60%				
Setor responsável: PROEN	$ICT = \frac{INGRESSANTE\ ACUMULADO\ EQUIVALENTE\ TÉCNICO}{INGRESSANTE\ ACUMULADO\ EQUIVALENTE} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	56,3%	54,4%	52%	50,5%	48,4%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 11 – Indicador 9

Indicador 9	Ingressantes nos Cursos de Formação de Professores(as) e de Licenciaturas (ICFPL)				
	Este indicador mede a quantidade de estudantes matriculados(as) em cursos de formação de professores(as) e de licenciaturas. Valor em 2020: 6,5%				
Setor responsável: PROEN	$ICFPL = \frac{INGRESSANTE\ ACUMULADO\ EQUIVALENTE\ FORMAÇÃO\ DOCENTE}{INGRESSANTE\ ACUMULADO\ EQUIVALENTE} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	7%	7,5%	8%	9%	10%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 12 – Indicador 10

Indicador 10	Vagas e Matrículas PROEJA (VMP)				
	Este indicador mede a quantidade de estudantes matriculados(as) em cursos do PROEJA. Valor em 2020: 1%				
Setor responsável: PROEN	$VMP = \frac{INGRESSANTE\ ACUMULADO\ EQUIVALENTE\ PROEJA}{INGRESSANTE\ ACUMULADO\ EQUIVALENTE} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	1,5%	2%	2,5%	3%	4%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 2 – Expandir e otimizar a oferta de cursos e de vagas

O Objetivo 2 refere-se a expandir a oferta de cursos e de vagas com foco na verticalização e na integração da educação básica à educação profissional e superior, garantindo a estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos da gestão, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008.

Quadro 13 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 2

Iniciativas estratégicas associadas
1. Ampliar a oferta de cursos na modalidade EaD;
2. Ofertar cursos de Educação de Jovens e Adultos;
3. Ofertar EPTNM na modalidade presencial;
4. Ofertar cursos de Tecnólogos;
5. Ofertar cursos de Bacharelado;
6. Ofertar cursos de Licenciatura;
7. Ofertar cursos de Pós-Graduação;
8. Ampliar progressivamente os cursos e as vagas que garantam o direito de jovens e de adultos à profissionalização na educação básica.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 14 – Indicador 11

Indicador 11	Relação de Alunos(as) por Docentes em Tempo Integral (RAD)				
	Este indicador mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente. Valor em 2020: 20%				
Setor responsável: PROEN	$RAD = \frac{MATRÍCULAS\ ATENDIDAS}{DOCENTES}$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	20,5%	20,8%	21%	21,8%	22%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 15 – Indicador 12

Indicador 12	Número de Vagas Ofertadas (NVO)				
	Este indicador mede o aumento da oferta de vagas na EPT. Valor em 2020: 2%				
Setor responsável: PROEN	$NVO = \frac{VAGAS\ OFERTADAS\ ano\ atual - VAGAS\ OFERTADAS\ ano\ anterior}{VAGAS\ OFERTADAS\ ano\ anterior} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	2,5%	3%	3,5%	4%	4,5%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 3 - Consolidar a identidade e a imagem institucionais

O Objetivo 3 trata de consolidar a identidade e a imagem do IF Baiano como uma instituição referenciada na Bahia na sua área de atuação. Além disso, trata de promover uma política de comunicação que atenda a todas as partes interessadas.

Quadro 16 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 3

Iniciativas estratégicas associadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer a comunicação estratégica; 2. Implementar e acompanhar a Política de Comunicação e Informação; 3. Fomentar espaços institucionais de gestão participativa e autônoma; 4. Fortalecer os canais institucionais de relacionamento; 5. Estabelecer compromisso ético e responsabilidade socioambiental; 6. Criar projeto institucional de divulgação permanente dos cursos do IF Baiano para estudantes dos ensinos fundamental e médio das redes públicas municipal e estadual de ensino.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 17 – Indicador 13

Indicador 13	Relação de Candidatos por Vaga (RCV)				
	Este indicador mede a consonância entre a oferta de vagas em relação à procura do público. Valor em 2020: 2%				
Setor responsável: PROEN, PROPES e PROEX	$RCV = \frac{INSCRITOS}{VAGAS\ PARA\ INGRESSO}$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	2,25%	2,5%	2,75%	3%	3,25%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 4 - Fortalecer e ampliar as políticas inclusivas e afirmativas

O Objetivo 4 trata de desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com necessidades específicas e das pessoas em vulnerabilidade social.

Quadro 18 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 4

Iniciativas estratégicas associadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Prover atendimento especializado adequado às pessoas com deficiência; 2. Garantir a execução da política de acessibilidade e de inclusão; 3. Aperfeiçoar o auxílio estudantil; 4. Garantir condições de permanência e de êxito; 5. Aperfeiçoar o atendimento especializado e multidisciplinar; 6. Desenvolver estratégias e práticas, na perspectiva da educação inclusiva, que maximizem o acesso, a permanência e o êxito dos(as) discentes com deficiência nos cursos de graduação.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 19 – Indicador 14

Indicador 14	Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar Per Capita (MRF)				
	Este indicador mede a capacidade de inclusão social da instituição. Valor em 2020: 60%				
Setor responsável: PROEN	$MRF = \frac{FAIXA\ SM}{MATRÍCULAS\ ATENDIDAS} \times 100$ <p>RFPC: Renda Familiar Per Capita LimInf: Limite Inferior (em SM) FAIXA = LimInf < RFPC ≤ LimSup Onde: LimSup: Limite Superior (em SM) SM: Salário Mínimo</p> <p>FAIXA - conforme a tabela abaixo: FAIXA 1: 0 < RFPC ≤ 0,5 SM FAIXA 2: 0,5 < RFPC ≤ 1 SM FAIXA 3: 1 < RFPC ≤ 1,5 SM FAIXA 4: 1,5 < RFPC ≤ 2,5 SM FAIXA 5: 2,5 < RFPC ≤ 3 SM FAIXA 6: RFPC > 3 SM</p>				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	70%	70%	70%	70%	70%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 5 - Fortalecer e ampliar as ações de extensão, de pesquisa, de inovação e de pós-graduação

O Objetivo 5 trata de desenvolver as ações de extensão, de pesquisa, de inovação e de pós-graduação como processo educativo e investigativo de geração e de adaptação de soluções técnicas e tecnológicas para as demandas sociais e regionais, além de estimular a pesquisa aplicada.

Quadro 20 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 5

Iniciativas estratégicas associadas
1. Ampliação dos projetos de extensão;
2. Ampliação dos editais de fomento e de extensão;
3. Ampliação e fortalecimento dos projetos de extensão junto às comunidades local e regional;
4. Ampliação dos eventos técnico-científicos e culturais;
5. Fomento à participação de servidores(as) e de estudantes em eventos externos de extensão;
6. Ampliação e fortalecimento da qualificação profissional para atendimento à comunidade;
7. Ampliação e fortalecimento dos grupos de pesquisa;
8. Ampliação da participação da comunidade interna em editais externos;
9. Transferência de conhecimento, de tecnologias e de inovação para a sociedade;
10. Realização dos eventos técnico-científicos;
11. Incentivo à participação da comunidade interna em eventos externos;
12. Prospecção de parceiras para ampliação da pós-graduação;
13. Incentivo à pesquisa aplicada;
14. Aperfeiçoamento da gestão das bolsas de iniciação científica;
15. Implantação de programa de incentivo à inovação científica;
16. Incentivo à formação de redes de pesquisa;
17. Incentivo à produção científica;
18. Promoção de ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte, da cultura e do desporto, com vistas à consolidação das identidades regionais, ao resgate e à valorização da identidade territorial e à sua afirmação frente a outras culturas e povos;
19. Garantia do desenvolvimento da Política de Inovação e difusão das culturas de propriedade intelectual e de inovação tecnológica;
20. Promoção da extensão como prática pedagógica articulada à pesquisa e ao ensino, objetivando atender às demandas sociais;
21. Priorização das ações interdisciplinares, por meio da integração entre diversas áreas e níveis de ensino, visando a atender e a colaborar com as comunidades local e regional no seu desenvolvimento socioeconômico, artístico e cultural;
22. Desenvolvimento de ações e de projetos de extensão que priorizem o combate à exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente;
23. Fomento a ações de inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego, renda e produção de conhecimento;

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 20 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 5

Iniciativas estratégicas associadas	
24.	Promoção da difusão do conhecimento por meio de atividades, de publicações e de eventos, visando à disseminação do conhecimento científico e tecnológico;
25.	Viabilização da capacitação técnica, operativa e instrumental dos(as) estudantes, propiciando maiores oportunidades de inserção no mundo do trabalho;
26.	Articulação de atividades de extensão voltadas para a assessoria técnica e para a extensão rural, priorizando o(a) pequeno(a) produtor(a);
27.	Apoio e estímulo à comunidade acadêmica do IF Baiano no desenvolvimento de projetos de pesquisa e na formação de redes e de grupos de pesquisa;
28.	Fomento à pesquisa nos <i>campi</i> , estimulando a interdisciplinaridade e a interação com a comunidade regional;
29.	Mapeamento das dificuldades, dos entraves e das possibilidades da pesquisa no <i>campus</i> .

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 21 – Indicador 15

Evolução dos Projetos de Pesquisa (EPP)					
Indicador 15	Este indicador mede como evoluiu o número de projetos de pesquisa e de inovação desenvolvidos. Valor em 2020: 10%				
Setor responsável: PROPE	$EPP = \frac{\text{PROJETOS DE PESQUISA ano atual} - \text{PROJETOS DE PESQUISA ano anterior}}{\text{PROJETOS DE PESQUISA ano anterior}} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	10%	12%	15%	15%	15%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 22 – Indicador 16

Participação de Estudantes em Iniciação Científica/Extensão (PEICE)					
Indicador 16	Este indicador mede a relação de discentes participando de projetos de iniciação científica e de extensão e o número de matrículas. Valor em 2020: 3,7%				
Setor responsável: PROPE e PROEX	$PEICE = \frac{\text{ALUNOS PARTICIPANDO DE PESQUISA/EXTENSÃO}}{\text{MATRÍCULAS ATENDIDAS}} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	4%	4,3%	5%	5,5%	6%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 23 – Indicador 17

Evolução dos Participantes nas Ações de Extensão (EOPE)					
Indicador 17	Este indicador mede como evoluiu o número de participantes em ações de extensão. Valor em 2020: 3,9%				
Setor responsável: PROEX	$EOPE = \frac{NÚMERO DE PARTICIPANTES \text{ ano atual} - NÚMERO DE PARTICIPANTES \text{ ano anterior}}{NÚMERO DE PARTICIPANTES \text{ ano anterior}} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	4%	4,3%	5%	5,5%	6%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 6 - Consolidar a política de internacionalização

O Objetivo 6 trata de consolidar estratégias institucionais que viabilizem práticas de internacionalização no âmbito do ensino, da pesquisa, da inovação, da extensão, da formação e da capacitação da comunidade acadêmica.

Quadro 24 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 6

Iniciativas estratégicas associadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do centro de idiomas do IF Baiano; 2. Realização de proficiência e de certificação de idiomas; 3. Implantação de programa de mobilidade acadêmica; 4. Implantação de programa de mobilidade de servidores(as).

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 25 – Indicador 18

Ações de Internacionalização (AI)					
Indicador 18	Este indicador mede o número de ações de internacionalização promovidas no ano. Valor em 2020: 40				
Setor responsável: PROEN, PROPES, PRODIN, DGP e PROEX	$AI = NÚMERO DE AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ANO$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	42	45	47	52	55

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 7 - Aperfeiçoar os processos de gestão institucional

O objetivo 7 tem como foco principal tornar eficiente os processos internos na busca dos resultados institucionais.

Quadro 26 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 7

Iniciativas estratégicas associadas
1. Implantação da gestão por processos;
2. Elaboração dos regimentos internos;
3. Atualização do organograma;
4. Atualização dos macroprocessos finalísticos e dos macroprocessos de sustentação, de acordo com a estratégia institucional adotada;
5. Implantação da gestão por competências;
6. Revisão e atualização de documentos normativos;
7. Elaboração e implantação de sistema de acompanhamento e de avaliação do PPPI, mediante instrumentos diversificados que propiciem uma visão sistêmica e global da sua aplicabilidade e dos seus resultados.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 27 – Indicador 19

Percentual de Processos Mapeados (PPM)					
Indicador 19	Este indicador mede o percentual de processos já mapeados em relação ao número total de processos da instituição. Valor em 2020: 17%				
Setor responsável: PRODIN	$PPM = \frac{NÚMERO DE PROCESSOS MAPEADOS}{NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS DA INSTITUIÇÃO} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	30%	50%	70%	80%	90%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 8 - Aprimorar as políticas de capacitação e de qualificação de servidores(as)

O Objetivo 8 trata de aumentar o grau de qualificação e de capacitação técnica e gerencial continuada dos(as) servidores(as), em todos os níveis (operacional, tático e estratégico), com foco no desenvolvimento de competências.

Quadro 28 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 8

Iniciativas estratégicas associadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação da política de capacitação e de qualificação de servidores(as); 2. Aprimoramento da gestão de admissão e de desligamento de servidores(as); 3. Aprimoramento da gestão de benefícios e de pagamentos de servidores(as); 4. Aprimoramento da avaliação de desempenho institucional; 5. Aperfeiçoamento dos processos de remoção, de redistribuição e de concurso público; 6. Promoção da formação de servidores(as) em cursos de pós-graduação oferecidos pelo Instituto Federal Baiano e/ou em parceria ou por convênios com outras instituições nacionais e/ou estrangeiras.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 29 – Indicador 20

Indicador 20	Execução Orçamentária para Capacitação (EOC)				
	Este indicador mede o índice de execução orçamentária para capacitação. Valor em 2020: 93%				
Setor responsável: DGP e PROPLAN	$EOC = \frac{\text{VERBAS ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS PARA CAPACITAÇÃO}}{\text{VERBAS ORÇAMENTÁRIAS PREVISTAS PARA CAPACITAÇÃO}} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	95%	99%	99%	99%	99%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 30 – Indicador 21

Indicador 21	Servidores(as) Capacitados(as) (SCA)				
	Este indicador mede quantos servidores(as) realizaram cursos de capacitação. Valor em 2020: 20%				
Setor responsável: DGP	$SCA = \frac{\text{SERVIDORES QUE REALIZARAM CURSO DE CAPACITAÇÃO ano atual}}{\text{TOTAL DE SERVIDORES}} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	20%	22%	25%	30%	35%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 31 – Indicador 22

Titulação do Corpo Docente (TCD)					
Indicador 22	Este indicador mede o índice de atualização do corpo docente. Valor em 2020: 3,94%				
Setor responsável: DGP	$TDC = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$ Graduação (G): Peso 1 Aperfeiçoamento (A): Peso 2 Especialização (E): Peso 3 Mestrado (M): Peso 4 Doutorado (D): Peso 5				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	4%	4%	4,1%	4,15%	4,2%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 9 - Promover condições que favoreçam um clima organizacional de bem-estar

O Objetivo 9 trata de desenvolver as ações que promovem a qualidade de vida no trabalho para os(as) servidores(as), pensando o ambiente de trabalho como um espaço acolhedor e saudável.

Quadro 32 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 9

Iniciativas estratégicas associadas
1. Implantação de programa institucional de qualidade de vida no trabalho; 2. Desenvolvimento de ações de motivação de servidores(as) no ambiente de trabalho.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 33 – Indicador 23

Índice na Pesquisa de Clima					
Indicador 23	Este indicador mede o índice de bem-estar entre os(as) servidores(as), medido na Pesquisa de Clima Organizacional. Valor em 2020: 50%				
Setor responsável: DGP	$PCO = \text{ÍNDICE COLETADO EM PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL}$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	50%	51%	52%	54%	56%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 10 - Aperfeiçoar o planejamento orçamentário

O Objetivo 10 trata de melhorar a gestão orçamentária, com foco na racionalização, na eficiência, na eficácia, na economicidade e na efetividade dos recursos investidos, visando à consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais.

Quadro 34 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 10

Iniciativas estratégicas associadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de diretrizes para a alocação orçamentária; 2. Captação de recursos extraorçamentários; 3. Garantia de infraestrutura para utilização das TICs nas aulas de cursos presenciais e de EaD.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 35 – Indicador 24

Indicador 24	Cumprimento de Metas Associadas ao Orçamento (CMAO)				
	Este indicador mede o cumprimento do que foi previsto no orçamento. Valor em 2020: 98,3%				
Setor responsável: PROPLAN	$CMAO = \frac{QUANTITATIVO\ ORÇAMENTÁRIO\ REALIZADO}{QUANTITATIVO\ ORÇAMENTÁRIO\ PLANEJADO} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	98,5%	98,6%	98,7%	98,9%	99%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Objetivo 11 - Garantir a qualidade da execução orçamentária

O Objetivo 11 trata de desenvolver ações de aperfeiçoamento da execução orçamentária, com foco na eficiência, na transparência e no controle.

Quadro 36 – Iniciativas estratégicas associadas ao Objetivo 11

Iniciativas estratégicas associadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária; 2. Aperfeiçoamento do Plano de Compras; 3. Viabilização da infraestrutura física e tecnológica, bem como da aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento das políticas de ensino, de pesquisa e de extensão.

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 37 – Indicador 25

Gasto Corrente por Aluno (GCA)					
Indicador 25	Este indicador mede o custo médio de cada aluno(a) da instituição. Valor em 2020: 17.900				
Setor responsável: PROPLAN	$GCA = \frac{GASTOT}{MATRÍCULAS ATENDIDAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	R\$ 17.600,00	R\$ 17.500,00	R\$ 17.400,00	R\$ 17.200,00	R\$ 17.000,00

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 38 – Indicador 26

Gasto com Pessoal (GCP)					
Indicador 26	Este indicador mede os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Valor em 2020: 75%				
Setor responsável: DGP	$GPC = \frac{GASPES}{TOTGAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	75,5%	76%	76,5%	77%	77,5%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 39 – Indicador 27

Gastos com Outros Custeios - Excluídos Benefícios e Pasep (GOC)					
Indicador 27	Este indicador mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da instituição. Valor em 2020: 25%				
Setor responsável: PROPLAN	$GOC = \frac{GASOUC}{TOTGAS} \times 100$				
	Onde: GASOUC = TOTCUS - ben - pasep TOTCUS = Total de Gastos com Custeio ben = Gastos com Benefícios pasep = Gastos com Pasep				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	22,3%	21,8%	21,3%	20,8%	20,3%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

Quadro 40 – Indicador 28

Indicador 28	Gasto com Investimentos (CGI)				
	Este indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da instituição Valor em 2020: 0,8%				
Setor responsável: PROPLAN	$CGI = \frac{GASINV}{TOTGAS} \times 100$				
Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Meta	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.

5.1.3 Internacionalização

Em uma sociedade globalizada, a integração entre as diferentes culturas e modos de vida nos faz perceber a importância de considerar a diversidade e a percepção do outro. Nesse sentido, a internacionalização em uma instituição de educação atua na perspectiva de promover interações culturais, intercâmbios, trocas de conhecimentos, tecnologias e inovação.

O IF Baiano, diante da grandeza do trabalho a ser realizado em diálogo com o potencial dessa área, busca desenvolver atividades e projetos em parceria com outras instituições, visando à mobilidade acadêmica, ao desenvolvimento de pesquisas colaborativas e ao intercâmbio de experiências culturais, sociais e linguísticas, respeitando a diferença entre os povos e valorizando a cultura da paz.

A partir disso, o IF Baiano vislumbra, na cooperação técnico-científica, um dos principais pilares do seu próprio processo de internacionalização, considerando que essas parcerias possuem o potencial necessário para desenvolver ações que envolvam o processo formativo tanto de estudantes quanto de servidores(as).

Atualmente, a internacionalização está ligada à Coordenação Geral de Parcerias Nacionais e Internacionais (CO-PIN). Ela conta com um assessor internacional, que é o responsável por pensar e por desenvolver as ações da área, com o apoio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). Além disso, conta com o apoio do Comitê de Internacionalização, coordenado por regulamento, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente, viabilizando ações estratégicas em busca de um melhor desempenho da instituição, contribuindo com o desenvolvimento e com o alcance da visão institucional.

Para o período de vigência deste PDI, as ações de internacionalização estarão concentradas no fortalecimento do ensino e da aprendizagem de línguas estrangeiras, na valorização da diversidade linguística e cultural, na realização de testes de proficiência para estudantes e para servidores(as) e na pactuação de cooperações técnicas e acadêmicas para a realização de intercâmbios, de pesquisa e de extensão.

5.1.4 O IF Baiano e o meio ambiente

O compromisso do IF Baiano com as questões ambientais é fundamentado no que determina o art. 225 da Constituição Federal, que diz que todos(as) têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e para as futuras gerações (BRASIL, 1988).

O IF Baiano aproxima-se dos contextos locais e regionais com o intuito de identificar os conflitos, para construir um processo formativo envolvendo ensino, pesquisa e extensão e que promova mudanças de comportamento individual e coletivo. Essa é uma busca constante da nossa instituição.

Assim, os PPCs, em todas as modalidades ofertadas pelo IF Baiano, já apontam para o que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - Meio Ambiente, é o grande desafio para a educação: contribuir para a formação de cidadãos(ãs) conscientes, aptos(as) a decidir e a atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um(a) e da sociedade local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola proponha-se a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com ensino e aprendizagem de procedimentos.

O IF Baiano compreende a educação ambiental como parte do processo educativo mais amplo. Todos(as) têm direito à educação ambiental, cabendo às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

Para tanto, o Instituto tem como meta atender aos princípios básicos da educação ambiental:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, da multi e da transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e de permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Esses princípios norteiam as ações do IF Baiano, por meio da prática educativa, dos projetos, da pesquisa, da extensão, dos editais de fomento e de todas ações que envolvam tanto a comunidade interna quanto a externa.

Destinar adequadamente todos os resíduos gerados no âmbito dos *campi* e da Reitoria do IF Baiano será sem dúvida um passo fundamental para que o Instituto se torne uma instituição modelo e para contribuir para que as comunidades de seu entorno adotem também medidas para o gerenciamento ambientalmente adequado dos seus resíduos, para além de atender à Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A implantação de uma política interna permitirá a adequação de outros instrumentos que instituem a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e às cooperativas dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis, junto a outras providências, em todos os *campi* e na Reitoria.

Desse modo, observamos que o IF Baiano deve desenvolver ações que apontem sua preocupação com o meio ambiente e com a formação de seus(suas) discentes. A criação de diversos cursos de pós-graduação em nível de especialização e de mestrado reafirmam esse compromisso e garantem que a verticalização da educação tem sido promovida e que o tema do meio ambiente é discutido de forma bastante ampla.

6

Plano de infraestructura física

6 Plano de infraestrutura física

6.1 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Sustentabilidade financeira é planejar e, conseqüentemente, não gastar mais que o orçamento do período, alcançando o que foi proposto no planejamento institucional e atendendo à missão. Nesse sentido, no IF Baiano, temos dois objetivos estratégicos que tratam especificamente do tema, um voltado para o aperfeiçoamento do planejamento orçamentário e outro, para uma execução orçamentária de qualidade. Juntos, eles propõem orientar nossas ações para o melhor planejamento dos gastos, aplicando os recursos públicos com eficiência e com efetividade nos diversos pontos em que atuamos.

Considerando a complexidade da gestão da Rede IF Baiano e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada Unidade Gestora, é necessário o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e de estruturas de governança eficientes, bem como a atuação em rede, para a otimização dos processos e dos resultados.

A atuação conjunta da Rede IF Baiano tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos, para que as ações de ensino, de pesquisa e de extensão sejam oferecidas com a máxima qualidade. Mesmo assim, temos a consciência de que muito precisa ser feito, aprimorado e, principalmente, de que essa avaliação positiva é resultado do esforço coletivo.

Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para a previsão e para a distribuição dos recursos para cada Instituto Federal e que, principalmente, o IF Baiano é uma instituição pública federal com missão e com valores únicos que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento. Sendo assim, os recursos destinados ao IF Baiano por meio da LOA não são de cada *campus* nem da Reitoria, são do público.

É necessário compreender, ainda, que cada Unidade Gestora possui especificidades quanto a diversas condições: número de estudantes, número de servidores(as), estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos(as) servidores(as) e dos(as) gestores(as), orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outras. Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IF Baiano busca garantir maior eficiência no gasto público e atuação mais transparente, justa e com maior responsabilidade social.

6.1.1 A estrutura de orçamento e de finanças

A gestão orçamentária do IF Baiano ocorre de forma descentralizada. A Reitoria e os *campi* são classificados como Unidades Gestoras Executoras (UG-E). Assim, objetivando atender às suas necessidades específicas, cada *campus* planeja e gerencia seu orçamento, bem como sua execução.

Dessa maneira, é feita a descentralização orçamentária aos *campi*, nos quais os(as) diretores(as) gerais são os(as) ordenadores(as) de despesas. É válido salientar que os recursos orçamentários do IF Baiano advêm do Orçamento Geral da União por meio da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada exercício financeiro.

Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (despesas com pessoal ativo e inativo, com pensionistas e com encargos), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos e de imóveis).

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, com pensionistas, com encargos sociais e com benefícios aos(as) servidores(as) vem sendo administrado, de forma direta, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC), cabendo ao IF Baiano informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

O orçamento do IF Baiano também conta com recursos decorrentes de receita própria, ou seja, recursos diretamente arrecadados. Esses recursos são captados por meio de ações como a comercialização de produtos, o aluguel de ambientes e outras. Além desses recursos, o Instituto conta também com aqueles arrecadados de projetos e

de programas específicos, de eventuais emendas parlamentares, de termos de descentralização de créditos e de convênios públicos e privados.

O Instituto firma convênios e termos de cooperação com a Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com outros órgãos públicos de fomento.

Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, de pesquisa e de extensão. Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua maioria, são firmados por meio de termos de cooperação com a SETEC/MEC, que subsidia as ações de expansão e de melhoria da educação profissional e tecnológica, bem como a construção dos *campi*.

Os recursos diretamente arrecadados são dispostos às unidades arrecadadoras, já as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares têm a distribuição dos recursos de acordo com o projeto designado.

A Matriz do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) é um modelo matemático parametrizado utilizado pela SETEC, que considera alguns parâmetros como base para definir a parcela do orçamento da União referente às despesas de custeio e de capital para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A lógica da composição da Matriz considera essencialmente as matrículas dos(as) estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos de Educação a Distância, por *campus* de cada instituição da Rede Federal. Não são consideradas as matrículas de estudantes associados(as) a programas que recebem recursos próprios e a cursos pagos.

6.1.2 Previsão de orçamento x previsão de despesas

Quando se fala de gestão orçamentária, é preciso ter claras as despesas essenciais para o bom funcionamento da instituição e, a partir do seu atendimento, é preciso definir as demais despesas prioritárias para a alocação de recursos financeiros.

Nem todas as necessidades poderão ser atendidas no ano seguinte e, por esse motivo, é necessário que a instituição pense sistemicamente, a médio e a longo prazos, sobre como vai atender a todas as prioridades da Rede de forma sustentável. Dessa forma, a cada ano, é imprescindível que se realize ou atualize um diagnóstico das necessidades e um Plano Anual de Trabalho (PAT) para cada unidade administrativa do IF Baiano.

Na etapa de diagnóstico, é necessário que se reveja toda a previsão de gastos correntes da unidade com a compra de materiais de consumo para os cursos e para os ambientes administrativos, com os custos fixos (despesas de custeio, como água, energia elétrica, dentre outras) e com os demais serviços (alocação de mão de obra terceirizada e outros).

Para que o PAT seja eficiente e sustentável, é necessário que se faça uma avaliação do ano anterior (histórico de despesas) e se definam as prioridades para o ano seguinte e para os próximos anos. Realizados o diagnóstico de necessidades, a avaliação e a reorganização de despesas essenciais, cada unidade deverá organizar de forma democrática e participativa o seu PAT, indicando as necessidades orçamentárias para cada ação e o nível de priorização.

Esse plano pode ser composto de novos projetos e de melhorias dos projetos existentes. Com esses documentos em mãos e após a disponibilização da previsão orçamentária para o ano seguinte pelo Ministério da Educação, é realizada a compilação das necessidades da Rede IF Baiano. Por fim, o planejamento é incluído de forma detalhada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), no período chamado de "programação orçamentária".

No quadro a seguir, estão dispostas a projeção orçamentária para o período de 2020 a 2024. Essa estimativa, realizada com base em dados econômicos, nos possibilita ver que a busca por fontes de financiamento extra ao destinado pela Matriz CONIF será de suma importância para o desempenho das ações desenvolvidas no IF Baiano.

Quadro 41 - Projeção de despesas para o período de 2021-2025 (em reais)

Ação	Atual (2020)	2021	2022	2023	2024	2025
Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	64.921,00	67.388,00	69.915,05	72.536,66	75.256,99	78.079,13
Aposentadorias e pensões civis da União	10.764.000,00	11.173.032,00	11.592.020,70	12.026.721,48	12.477.723,53	12.945.638,16
Contribuição da União, de suas autarquias e de suas fundações para o custeio do regime de previdência de servidores(as) públicos(as) federais	36.764.000,00	38.161.032,00	39.592.070,70	41.076.773,35	42.627.152,35	44.215.295,57
Assistência médica e odontológica aos(as) servidores(as) civis, empregados(as), militares e seus(suas) dependentes	2.587.308,00	2.685.625,70	2.786.336,67	2.890.824,29	2.999.230,20	3.111.701,34
Reestruturação e modernização de instituições federais de educação profissional e tecnológica	2.000.923,00	2.076.958,07	2.154.844,00	2.235.650,65	2.319.487,55	2.406.468,33
Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica	46.940.618,00	48.724.361,48	50.551.525,04	52.447.207,23	54.413.977,50	56.454.501,66
Ativos civis da união	195.840.662,00	203.282.607,16	210.905.704,92	218.814.668,86	227.020.218,94	235.533.477,15
Benefícios obrigatórios aos(as) servidores(as) civis, empregados(as), militares e seus(suas) dependentes	13.392.769,00	13.901.694,22	14.423.007,76	14.963.870,55	15.525.015,69	16.107.203,78
Ajuda de custo para moradia ou para auxílio-moradia à agentes públicos(as)	300.000,00	311.400,00	323.077,50	335.192,91	347.762,64	360.803,74
Assistência aos(as) estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica	11.555.232,00	11.994.330,82	12.444.118,22	12.910.772,65	13.394.926,63	13.897.236,38
Capacitação dos(as) servidores(as) públicos(as) federais em processo de qualificação e de requalificação	478.627,00	496.814,83	515.445,38	534.774,58	554.828,63	575.634,70
Total	320.689.060,00	332.875.244,28	345.358.065,94	358.308.993,41	371.745.580,67	385.686.039,94

Fonte: quadro elaborado pela comissão central, em 2019.

6.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

O Instituto Federal Baiano conta com um unidades que possuem infraestrutura de médio porte e outras, de grande porte, para desenvolver atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Atualmente possui 14 (quatorze) *campi* e 20 (vinte) polos de EaD distribuídos pelo estado da Bahia, além de uma Reitoria e de um Centro de Referência, na cidade de Salvador. No quadro a seguir, apresentamos a área construída dos *campi*, com a separação das áreas destinadas às atividades pedagógicas, administrativas e esportivas.

Quadro 42 - Área destinada às atividades administrativas, pedagógicas e esportivas (em m²)

Campus	Área construída	Área administrativa	Área pedagógica	Área esportiva
Alagoinhas	4.769	1.454	2.375	470
Bom Jesus da Lapa	3.392	852	1.560	490
Catu	6.247,92	520	2.327,92	1.700
Guanambi	23.799,6	861	1.668,6	10.635
Governador Mangabeira	1.987,36	526,34	341,02	560
Itaberaba	4.769	1.454	2.375	470
Itapetinga	8.799	122	837	3.920
Santa Inês	5.815,96	838	1.508,72	1.734,62
Senhor do Bonfim	24.464,08	11.622	6.410,08	3.216
Serrinha	4.769	1.454	2.375	470
Teixeira de Freitas	4.210,58	524,23	1.406,35	1.140
Uruçuca	17.562,24	2.852,61	1.983,63	6.363
Valença	3.575,44	707,27	1.659,09	604,54
Xique-Xique	3.829	1.454	2.375	0

Fonte: quadro elaborado pela comissão central, em 2020.

No quadro a seguir, mostramos as principais estruturas de cada *campus* do IF Baiano destinada às atividades pedagógicas:

Quadro 43 - Principais estruturas da área pedagógica

Estrutura	Campi													
	Alagoinhas	Bom Jesus da Lapa	Catu	Guanambi	Governador Mangabeira	Itaberaba	Itapetinga	Santa Inês	Senhor do Bonfim	Serrinha	Teixeira de Freitas	Uruçuca	Valença	Xique-Xique
Auditórios	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1
Bibliotecas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cantinas	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ginásios/Quadra poliesportiva	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	0
Refeitórios	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Salas de aula	15	8	22	32	16	10	9	22	24	15	11	20	19	15
Salas de atividades pedagógicas	10	10	10	10	8	4	8	10	12	10	9	8	9	10
Salas de professores(as)	1	2	8	14	1	1	4	2	30	1	2	1	4	1

Fonte: quadro elaborado pela comissão central, em 2020.

Para a consolidação dos projetos relacionados à infraestrutura do IF Baiano, é importante realizar as ações voltadas ao cumprimento das obrigações legais, realizando prioritariamente os projetos ligados à acessibilidade, no atendimento de obras que possibilitem o alcance dos objetivos estratégicos ligados ao desenvolvimento dos cursos ofertados. Nesse sentido, e respeitando a disponibilidade orçamentária, o quadro seguinte mostra os projetos planejados para os próximos anos:

Quadro 44 - Projeção de ampliação da infraestrutura

Instalações físicas	Quantitativo	
	Obras	Reformas
Acessibilidade do <i>campus</i>	9	0
Bloco administrativo	2	1
Bovinocultura e suinocultura	2	0
Cantina e refeitório	5	1
Quadra poliesportiva	1	0
Instalações acadêmicas	2	1
Projeto elétrico e SPDA	4	0
Total	25	3

Fonte: quadro elaborado pela comissão central, em 2020.

Estão previstas 28 (vinte e oito) intervenções na infraestrutura do Instituto, entre obras e reformas. Vale salientar que a realização das intervenções está condicionada à disponibilidade orçamentária e/ou à captação de recursos oriundos de Termos de Execução Descentralizada (TED) ou de emendas parlamentares.

6.3 ACERVO ACADÊMICO

Todos os documentos produzidos e recebidos por instituições relacionados à produção acadêmica, histórico acadêmico dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos são organizados para formar um acervo acadêmico. Todas as instituições de ensino superior deverão migrar seus acervos para o meio digital, o processo de digitalização de acervo acadêmico é uma adaptação das instituições de ensino aos avanços tecnológicos e, por resultado, às diversas transformações culturais ocorridas.

Neste sentido o IF Baiano conta com equipe multidisciplinar que trabalha para a implantação do repositório institucional de modo a cumprir com a legislação e possibilitar a toda comunidade os benefícios que o acervo acadêmico pode impulsionar no processo de crescimento institucional.

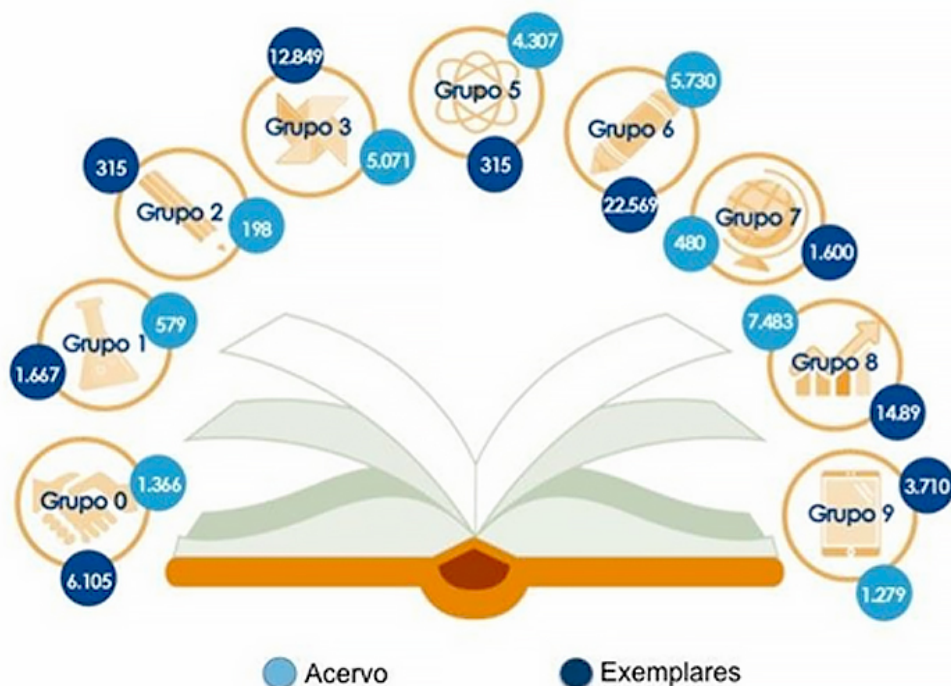
6.3.1 Sistemas de Bibliotecas

A rede de bibliotecas do IF Baiano é formada pelas unidades de Alagoinhas, de Bom Jesus da Lapa, de Catu, de Governador Mangabeira, de Guanambi, de Itaberaba, de Itapetinga, de Santa Inês, de Senhor do Bonfim, de Serriinha, de Teixeira de Freitas, de Uruçuca, de Valença e de Xique-Xique. Possui regulamento próprio e um sistema informatizado de gerenciamento de acervos. O plano de atualização do acervo é parte integrante do Plano Anual de contratações.

O Horário de funcionamento de todas as bibliotecas estão de acordo com as diretrizes e portarias que instituem o funcionamento das unidades do IF Baiano, respeitando as diretrizes de cada curso existente no *Campus*.

Desde 2011, o sistema adotado para a gestão informatizada das bibliotecas dos *campi* é o Pergamum, que melhorou a rotina diária dos(as) servidores(as), dos(as) estudantes e dos(as) usuários(as) em geral das bibliotecas.

Figura 3 - Acervo acadêmico do IF Baiano em 2019



Fonte: figura elaborada pela PRODIN, em 2019.

- **Grupo 0** - Generalidade. Ciência e Conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações.
- **Grupo 1** - Filosofia. Psicologia.
- **Grupo 2** - Religião. Teologia.
- **Grupo 3** - Ciências Sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração Pública. Forças Armadas. Assistência Social. Seguros. Educação. Etnologia.
- **Grupo 5** - Matemática e Ciências Naturais.
- **Grupo 6** - Ciências Aplicadas.
- **Grupo 7** - Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto.
- **Grupo 8** - Língua. Linguística. Literatura.
- **Grupo 9** - Geografia. Biografia. História.

6.4 LABORATÓRIOS

A quantidade de laboratórios existentes nas unidades do IF Baiano está de acordo com o número e com a especificidade dos cursos ofertados em cada *campus*, possibilitando aos(as) discentes a realização de experimentos e de análises críticas, alinhando a teoria à prática, em suas áreas de conhecimento. Além dos ambientes citados no quadro abaixo, contamos com as unidades educativas de campo, que possibilitam o ensino prático, realizando atividades principalmente nas áreas das Ciências Agrárias.

Os laboratórios contam com equipamentos ligados ao desenvolvimento das atividades dos cursos ofertados pelas unidades que estão localizados. Estes itens são avaliados constantemente e de acordo com o plano de compras é renovado sempre levando em consideração o orçamento de cada *Campus*.

Quadro 45 - Laboratórios do IF Baiano em 2020

Campus	Tipo de laboratório	Quant.
Alagoinhas	Processamento de Alimentos	1
	Física e Matemática	1
	Panificação e Massas	1
	Biotecnologia de Bebidas	1
	Química e Microbiologia	1
	Biologia e Estudos Ambientais	1
	Análise Sensorial e Processamento de Leite	1
	Informática	1
	Linguagens	1
Bom Jesus da Lapa	Informática	6
	Química	1
	Biologia	1
	Física	1

Catu	Topografia	1
	Microbiologia	1
	Físico-Química	1
	Informática	1
	Agroindústria	1
	Solos	1
	Apoio Técnico	1
	Robótica	1
	Desenvolvimento	1
	Informática para Uso Geral	1
	Ciências e Matemática	1
	Geotecnologia	1
	Análise Instrumental	1
	Química Analítica	1
	Química Orgânica	1
	Química Geral e Inorgânica	1
	Restaurante Didático	1
Guanambi	Solos	1
	Química Geral e Analítica	1
	Físico-Química e Química do Solo	1
	Água	1
	Fitologia e Fisiologia Vegetal	1
	Biologia I	1
	Biologia II	1
	Entomologia	1
	Física	1
	Nutrição Animal	1
	Bromatologia Vegetal	1
	Informática I	1
	Informática II	1
	Informática III	1
	Matemática	1
Tratamento de Água	1	
Governador Manguabeira	Matemática e Física	1
	Química	1
	Biologia e Microbiologia	1
	Desenho	1
	Artes	1
	Informática	2
	Manutenção e Suporte em Informática	1
	Processamento de Produtos Agroindustriais	1
Itaberaba	Panificação e Cozinha	1
	Informática	1
	Agroindústria	1
	Química/Biologia	1
	Física	1
Artes	1	

Itapetinga	Informática	1
	Química e Biologia	1
	Física	1
	Informática	4
	Biologia	1
	Física	1
	Química	1
	Matemática	1
	Desenho	1
	Artes	1
Santa Inês	Microscopia	1
	Zoologia	1
	Botânica	1
	Informática	1
	Microbiologia	1
	Físico-Química	1
	Prática de Ensino	1
	Meio Ambiente	1
	Genética e Melhoramentos	1
Senhor do Bonfim	Geoprocessamento	1
	Fotogrametria e Sensoriamento Remoto	1
	Topografia e Geodésia / Informática e Computação Científica	1
	Geoprocessamento / Ensino de Computação	1
	Física Moderna	1
	Física Clássica	1
	Química Geral e Inorgânica	1
	Físico-Química	1
	Química Analítica	1
	Química Orgânica	1
	Fisiologia Vegetal	1
	Análise de Solos	1
	Microbiologia	1
	Arquitetura e Redes de Computação	1
Serrinha	Programação	1
	Informática I	1
	Laboratório de Física e Química	1
	Laboratório Multidisciplinar de Biologia I	1
	Laboratório Multidisciplinar de Biologia II	1
	Laboratórios de Geociências, Botânica e Ecologia	1
Teixeira de Freitas	Laboratório de Ensino de Ciências / Biologia	1
	Laboratório de Informática	1
	Agroindústria	1
	Informática	1
Teixeira de Freitas	Multidisciplinar de Biologia e Química	1
	Artes	1

Uruçuca	Informática	3
	Geomática	1
	Desenho	1
	Solos	1
	Química	1
	Microbiologia	1
	Tecnologia de Alimentos	1
	Microbiologia	1
	Biotecnologia	1
	Química	1
	Análise Sensorial	1
Valença	Biologia	2
	Informática I	1
	Biologia - Práticas de Ensino	1
	Agroindústria	1
	Química	1
Xique-Xique	Multidisciplinar	1
	Informática	2

Fonte: quadro elaborado pela comissão central do PDI, em 2020.



Consolidação Institucional

7 Consolidação Institucional

7.1 RELAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS

A proposta dos Institutos Federais é pensada para promover o desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico local, fortalecendo o crescimento regional e atendendo às demandas sociais ao oferecer educação profissional e tecnológica, cursos de formação superior em nível de graduação e de pós-graduação e cursos de curta duração de formação inicial e continuada, com destaque para os elementos formativos de qualidade, seja no âmbito estrutural humano, científico, espacial ou físico.

7.2 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação é uma ação humana inerente às relações em sociedade. Dentro das organizações, a Comunicação Organizacional, enquanto área especializada e sistêmica, intermedeia os processos de trabalho e dá visibilidade a atividades, a ações e a produções das áreas existentes em cada ambiente laboral.

Para traduzir as diferentes identidades, culturas e visões de mundo dos indivíduos, a comunicação estratégica tem o desafio de entrelaçar e de tornar simples e objetivo, aos diferentes públicos organizacionais, o que é a instituição, o que ela faz, quem são os sujeitos que fazem o lugar, como ela lida com o cotidiano e como visualiza seu futuro, seja por meio da transmissão de informações (por canais, por veículos e por produtos de comunicação) e/ou por meio da perspectiva relacional (aproximando públicos internos e externos).

No Instituto Federal Baiano, a área administrativa da Diretoria de Comunicação (DICOM), na Reitoria, e seus núcleos de comunicação, nos campi, desenvolvem ações que buscam apresentar a pluralidade dessa instituição de ensino, de pesquisa e de extensão, que trabalha com distintos perfis estudantis e com sujeitos vindos de locais diversos em formação cultural e profissional. É um trabalho complexo, porque o IF Baiano forma pessoas e também se encontra em transformação, seja no aprimoramento do conhecimento de seus(suas) agentes públicos(as), na ampliação de ofertas de serviços ou na mudança cultural dos processos de trabalho, para aperfeiçoar o fazer e entregar resultados mais eficazes.

Além disso, o Instituto (estudantes, professores(as), técnicos(as), terceirizados(as) e estagiários(as)) vislumbra aperfeiçoar temas sensíveis como o atendimento a seus(suas) estudantes, a sua infraestrutura, o desenvolvimento de pessoal, a responsabilidade social, a gestão da tríade ensino, pesquisa e extensão e a gestão interna.

Com esse olhar otimista sobre o futuro, esta instituição precisa comunicar esse lugar de produção do conhecimento formal e de formação cidadã à sociedade de forma sustentável e acessível, seja por meios oficiais ou não oficiais (veículos externos, como as mídias).

É para transmitir, para articular essas narrativas e para valorizar o cumprimento dessa transparência que a Diretoria de Comunicação intermedeia, seja pela criação e pela articulação de normativas e de documentos orientadores (políticas, instruções, resoluções, portarias, manuais, programas e projetos de comunicação); pela produção, na orientação e no aprimoramento do conhecimento técnico (com participação em grupo de estudos e com vivências em órgãos públicos com experiências exitosas); pela condução de colegiados responsáveis por gestão de crise institucional, seja pelo assessoramento de projetos e de dirigentes estratégicos em ações que impactem na identidade, na imagem e na reputação do IF Baiano.

O fazer da comunicação organizacional perpassa a expertise das subáreas de audiovisual (com a criação e com a edição de produtos em imagem e som), de jornalismo (com a captação, com a condensação e com a transmissão de fatos em formato de texto e/ou de imagem jornalísticas), de produção cultural (com a gestão de programas e de produtos culturais), de programação visual (com projetos visuais gráficos e digitais), de publicidade (com o desenvolvimento de campanhas) e de relações públicas (com a integração do Instituto aos seus públicos estratégicos).

Tudo isso necessita estar articulado e ter atuação editorial autônoma, com vistas a oferecer produtos e serviços comunicacionais profissionalizados à sociedade, para atender aos requisitos da transparência e da prestação de contas do serviço público. Por isso, na Reitoria, a DICOM necessita de uma estrutura administrativa com o intuito de prospectar, de fomentar e de proporcionar soluções integradas e otimizadas; de minimizar os riscos de seus principais processos (assessoria de imprensa, eventos, sítio eletrônico, mídias sociais, gestão da identidade visual

e comunicação interna) e de estimular que haja o envolvimento dos(as) agentes de comunicação nos *campi*, seja pela constante profissionalização (com contratação e/ou capacitação técnica), pelo incentivo financeiro (por função gratificada) ou pela participação dos núcleos nos processos decisórios das unidades. São decisões necessárias, a serem referenciadas por gestores(as) estratégicos, as quais ultrapassam as relações interpessoais e a padronização do trabalho realizado por esta Diretoria.

Para desenhar esse caminho gerencial, a DICOM conduzirá a construção dos documentos estratégicos Política de Comunicação e Planejamento Estratégico da Comunicação. A partir disso, movimentará internamente a profissionalização da área e popularizará uma cultura de comunicação padronizada; impulsionará a transição de uma cultura de divulgação de última hora para a cultura de planejamento e de projetos comunicacionais; estimulará a comunidade a difundir os resultados científicos e extensionistas; proporá a participação da área nos projetos macroinstitucionais em todas as unidades; orientará dirigentes estratégicos(as) para que eles(as) potencializem espaços e ações institucionais como momentos comunicativos e de relacionamento e facilitará a intermediação entre a comunidade e a gestão, com o intuito de criar uma organização empática, cooperativa e colaborativa no pensar e no fazer do trabalho.

Nesse sentido, os planos para o setor, de 2021 a 2025, incluem: construção e implantação da Política de Comunicação Institucional; elaboração, execução e avaliação do Planejamento Estratégico de Comunicação; realização de pesquisas de avaliação e de campanhas de fortalecimento da imagem, da reputação e da identidade organizacional e consolidação da gestão da comunicação no Instituto, por meio de ações para o fortalecimento da Diretoria de Comunicação e dos núcleos de comunicação dos *campi*.

Essas ações ampliam a participação institucional da área de comunicação organizacional e o gerenciamento e a articulação do discurso organizacional, por meio de narrativas mais acessíveis (o que inclui a gestão, a produção e a distribuição de conteúdos) e direcionadas aos seus públicos específicos.

Isso ocorrerá com a consolidação dos atuais canais de comunicação digitais (sítio eletrônico e mídias sociais); com o aperfeiçoamento dos serviços comunicacionais, a exemplo de eventos e do relacionamento com a imprensa e com o fomento para a criação de produtos comunicacionais que potencializem a difusão do conhecimento científico.

Assim, a consolidação e o fortalecimento da identidade e da imagem institucionais junto ao público serão alcançáveis a partir das potencialidades do IF Baiano e com o seu esforço de construir diálogo contínuo com os diversos atores e atrizes sociais dos Territórios de Identidade.

8

Acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional

8 Acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional

Para que o Plano de Desenvolvimento Institucional seja avaliado e que as diretrizes propostas sejam alcançadas, é importante assegurar o uso de instrumentos e de ferramentas de gestão que atuem como meios para alcançar o cumprimento da missão institucional e dos objetivos estratégicos. Assim, é fundamental que as instâncias responsáveis (Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Comitê de Governança, Integridade e Gestão de Riscos - CGIGR) possam fomentar, promover, coordenar, supervisionar e monitorar a elaboração e a execução do PDI e do planejamento estratégico, além de coordenar e de articular com as pró-reitorias, com as diretorias sistêmicas e com os *campi* a elaboração do Relatório Anual de Gestão.

Esses dois instrumentos de gestão, planejamento e relatório de gestão, constituem-se em duas ações de suma importância para, respectivamente, planejar as ações estratégicas da instituição, com vistas ao cumprimento das suas finalidades, e tornar públicas as ações institucionais realizadas, com o objetivo de propiciar uma avaliação detalhada da instituição, tanto para cumprir obrigações legais junto aos órgãos de controle, quanto para possibilitar a transparência e o controle social pelas comunidades interna e externa.

O processo de planejamento estratégico, o qual prevê a geração e a disponibilização de dados e de informações em forma de conhecimento estratégico, é outra ação fundamental e diz respeito ao mapa de indicadores estratégicos, que servirá como instrumento de mensuração do desempenho e dos resultados institucionais em relação às metas pactuadas. A realização dessas ações terá importância direta no acompanhamento e na avaliação da instituição.

O Plano de Ação Anual ocupa o nível operacional do planejamento, organizado e operacionalizado no módulo de Desenvolvimento Institucional da plataforma do Sistema Unificado de Administração Pública, o que facilitou o alinhamento entre os recursos orçamentários que são alocados em projetos e em ações convergentes e as iniciativas estratégicas

8.1 A REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) tem como finalidade proporcionar a avaliação das ações desenvolvidas para o alcance das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

As reuniões são a essência do ciclo de aprendizado institucional. A partir do aprendizado gerado pela realização das RAEs, a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada a partir de um novo ciclo de formulação.

As RAEs fornecem dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia. Elas são importantes para a avaliação dos projetos, das ações e das atividades realizadas pela unidade dentro do período proposto e para a avaliação de quais devem ser executados ou mantidos até o fim do ciclo de planejamento.

8.1.1 Objetivos da RAE

As RAEs fornecem insumos que permitem uma gestão estratégica objetiva e baseada em fatos. O aprendizado gerado pelas RAEs permite que a estratégia possa ser revista e, se necessário, atualizada a partir de novos dados dos contextos social, econômico e regulatório. As RAEs têm três objetivos principais, conforme apresentado na Cartilha da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, produzida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010:

- assegurar investimento de tempo no diálogo estratégico;
- alinhar o entendimento acerca da estratégia da organização;
- propiciar o aprendizado estratégico: testar e reformular as hipóteses.

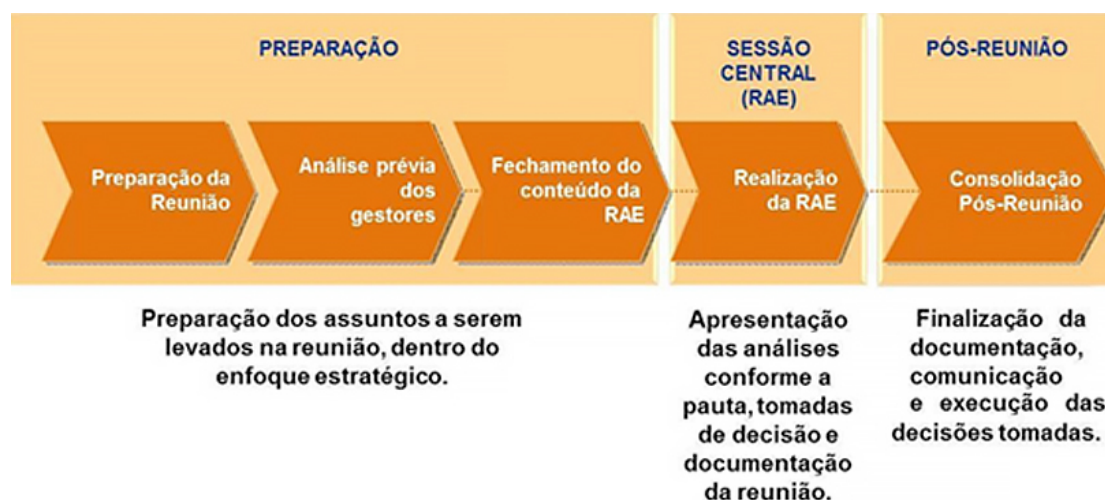
8.1.2 Fatores de sucesso para a RAE

São fatores de sucesso para a RAE, de acordo com a Cartilha da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, produzida pelo CNJ em 2010:

- preparação, investindo tempo antes da reunião, para torná-la mais produtiva;
- disciplina para com a pauta da reunião e no acompanhamento das pendências;
- indicação do guardião, que cuidará do processo e garantirá a plena realização de cada etapa;
- compartilhamento de informações disponíveis e confiáveis, embasando as análises;
- foco na estratégia, tendo cuidado para não conduzir a discussão para assuntos estritamente operacionais;
- postura colaborativa, buscando identificar soluções para os problemas e não buscando apenas os(as) “culpados(as)”;
- formalização das pendências (por meio de ata e de pauta da reunião), de forma a garantir que as decisões e os(as) respectivos(as) responsáveis sejam documentados(as);
- continuidade e evolução, garantindo que cada reunião represente um avanço no aprendizado estratégico;
- alinhamento do entendimento acerca da estratégia da organização;
- visão sistêmica:
 - » entendimento das relações de causa e de efeito;
 - » multidisciplinaridade, para o aprendizado e para a melhoria contínua;
 - » relação com o ambiente externo;
 - » pontos de melhoria da instituição;
 - » aprendizado estratégico contínuo.
- visão de longo prazo:
 - » visualização dos indicadores com relação às metas de longo prazo;
 - » análise da estratégia;
 - » novas percepções sobre estudantes, sobre servidores(as) e sobre processos;
 - » avaliação das mudanças nos ambientes operacional e estratégico;
 - » identificação de lacunas estratégicas;
 - » análise de oportunidades que tenham surgido após a formulação da hipótese estratégica.
- responsabilidade e comprometimento:
 - » envolvimento participativo do grupo de líderes;
 - » “empoderamento”: participação direta e indireta de pessoas de vários níveis da organização;
 - » alinhamento;
 - » uso de ferramenta adicional de comunicação da estratégia: criação da consciência e do pensamento estratégico.

8.1.3 O processo da RAE

Figura 4 - Processo de realização da RAE



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2010.

8.1.4 Características da RAE

São características da RAE, segundo a Cartilha da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, produzida pelo CNJ em 2010:

- causa e efeito: garantir que os temas e/ou os objetivos sejam tratados a partir das suas relações de causa e de efeito;
- priorização: buscar a priorização em termos de temas e/ou de objetivos estratégicos cujos indicadores vêm apresentando desvios e, portanto, necessitam ser discutidos e sobre os quais decisões precisam ser tomadas;
- decisão: além da discussão, é exigido dos(as) líderes a disciplina da decisão, ou seja, os temas abordados devem ter um encaminhamento (o que, como, em quanto tempo, com que recursos, quem etc.).

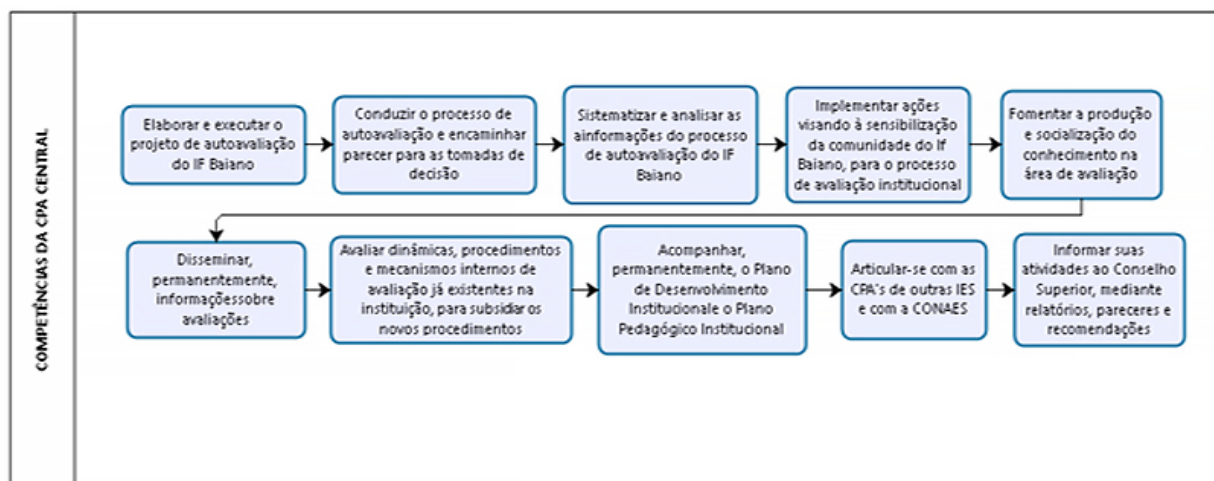
As atividades relacionadas ao monitoramento do planejamento no IF Baiano consistem em acompanhar o desenvolvimento das ações propostas, de modo a assegurar o alcance das metas estabelecidas e, por conseguinte, o cumprimento dos objetivos estratégicos.

8.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação está diretamente relacionada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e das suas responsabilidades sociais.

Nesse sentido, a CPA do IF Baiano é um órgão colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos das áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e atendendo ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano quanto aos níveis e às modalidades de ensino. Ela tem atuação autônoma, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes nesta instituição. As competências da CPA central são apresentadas na Figura 5:

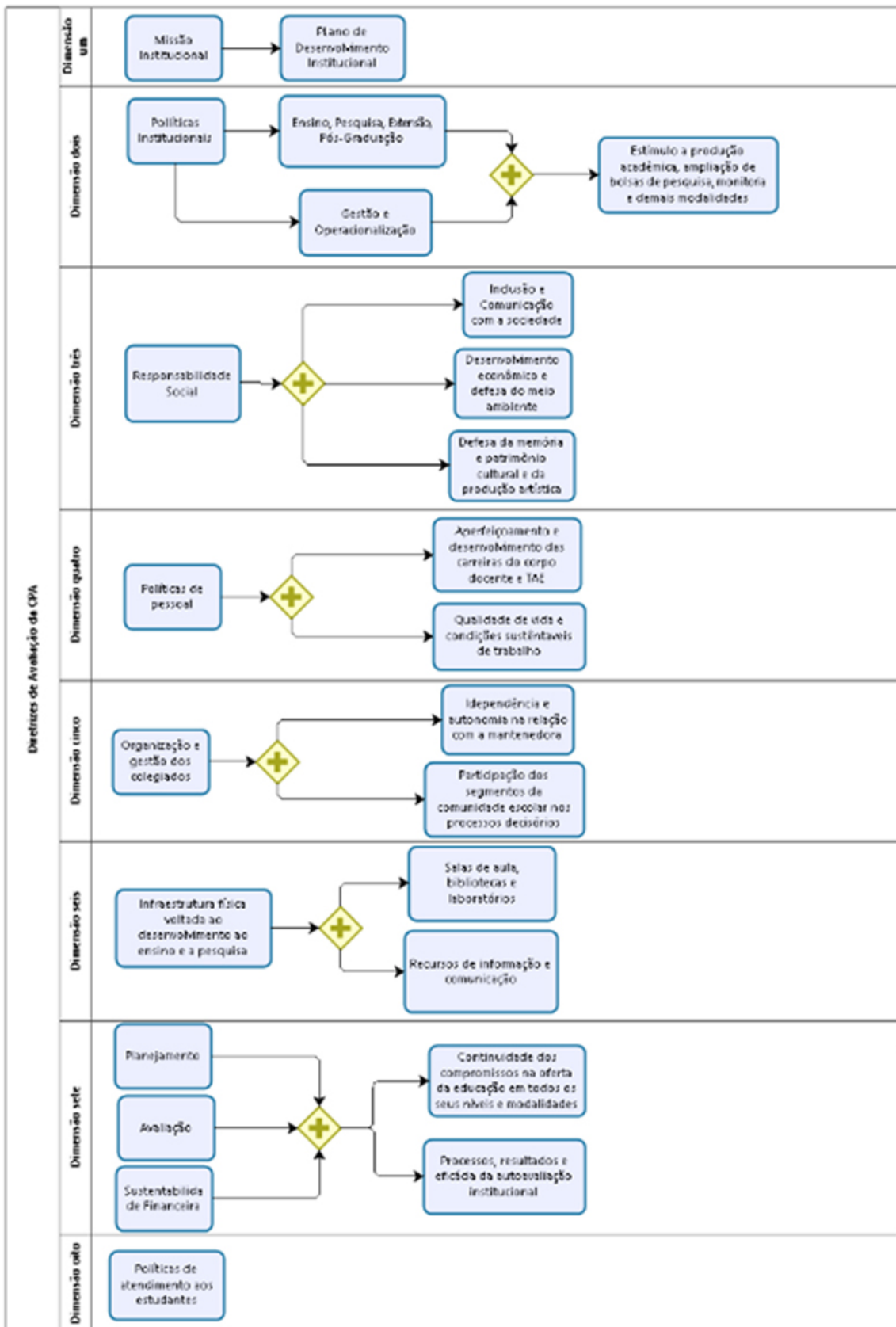
Figura 5 - Competências da CPA central



Fonte: figura elaborada pela comissão central, em 2020.

O Programa de Avaliação Institucional do IF Baiano segue os princípios e as dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. A CPA organiza os procedimentos e os instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo SINAES e às diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

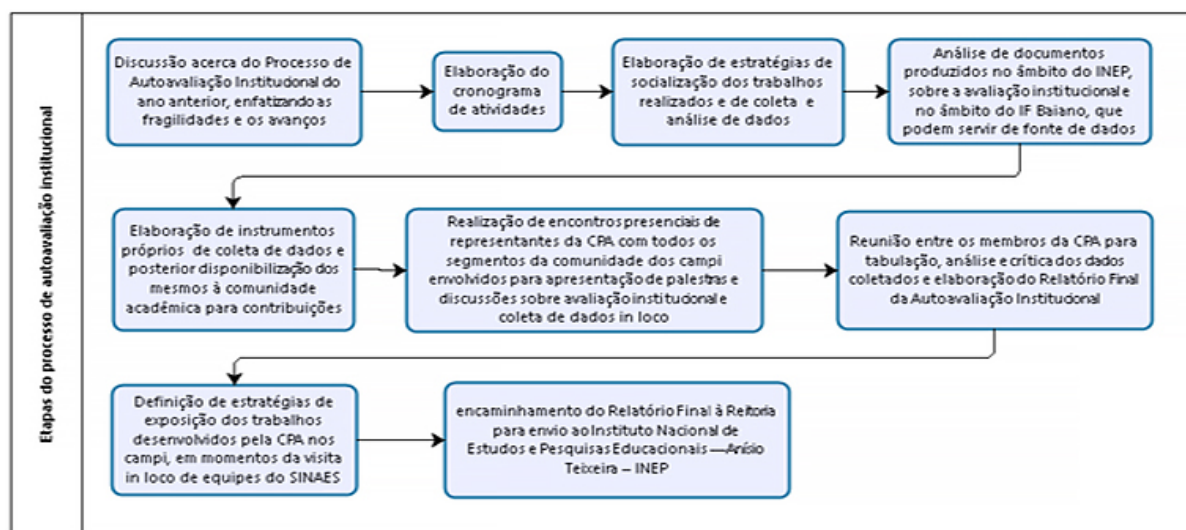
Figura 6 - Diretrizes de avaliação da CPA



Fonte: figura elaborada pela comissão central, em 2020.

O processo de autoavaliação é realizado conforme as seguintes etapas:

Figura 7 - Etapas do processo de autoavaliação institucional



Fonte: figura elaborada pela comissão central, em 2020.

O trabalho desenvolvido pela CPA propicia à comunidade acadêmica discutir e refletir sobre os paradigmas da avaliação institucional e sobre seus aspectos qualitativos e quantitativos, enfatizando a sua importância para o autoconhecimento e para a responsabilidade de todos na construção e/ou na redefinição de ações eficazes para o fortalecimento de uma instituição.

As atividades relacionadas ao monitoramento do planejamento, no IF Baiano, consistem em acompanhar o desenvolvimento das ações propostas, de modo a assegurar o alcance das metas estabelecidas e, por conseguinte, o cumprimento dos objetivos estratégicos. O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano será coordenado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, auxiliada pelo Comitê de Governança, Integridade e Gestão de Riscos.

A revisão do PDI deverá ser realizada anualmente, no que diz respeito ao planejamento estratégico, por meio dos indicadores e das metas pactuadas, que poderão ser repactuadas, considerando cronograma expedido pela PRODIN.

Referências

ALMEIDA, N. L. T.; RODRIGUES, M. C. P. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris; Serviço Social, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 137, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm.

Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.952, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre a vinculação das Escolas Médias de Agropecuária Regional ao Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 49, p. 5, 13 mar. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7952.htm. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. 2017b. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 136, p. 2-3, 18 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9094.htm. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. 2017c. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 241, p. 2-9, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 9, p. 1-10, 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48 p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 8 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei no 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que tratam a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nos 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal,

de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei no 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 184, p. 1-38, 23 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11784.htm. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7312.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e altera o Decreto no 7.232, de 19 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7311.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Portaria Interministerial MP/MEC nº 149 de 10 de junho de 2011. Autoriza a contratação por tempo determinado, com fundamento no art. 2º, inciso X, da Lei nº 8.745, de 1993, de 3.315 (três mil, trezentos e quinze) professores, no âmbito do Ministério da Educação, para atender demandas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, bem como do Colégio Pedro II. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-149-2011_230785.html. Acesso em 08 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1-2, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12772.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13234.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. 2017a. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 121, p. 4-5, 27 jun. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 03, de 18 de dezembro de 2002. Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 247, p. 162-163, 23 dez. 2002. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/2002&jornal=1&pagina=162&totalArquivos=304>. Acesso em 2 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 184, p. 22-24, 21 set. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 134, p. 7, 14 jul. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 15 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. 2016a. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 89, p. 30-37, 11 maio 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/32151-legislacao-e-atos-normativos-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016. Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2016b. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 91, p. 50-51, 13 maio 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/32151-legislacao-e-atos-normativos-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 88, p. 6-10, 10 maio 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/89>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: **Trabalho necessário**, ano 3, n. 3, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Cartilha da Gestão Estratégica do Poder Judiciário**, abr. 2010. 58 p. Disponível em: <http://www.tjal.jus.br/apmp/arquivos/a629499b9937114f13a75013e486b54f.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FERRAÇO, C. E.; CARVALHO, J. M. Currículo, cotidiano e conversações. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-17, ago. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/10985/8105>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPRO-EX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista brasileira Estud. pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set.-dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217666812016000300534&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 12, de 09 de outubro de 2012**. Política de Diversidade e Inclusão. Disponível em: https://www.ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2010/09/resolucao_12.pdf. Acesso em: 9 de jul. de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2019.** Política de Assistência Estudantil. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/itapetinga/files/2011/05/Resolucao-01-2019-Aprova-Pol%C3%A1tica-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-Processo-n%C2%BA-23327.002530-2018.42.pdf>. Acesso em 2 dez. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 45, de 03 de julho de 2019.** Aprova a revisão da Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2019/07/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-EPTNM.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 46, de 29 de julho de 2019.** Regulamento das Atividades de Extensão do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7ao-46.pdf>. Acesso em: 5 de jun. de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 52, de 10 de outubro de 2019.** Aprova a Política de Educação de Jovens e Adultos do IF Baiano. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/11/RESOLU%C3%87%C3%83O-52_2019-OS-CONSUP_IFBAIANO-com-anexo.pdf. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.

MORAN, J. M. O que é educação a distância. **Informe CEAD - Centro de Educação a Distância.** Rio de Janeiro: SENAI, ano 1, n. 5, p. 1-3, out.-dez. 1994. Atualização em 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado.** Seminário sobre Ensino Médio. Rio Grande do Norte: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2008.

SACRISTÁN, J. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2010.

SAUL, A. M. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Revista Educação Pesquisa,** São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508143035>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação,** Campinas, v. 12, n. 32, p. 52-180, jan.-abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, C. J. R. **Currículo integrado.** Florianópolis: IFSC, 2014. Disponível em: https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/ead/PROEJA_curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 6 jul. 2018.

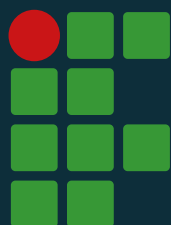
SILVA, C. J. R. **Institutos Federais Lei 11.892 de 29 de novembro de 2008:** comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SOUZA, A. R. B. de; SARTORI, A. S.; ROESLER, J. Mediação pedagógica na Educação a Distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas. **Revista Diálogo Educativo,** Curitiba, v. 8, n. 24, p. 327-339, maio-ago. 2008.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação a Distância:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário:** seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Baiano